

HT-13

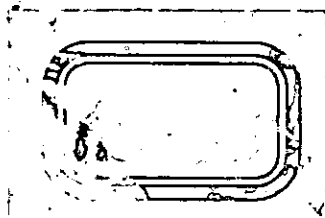
UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

A GUERRA NA PROVÍNCIA DA ZAMBÉZIA  
E O PAPEL DO MALAWI, 1975-1988.

"Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Licenciatura em História da Universidade Eduardo Mondlane".



SÉRGIO NATHÚ CABÁ

Maputo/1977

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

A GUERRA NA PROVÍNCIA DA ZAMBÉZIA

E O PAPEL DO MALAWI, 1975-1988.

"Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Licenciatura em História da Universidade Eduardo Mondlane".

SÉRGIO NATHÚ CABÁ

Maputo/1977.

94:32(679)  
C1129 4

F. LETRAS U. E. M.	
N. E.	26158
DATA	8 Maio 1998
AQUISIÇÃO	Olesta
COTA	HT-13

## DECLARAÇÃO

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada, na sua essência, para a obtenção de qualquer grau, e que ela constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes que utilizei.

## AGRADECIMENTOS

Os meus agradecimentos são dirigidos aos meus pais, ao meu irmão Mário João Cabá, ao Núcleo dos Transportadores Privados da Zambézia e ao Governo Provincial da Zambézia, pelo apoio prestado.

Estendo ainda os meus agradecimentos ao Corpo Docente do Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane, pelos ensinamentos que me transmitiram, sem os quais, não seria possível realizar esta dissertação.

Ao meu supervisor, Dr. João Paulo Borges Coelho, pela sua dedicação, críticas, comentários, sugestões e apoio documental que nortearam a investigação desde o seu início, os meus sinceros agradecimentos.

Especial agradecimento a minha mulher, Nilsa, aos meus filhos, Mauro, Nuno, Paulino e Júnior, pela sua compreensão nos momentos da Investigação, em que não pude dar-lhes toda a minha atenção.

## ÍNDICE

### RESUMO

Introdução .....	i
------------------	---

### Capítulo I: As Raízes da Guerra

1. O Quadro Colonial .....	1
2. A Rodésia do Sul e a Criação da Renamo .....	4
3. A Política Regional do Apartheid .....	8
4. Toponímia e História .....	19
5. A UNAR, Jorge Jardim e o Surgimento da África Livre .....	21
6. O MNR e Jorge Jardim .....	24
7. A África Livre na Zambézia, 1975-1982 .....	27

### Capítulo II: A Renamo na Zambézia

1. Condições para o Desencadeamento da Guerra na Província .....	29
2. As Fases da Guerra .....	38
3. O PCA: Uma Acção de Contra-Insurgência .....	44

### Capítulo III: O Comportamento do Malawi .....

1. O Estabelecimento do MCP e a Independência do Malawi .....	47
2. As Relações Estreitas do Malawi com Portugal .....	49
3. A Política Externa Malawiana .....	52
4. O Eixo Malawi-Renamo .....	54

### Capítulo IV: A Guerra no Distrito de Morrumbala

1. Localização Geográfica e Características .....	64
2. A Guerra no Distrito, 1982-1988 .....	65
2.1. Causas da Guerra .....	68
2.2. Bases, Acampamentos e Postos Avançados .....	69
2.3. Sistemas de Segurança e Táticas de Sobrevivência da População .....	70

### Capítulo V: Conclusão .....

Notas .....	76
-------------	----

Bibliografia .....	87
--------------------	----

### Anexos:

Anexo 1: Mapa da Província da Zambézia.

Anexo 2: Localização geográfica dos principais pontos de apoio da Renamo no Malawi, percurso da Renamo na primeira incursão em 1982 e primeiras áreas atacadas.

Anexo 3: Entrada da Renamo no Distrito de Morrumbala em 1982, principais bases, acampamentos e postos avançados.

Anexo 4: Gráfico representativo da área total da província e área ocupada pela Renamo.

## RESUMO

Parte-se da hipótese que as raízes da recente guerra assentaram fundamentalmente na situação regional, marcada pela tentativa de prolongamento do colonialismo ou na busca de soluções de tipo neocolonial, como resultado das mudanças iniciadas na década de 60 no quadro colonial, e pela luta de Pretória para preservar o Apartheid.

As décadas de 60 e 70 são consideradas como preparatórias de condições de perseguição desses objectivos por parte de diversos actores no interior do país e nos países vizinhos, com a complacência e apoios de certos sectores do Ocidente.

O período de 1982 a 1988 assinala as fases da guerra na província, durante a qual era objectivo da Renamo paralisar a actividade económica para forçar mudanças no interesse de Pretória, enquanto o exército governamental tentava a todo o custo, face ao avanço da Renamo no terreno, travar a curso da guerra.

O alinhamento do Malawi aparece ligado as suas ambições territoriais, a necessidade de obter de Moçambique uma passagem comercial e acesso ao mar através dos portos de Nacala e da Beira.

Os factores equacionados, políticos, económicos e militares, pretendem mostrar os interesses em jogo na região da África Austral.

Este trabalho procura descrever os interesses internos e regionais, tipo de guerra que foi feita, virada essencialmente contra alvos económicos e civis, sem grandes preocupações em trazer benefícios a população rural e procura descrever um momento de guerra no distrito de Morrumbala.

## INTRODUÇÃO

A vitória dos movimentos de libertação nacional em Angola e Moçambique não só alargou as fronteiras da África independente como também conduziu estes estados ao contacto directo com o regime racista da África do Sul. A guerra interna que a República da África do Sul travou na segunda metade dos anos 70, contra os movimentos de libertação nacional da RAS e Namíbia, respectivamente ANC e SWAPO, prestando simultaneamente ajuda ao regime colonial de Portugal e minoritário da Rodésia do Sul, começou a transformar-se de um conflito Sul-africano em conflito directo militar com os jovens estados africanos.

A primeira manifestação deste processo foi assinalada pela intervenção militar da RAS a Angola em 1975-1976, tendo prosseguido com a guerra não declarada que as tropas rodesianas travaram em 1976-1979 contra Moçambique.

A formulação orgânica do grupo de estados da "Linha da Frente", que teve lugar durante o encontro dos chefes de estado de Angola, Botswana, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia, em Luanda a 18 de Abril de 1977, concluiu sobre a necessidade de unidade de acções para fazer face à expansão político-militar do regime sul-africano.

A comunhão da opção da via socialista de desenvolvimento, os vínculos tradicionais existentes entre os movimentos de libertação nacional que se transformaram em partidos Marxistas-Leninistas (o MPLA e a FRELIMO), conduziram a que estes países fossem avaliados por Pretória como a principal barreira no caminho da consecução dos seus desígnios nesta região. Por outro lado, a possibilidade dos estados do "hinterland" poderem utilizar os caminhos de ferro e portos situados no território de Angola e Moçambique diminuía a dependência daqueles países do sistema de transportes da RAS.

A agravação ulterior da situação na região gerou a necessidade de transformação do grupo de estados da "Linha da Frente" numa aliança para a luta contra o Apartheid.

Um passo importante nessa direcção foi a criação da SADCC (Conferência Coordenadora para o Desenvolvimento da África Austral), em 1 de Abril de 1980. Esta

cooperação dos estados da região tinha como objectivo principal a libertação da dependência económica e não uma declaração de guerra à RAS.

Apesar de ter havido consenso na liquidação do Apartheid, a região tornou-se num dos focos mais perigosos de tensão internacional, isto porque a RAS se tornou num poderoso agente de desestabilização na região, devido a necessidade de defender o seu regime e preservar a sua hegemonia.

Utilizando a Renamo como instrumento principal de desestabilização, a RAS manteve uma guerra de "baixa intensidade" contra Moçambique.

O Malawi serviu de retaguarda e ponto de passagem da Renamo nas acções de desestabilização no Norte de Moçambique, principalmente nas províncias da Zambézia, Tete, Niassa e Nampula.

A Província da Zambézia ocupa um lugar importante no cenário político e económico, devido aos inúmeros recursos económicos que possui e pelo facto de ser das mais populosas do país.

Um mês após a Independência de Moçambique, ocorreram acções armadas no seu território a partir dos distritos fronteiriços do vizinho Malawi. Durante os meses de Agosto, Setembro e Outubro de 1982, a Renamo lançou uma ofensiva na província quase sem oposição das forças governamentais, ocupando e fixando-se na maior parte do seu território a partir de 1986. A perda de vidas humanas, destruição de infraestruturas económicas e sociais, capitalizou as atenções pela forma violenta e aparentemente sem nexos.

O Malawi transformou-se, a partir de 1983, numa base estratégica fundamental da guerra de desestabilização contra Moçambique e particularmente da Zambézia. No processo da guerra o governo instalou o "Estado-Maior do Posto de Comando Avançado" (PCA) em Quelimane, com o objectivo de travar o avanço da guerra na província, uma acção que pode ser considerada de contra-insurgência organizada.

É objectivo deste trabalho perceber a dinâmica da guerra na província, traçar as suas grandes etapas, avaliar os factores internos, externos, militares, políticos e económicos, visando discutir até que ponto esta guerra não é a continuação da guerra colonial e a consequência da luta pela preservação do Apartheid na África do Sul.



Sobre as balizas escolhidas, 1975 marca o início de um novo processo na vida do país com a Independência Nacional, e 1988 fecha um ciclo e inicia outro, o das Conversações que conduziram ao Acordo Geral de Paz.(1)

Em relação às fontes, a literatura disponível não contém informações detalhadas sobre o aspecto militar da guerra, em termos de operações e combates, provavelmente por tratar-se de uma guerra recente e a especificidade da guerrilha que não é propensa a deixar registos escritos.

Isso levanta a necessidade de reconstruir esta lacuna através da história oral, que tem as suas limitações, principalmente de ordem cronológica e não globalizante, pelo que apesar de tratar-se de uma história recente é difícil exigir precisão e detalhes nos depoimentos dos entrevistados. Contudo, a história oral é uma fonte indispensável na reconstrução do passado, pois tanto as fontes escritas como orais são mensagens que têm a sua importância de acordo com o tempo e o lugar. Está presente onde a fonte escrita não está. Pode ser bem interpretada se puder ser "cruzada" com outras fontes, o que se tentou fazer sempre que possível, com trabalhos não publicados. (2) O trabalho foi organizado em 5 Capítulos. O primeiro aborda as raízes da guerra na sua dimensão regional e local. O segundo ocupa-se da presença da Renamo na Zambézia e das fases da guerra. O terceiro debruça-se sobre o comportamento do Malawi em todo o processo de guerra, e o quarto faz uma análise sobre um momento da guerra no distrito de Morrumbala. O quinto Capítulo é destinados às conclusões.

## CAPÍTULO I: AS RAÍZES DA GUERRA

### 1. O QUADRO COLONIAL

Até aos fins dos anos 50 e início dos anos 60, a África do Sul tornou-se o epicentro da África Austral, como corolário da sua forte economia, poderio militar e numerosa comunidade branca. As riquezas do seu solo e sobretudo subsolo, atraíram importantes capitais do Ocidente, que aí operavam através das multinacionais. Nos primeiros anos da década de 60, a região Austral começou a desenhar-se como uma importante zona de conflito, pondo em causa a hegemonia da África do Sul na região. Com efeito, as lutas de libertação em Angola, desde Fevereiro de 1961, as independências da Tanzânia e Zâmbia em 1964 e as lutas de libertação em Moçambique e no Zimbabwe, recomendavam a procura de soluções para salvaguardar os interesses colonial-capitalistas na região. (3)

Desde logo se começou a verificar a intolerância e o extremismo dos colonialismos Rodesiano e Português e do sistema do Apartheid. Foi esta linha de actuação que conduziu os regimes às bárbaras agressões em Mueda e no Norte de Angola, em Shaperville em 21 de Março de 1960, e ao banimento das organizações nacionalistas na África do Sul e Rodésia do Sul. Entretanto, o processo da luta evoluiu com consequências futuras para Moçambique e a região, o que foi compreendido pelas forças coloniais que tentaram a todo o custo travar o processo revolucionário em curso.

Em Portugal, Marcelo Caetano substituiu Salazar desde 1968, como Presidente do Conselho de Ministros, nada trazendo de novo para o problema da descolonização, enveredando por acções que visavam perpetuar o Império Colonial, como foi a sua retórica de "autonomia progressiva e participada das colónias". (4)

Português sofria os efeitos duma crise económica estrutural do capitalismo mundial, agravada pelo avanço das lutas de libertação nacional, que conduziram o seu exército à beira do colapso militar. Foi neste cenário que surgiu o 25 de Abril em Portugal, como tentativa de pôr fim a guerra, tendo havido forças que procuraram aproveitá-lo para impedir as independências das colónias. (5)

Após o 25 de Abril, surgem as negociações que conduziram aos Acordos de Lusaka. Nos termos do Acordo, assinado aos 7 de Setembro de 1974, o governo português reconheceu o direito do povo moçambicano à independência e comprometeu-se a transferir os poderes que detinha em Moçambique para a Frelimo, fixando-se o 25 de Junho de 1975, dia do aniversário da fundação da Frelimo como a data para a proclamação da Independência de Moçambique. (6)

Os acontecimentos que seguem logo após a assinatura do Acordo de Lusaka, nomeadamente o 7 de Setembro e o 21 de Outubro em Lourenço Marques, eram já o sinal que o colonialismo não baixara as armas. Segundo Ian CHRISTIE, havia indicações que o Ministro da Defesa Sul-africano, Pieter Willem Botha, estava a planear uma invasão a Moçambique, tendo posicionado uma coluna de blindados em Komatipoort, cidade Sul-africana fronteiriça, a cerca de 90 Kms de Lourenço Marques, pronta para apoiar a rebelião dos colonos. (7)

O governo de transição tomou posse em 20 de Setembro de 1974. Elementos nomeados pela Frelimo e pelo governo de Portugal constituíram o primeiro governo até a data da proclamação da independência, tendo como Primeiro Ministro Joaquim Chissano. O período de Outubro de 1964 a Janeiro de 1975 foi marcado por sessões de esclarecimento nas zonas urbana e suburbana, num momento que se caracterizou de grande euforia e adesão popular aos princípios da Frelimo. (8)

Com um discurso socializante e uma opção para o trabalho colectivo, e definindo como alvos o colonialismo, tribalismo, racismo, imperialismo, como forma de alcançar a independência total e completa e pôr fim a exploração do homem pelo homem, os governantes da nação que ia nascer cedo definiram os seus alinhamentos e a direcção que pretendiam seguir, tornando-se claro o tipo de regime que se pretendia implantar em Moçambique. O comunicado final da reunião de Mocuba, na província da Zambézia, com os Comités Distritais, em Fevereiro de 1975, definiu os objectivos: reorganização das estruturas, implantação do poder popular democrático, consciencialização das massas para o povo tomar o poder económico tendo em vista uma independência completa. (9)

A opção estava feita. A via de desenvolvimento seria o Socialismo. Desvasneceram-se assim algumas esperanças do colonialismo, o que conduziu a uma mudança de tática, que foi caracterizada por uma autêntica guerra económica, destinada a provocar o caos económico e social, procurando tirar o máximo partido da partilha do poder que caracterizou o governo de transição. (10)

Após a independência e as primeiras medidas de nacionalização a 24 de Julho de 1975, as forças coloniais compreenderam que estavam perdidas todas as esperanças de "recuperar" a Frelimo, passando a jogar abertamente na desestabilização interna. A realização do III Congresso da Frelimo, de 3 a 7 de Fevereiro de 1977, pelas opções que fez, constituiu uma manifestação inequívoca da direcção dos destinos que o país ia seguir, o que veio a agudizar a luta de classes. As decisões do III Congresso conduziram ao surgimento de um estado Marxista-Leninista, passando o Partido a confundir-se com o governo. A 13 de Março de 1976 o governo moçambicano encerrou as fronteiras com a Rodésia do Sul, no cumprimento das decisões das Nações Unidas, ao mesmo tempo que reafirmou o apoio incondicional à luta armada de libertação nacional do povo zimbabweano, quaisquer que fossem as consequências. (11)

As Independências de Moçambique (25 de Junho de 1975) e Angola (11 de Novembro de 1975), vieram alterar a correlação de forças na região, até então sob hegemonia da África do Sul. Era preciso por isso impedir a revolução popular no Zimbabwe, que iria representar mais um aliado e punha em risco o comando da África do Sul na região e a manutenção dos interesses económicos Ocidentais. O ponto fundamental é que havia uma revolução popular em Moçambique e Angola, que estava a tomar decisões localmente, sem aprovação do "patrão" da região. A África do Sul e a Rodésia do Sul viram-se assim confrontados com o problema de ter junto as suas fronteiras povos que haviam chegado ao poder pela via da luta armada, que se tornaram referência para os povos da zona e representavam sobretudo o início do desmonoramento da hegemonia branca na região. (12)

## 2. A RODÉSIA DO SUL E A CRIAÇÃO DA RENAMO

Para a Rodésia do Sul, a independência de Moçambique significava a possibilidade do território moçambicano ser utilizado como retaguarda das ZANLA, para operações no seu território, dados os laços históricos que uniam a Frelimo e a ZANU. (13); um obstáculo de ordem económica, caracterizado por dificuldades crescentes no acesso ao mar através dos portos da Beira e Maputo, tendo em conta a ameaça internacional de sanções económicas (14); e um perigo ideológico. Foi este medo de perder privilégios coloniais que conduziu a Rodésia do Sul a uma política belicista contra Moçambique.

A penetração da guerrilha da Frelimo na Província de Tete, a partir de 1968, e a conseqüente ameaça da travessia do Zambeze em direcção a Manica e Sofala, inquietaram o regime rodesiano, conduzindo-o a conversações com Portugal a partir de 1971. Com efeito, neste ano, Ian Douglas Smith, Primeiro-Ministro da Rodésia do Sul, acompanhado por oficiais da Central Intelligence Organization (CIO), encontrou-se com Kaulza Oliveira de Arriaga, Comandante-Chefe das forças

militares Portuguesas em Moçambique (1969-1973), no Comando de Defesa de Cabora Bassa em Estima, para avaliar o desenvolvimento da guerrilha da Frelimo naquela região. As informações de Kaulza de Arriaga aparentemente convenceram Ian Smith de que a situação estava controlada. Pieter Botha, então Ministro da Defesa Sul-africano, também conferenciou com Kaulza de Arriaga e não ficou satisfeito com os planos que lhe foram apresentados para estabilizar a situação militar. A propósito disse: "eu estava inquieto quanto ao modo como os portugueses conduziram a guerra". (15)

Entretanto, as preocupações sul-africana e rodesiana cresciam o que resultou em pressões sobre Marcelo Caetano, para o estreitamento de relações nas áreas militares e de informações. Foi neste contexto que a 14 de Fevereiro de 1971, em Salisbúria, se realizou o encontro entre os chefes dos serviços de informações da África do Sul, Rodésia do Sul e Portugal. Segundo José Freire Antunes, estiveram presentes o general Hendrik Van Den Bergh, director do South African Bureau of State Security (BOSS), o general A.F.R. Versey, seu adjunto, Ken Flower e Ken Lever, respectivamente director e director adjunto da CIO, o Major Silva Pais, director da Polícia Internacional de defesa do Estado (PIDE), António Vaz, Chefe Provincial da PIDE em Moçambique, Aníbal São José Lopes, director da Delegação da PIDE de Luanda e o Inspector Gomes Lopes, da Beira, um homem muito próximo de Jorge Jardim. (16)

Neste encontro foram discutidas as formas de luta contra o Comunismo e Terrorismo e acordou-se na formação de uma Comissão Trilateral, que passou a reunir-se de quatro em quatro meses. Peter Burt, um oficial da CIO, foi colocado em Lisboa como elemento de ligação. Entretanto, a situação militar agravou-se, até que a partir de 1972 o regime rodesiano começou a intervir directamente na guerra em Moçambique, ocupando-se de algumas áreas da Província de Tete, ao longo da fronteira comum. Paralelamente, a CIO procurou melhorar a recolha de informações

militares sobre as ZANLA e FPLM, avaliando a possibilidade de criar um força de pseudo-guerrilha. (17)

Pouco antes da independência de Moçambique, o regime rodesiano acolheu no seu território inúmeros elementos fugidos de Moçambique. O primeiro grupo entrou na Rodésia do Sul a 2 de Junho de 1974. Outros também fugidos de Moçambique chegaram a Rodésia em Agosto do mesmo ano. Entre estes fugitivos destaca-se o Comandante dos "Flechas", Oscar Cardoso, que entrou na Rodésia armado, acompanhado por elementos da sua força. Muitos destes fugitivos tinham sido membros de unidades especiais do exército português, e da PIDE. Por isso, quando a Resistência se deu a conhecer em 1976, através de um posto de rádio a partir da Rodésia do Sul (Gwelo, actual Gwero), que usava o indicativo da voz da "África Livre", os seus primeiros efectivos eram constituídos por elementos da PIDE, grupos especiais (GE's e GEP's), Comandos Africanos, Serviços Especiais de Informação e Intervenção (SEI) e milícia privada de Jorge Jardim. (18)

A "Voz da África Livre", também conhecida em Moçambique por "Voz de Quizumba" (hiena), começou a emitir a partir de julho de 1976 e era dirigida pela "Directorate of Psychological Warfare" Rodesiana, que elaborava todos os seus programas, contrapondo-se a emissão externa da Rádio Moçambique, dirigida ao povo do Zimbabwe. O seu Endereço era o mesmo da rádio oficial, Rhodesia Broadcasting Corporation - P.O. Box: HG 444, Salisbury. Abrindo a emissão com a canção de João Maria Tudela, "Moçambique, Terra Portuguesa", pautou-se por uma propaganda marcadamente colonialista e ofensiva a vários membros do elenco governamental. Esta linha viria a ser corrigida por Orlando Cristina, considerado por Jorge Jardim um grande conhecedor da realidade moçambicana. (19)

Entretanto, Ken Flower iniciara a triagem dos fugitivos com apoio da polícia rodesiana (Special Branch), para a constituição do pseudo- movimento nacionalista, recrutando nesse grupo o núcleo que viria a ser designado de "Mozambique

National Resistance" - (MNR) mais tarde Renamo, como resposta ao apoio que Moçambique dava a ZANU. Indivíduos de raça branca e indiana foram incumbidos de missões de propaganda e guerra psicológica, enquanto os negros e mestiços integravam as forças operacionais, iniciando os treinos entre Agosto e Setembro de 1976, no Campo de Odzi, uma "farm" de tabaco alugada, próximo de Umtali (hoje Mutare), sob a direcção de três oficiais rodesianos chefiados por Eric "Ricky" May, Chefe do Departamento de Operações do CIO. Posteriormente, foram abertos novos campos de treino em Bindura e Salisbúria, no quartel de Inkomo. (20)

A criação da Renamo baseou-se na experiência Britânica de Contra-Insurgência, testada na Malásia, Aden, Chipre, Quênia, etc. Ken Flower, ex-funcionário Britânico, adquirira essa experiência no Quênia, na luta contra a sublevação Mau Mau. (21)

Em Outubro de 1976 chega à Rodésia André Matade Matsangaissa, ex-combatente da Frelimo, fugido do campo de reeducação de Sacuze, perto de Gorongosa, onde se encontrava por crimes de delito comum. Na Rodésia, foi recrutado e integrado na Renamo, vindo depois a ser indicado pelo CIO Comandante Supremo do MNR-Renamo. Matsangaissa participou em 10 de Abril de 1977 no assalto ao Centro de Sacuze, onde 50 reeducandos seus conhecidos foram raptados e integrados nos treinos em Odzi. Neste campo encontrava-se já Afonso Jacomo Marceta Dhlakama, que havia ali chegado após ter fugido da Beira, onde estivera detido por desvio de bens pertencentes as FPLM. (22)

Com o contingente reforçado pelos raptados em Sacuze, o regime rodesiano instalou a Renamo em Gorongosa e contactou Evo Fernandes, um advogado que trabalhara para Jorge Jardim na Beira, abrindo com ele uma delegação em Lisboa, para propaganda no exterior e em torno da qual gravitou a designada componente portuguesa, cujos esforços se direccionaram, em cumplicidade com alguns jornalistas, ao bloqueio de informação sobre o que se passava em Moçambique, ao



mesmo tempo que tentaram criar uma imagem politizada do movimento. As cumplicidades tácitas de certos círculos políticos portugueses permitiram a angariação de fundos, que se tornaram essenciais para movimentar influências e tentar afastar a subordinação da Renamo a estratégia racista na região. (23)

### 3. A POLÍTICA REGIONAL DO APARTHEID

A importância estratégica e económica da África Austral para o sistema capitalista mundial provém da sua localização privilegiada, dominando uma das mais importantes rotas marítimas através da qual os países da Europa Ocidental e da América do Norte recebem mais de 60% do petróleo consumido, quantidades consideráveis de produtos alimentícios e de matéria-prima, a produção de minérios que satisfazem de 20 a 80% as necessidades dos estados capitalistas em minérios tais como ouro, diamantes, cobalto, cromites, vanádio, platina, antimónio, cobre, urânio, manganês, berilo, etc. (24)

Mais que definição geográfica, a África Austral é um conjunto de povos e países com diversas interligações, resultantes de heranças históricas e culturais que conduzem a solidariedade de ordem diversa.

As causas da situação conflituosa formada na África Austral, radicaram nas condições sócio-económicas de desenvolvimento dos países da região, do colonialismo e do sistema de apartheid. Ao longo de vários séculos, a política colonial aplicada na região subordinou-se às necessidades do sector minério na região do Transvaal, onde trabalham dezenas de milhares de Botswaneses, Malawinanos, Moçambicanos, Zambianos e Zimbabweanos. A rede ferroviária de Moçambique e o Caminho de Ferro de Benguela, em Angola, constituíram-se com o propósito de escoar os recursos minerais daqueles jazigos, onde o papel dirigente pertenceu às companhias de mineração sul-africanas. Por outro lado, os países do



"hinterland", viram-se dependentes dos serviços de transportes da África do Sul.  
(25)

Os planos de criação, sob a égide da África do Sul, de um sistema energético uno da África Austral, cujos elos principais eram a Central Hidroeléctrica de Cabora Bassa (4 milhões de KW) em Moçambique e o Complexo Hidroeléctrico no rio Cunene (300 mil KW) em Angola, possuíam um significado excepcional para o fomento da indústria mineira da região. Estes planos passavam por acordos militares entre a África do Sul e Portugal que incluíam introdução de forças militares nas áreas de construção. (26)

O mercado de mão-de-obra impôs não só relações inter-rácicas dentro da sociedade sul-africana, como determinou igualmente o carácter de vínculos da África do Sul com os estados vizinhos. Foi neste cenário que a política de distensão de relações (*détente*), que foi elaborada pelo Bureau of State Security (BOSS), foi lançada em Outubro de 1974 pelo Primeiro-Ministro Balthazar Johannes Vorster, procurando aliados influentes no seio da OUA e em particular na África Austral. A procura desses aliados foi feita através de contactos diplomáticos secretos, através de subornos de jornalistas e políticos, a rede comercial e multinacionais, procurando-se para o efeito personalidades bem colocados no domínio de decisão.

A "Détente" caiu como corolário da invasão de Angola em 1975-1976 e a repressão do levantamento do Soweto, em Junho de 1976, cuja brutalidade afectou a solidariedade mesmo dos países mais conservadores. (27)

Com Botha no poder a partir de Setembro de 1978, a política externa da África do Sul teve como pedra basilar a criação de uma "Constelação de Estados" da África Austral (CONSAS). (28)

Segundo Basil Davidson, já em 1964 o Primeiro-Ministro Hendrik Verwoerd falava na criação de um "mercado comum" da África Austral, que se estenderia para o Norte até ao Congo.

O plano foi mantido em suspenso porque os esforços do regime estavam virados para a onda de repressão que desencadeou no país e a defesa da sua imagem no exterior.

As táticas de Verwoerd e Vorster (contactos diplomáticos secretos, subornos, etc...) já não eram um método seguro para estabelecer alianças regionais, sendo por isso necessário métodos mais insidiosos, procurando influenciar as condições sobre as quais se realizam as decisões, em detrimento do indivíduo que elabora a política. Quer dizer, era preciso mostrar que havia vantagens económicas na cooperação com a África do Sul. A África do Sul estava assim a fazer um investimento que poderia influenciar o futuro alinhamento político do país visado, porque era difícil que o apartheid fosse aceite. (29)

As primeiras formulações da "CONSAS" envolviam uma população total de 40 milhões, vivendo nos territórios do Botswana, Lesotho e Swazilândia, que já eram membros da União Alfandegária e da zona monetária do Rand, e também o Zimbabwe, Namíbia e, eventualmente o Malawi.

Mais tarde, pensou-se alargar a constelação, estendendo-a para 11 países, o que incluiria a Zâmbia, Zaire e possivelmente Angola, Moçambique e a Tanzânia. Isso seria a Constelação mais ampla, pois existe também a Constelação interna, que diz respeito ao relacionamento entre a África do Sul e os bantustões. (30)

Os contornos da política externa de P. W. Botha aparecem assim à vista. A política de "Détente" de Vorster havia evoluído para a teoria de "Constelação de Estados", na qual se propunha uma associação económica, em torno da África do

Sul, dos estados da região que se opunham ao socialismo. Pretória pretendia assim interpretar o conflito na África Austral com um conflito Este-Oeste.

Esta posição foi contraposta pela maioria dos países da região, que apontavam o apartheid como o inimigo da liberdade dos povos. O seu efeito foi convencer os estados vizinhos que Pretória pretendia transformá-los em satélites económicos e políticos. (31)

O método principal da consecução deste objectivo foi a guerra de desestabilização. A militarização da RAS conduziu a uma série de alterações na sua estrutura, em primeiro lugar a elevação do papel do exército. Após a frustração da intervenção militar contra Angola - a primeira operação de vulto da África do Sul contra um estado soberano e onde o exército sul-africano entrou em confronto com unidades do exército regular - as South African Defence Forces (SADF) foram remodeladas para se tornarem convencionais com alta mobilidade e capaz de lutar numa guerra de contra-revolução. As falhas de armamento detectadas foram corrigidas com a intervenção da Companhia Estatal de Armamento (ARMSCOR).

A par disso, Pretória passou a dar maior atenção ao treino do exército para a realização de operações no território de países vizinhos, através de grupos de "Comandos", cujo núcleo era constituído de mercenários e de "batalhões étnicos", isto é, unidades formadas por soldados negros pertencentes ao mesmo grupo cultural e linguístico da população do estado vizinho. O mais tristemente célebre foi o "batalhão 32", também conhecido por "batalhão Búfalo", que actuou na Namíbia e Angola. (32)

As independências de Moçambique e Angola significaram a perda dos tampões de segurança que envolviam a África do Sul. A independência do Zimbabwe, considerada a segunda potência regional e a formalização orgânica da SADCC em 1980, surgiram como uma concretização dos receios de Pretória, pois

os países membros queriam caminhar com as suas próprias pernas. A decisão do Malawi, Swazilândia e Lesotho já bastante absorvidos pela África do Sul através da União Aduaneira e zona monetária do Rand, de aderirem a SADCC e a independência do Zimbabwe fizeram abortar a promoção da "CONSAS". (33)

O problema de soberania era preocupante pois podia aprofundar a revolução, o que não ia de encontro aos interesses de Pretória. Os portos e caminhos de ferro da Beira, Nacala e Maputo constituíam rotas alternativas para os países do "hinterland" dependentes dos portos sul-africanos. Foi neste contexto que os países membros da SADCC criaram, em 1981, a Comissão de Transportes e Comunicações da África Austral (SATCC), como órgão independente com sede em Maputo. Com três portos principais e seis linhas férreas, Moçambique é porta de saída para o mar mais económica para os países do "hinterland". O Caminho de Ferro Norte tem como principal vector o Porto de Nacala, que é servido por uma linha férrea que termina no Malawi; o Caminho de Ferro Centro é constituído pelo Porto da Beira, na Província de Sofala, pela linha férrea para o Malawi, pelo sistema Ferro-Portuário para o Zimbabwe, existindo o oleoduto que liga Beira e Mutare na zona de fronteira com o Zimbabwe; o Caminho de Ferro Sul é servido pelo Porto de Maputo que está ligado ao Zimbabwe pela linha do Limpopo, à África do Sul pela linha de Ressano Garcia e à Swazilândia pela linha de Goba. (34)

Até 1975 este sistema de transportes mostrou-se suficiente para manusear todo o tráfego malawiano, 90% do tráfego zimbabweano, 90% do tráfego da Swazilândia e mais de 65% do tráfego proveniente de Transvaal Oriental, além de mais de 80% das exportações de cobre zambiano escoados pelo Porto da Beira em 1973. Estes indicadores mudaram a partir de 1975 como resultado de uma combinação de factores, tais como o encerramento de fronteiras com a Rodésia do Sul de 1976 a 1980, no cumprimento das sanções decretadas pelas Nações Unidas; o apoio à luta de libertação do Zimbabwe; a agressão rodesiana; as acções da

Renamo; o desvio de tráfego e tarifas mais baixas organizadas por Pretória. A combinação destes factores reduziu o tráfego de mercadorias em trânsito pelos portos moçambicanos de 6.620 milhões de toneladas em 1980 para 2.791 milhões de toneladas em 1984, e abaixo de 2 milhões de toneladas em 1986. De assinalar também que de 1982 a 1989 foram destruídas 308 locomotivas, 662 carruagens, 35 pontes e 244 Kms de linha férrea, num custo aproximado de 250 milhões de dólares americanos. (35)

A necessidade de defesa dos interesses da minoria conduziram Pretória a fazer dos problemas de garantia da segurança nacional o principal aspecto da "Estratégia Total". (36)

A "Estratégia Total" conduziu Pretória à criação de uma máquina militar com grande eficiência e mobilidade; ao desenvolvimento de um poderoso aparelho de serviços secretos; à organização de operações especiais de intervenção rápida; à criação de "instrumentos nacionais" nos diversos países da região, para desestabilização, em particular Moçambique e Angola; à intervenção directa da SADF nos diversos países da região; à implementação do boicote e medidas económicas (sanções não declaradas). (37)

Começou assim a surgir a ideia de uma África do Sul como super-potência, gozando do poderio militar e económico com o qual poderia dominar a região.

O apoio sul-africano à Renamo não se verificou imediatamente após a independência de Moçambique, apesar de CIO e Orlando Cristina terem em 1976 contactado a BOSS para obter apoios a favor da Renamo, o pedido foi rejeitado nessa altura pelo Primeiro-Ministro Vorster, que não queria prejudicar a sua política de "Détente" e por ter um acordo com o governo de Moçambique que preconizava a não agressão mútua. Com efeito, em 1974 foi assinado um acordo de não agressão entre o governo da RAS e a direcção da Frelimo. Nos termos deste acordo

a RAS não interviria em Moçambique e por sua vez Moçambique não permitiria que o ANC operasse a partir do território moçambicano, para além disso, o acordo também dizia que a RAS não atacaria Moçambique por questões surgidas entre Moçambique e a Rodésia do Sul, e enaltecia a cooperação económica, tendo em conta as realidades geopolíticas e a dependência económica mútua. Apesar de nunca ter sido tornado público, sectores da imprensa portuguesa, nomeadamente o "Século", na sua edição de 7 de Novembro de 1974 e "A CAPITAL", de 23 de Novembro de 1974, fizeram-lhe referência. (38)

Para mostrar o significado dessa dependência económica, entre os anos 1973 e 1976 a RAS reduziu o número de mineiros moçambicanos na RAS de 120.000 para 40.000. Entretanto, a política de "Détente" de Vorster, direccionada para a dominação económica e subversão político-económica, era alvo de críticas por parte dos parlamentares conservadores bem como dos militares, porque essa política não era tão decisiva na conservação do apartheid como a política interna. Foi neste cenário que cresceram as vozes para a implementação da "Estratégia Total" formulada pelo então Ministro da Defesa P. W. Botha, que foi apresentada publicamente em 1977. Os acontecimentos que se seguem no ano seguinte dão início a uma nova etapa na história da África Austral. (39)

O escândalo da informação conhecido como "Muldergate", em 1978, e a consequente queda de Vorster e do general Hendrik Van Der Bergh, Chefe do Bureau of State Security (BOSS), conduziram a uma progressiva perda de influência da BOSS a favor do Departamento de Inteligência Militar (MID). Com Botha como Primeiro-Ministro a partir de 1979, verificou-se uma centralização do poder no Primeiro-Ministro e após 1984 no Presidente Executivo, reduzindo-se assim as funções do Parlamento e do Gabinete Presidencial e criando-se uma estrutura paralela dominada por militares.

Com efeito, o Sistema Nacional de Administração de Segurança (NSMS) foi criado e o Conselho de Segurança de Estado (SSC) (40) tornou-se o principal órgão de tomada de decisões. Isto significava que nada de importante podia ser feito sem passar pelo consentimento dos militares. (41)

Botha retomou o trabalho de Vorster no âmbito da CONSAS e lançou --o de novo através do chamado Plano de Carlton, que visava acalmar os interesses económicos do país ao mesmo tempo que servia de contrapeso às suas agressões militares face à comunidade internacional. A partir de 1979 a RAS forneceu apoio militar à Renamo, tendo transportado por via aérea armas para o campo de treinos estabelecido em Chisumbanje, junto à fronteira com Moçambique.

Nessa altura foi criado em Umtali (hoje Mutare) o centro operacional da Renamo e também o campo de treino de Inyanga também junto a fronteira com Moçambique. A ascensão, na RAS, do MID, e o crescente envolvimento da RAS com a Rodésia do Sul conduziram maiores apoios à Renamo.

Estima-se que entre 1979 e 1980 a Rodésia do Sul tenha recebido da RAS cerca de 1 milhão de dólares americanos em apoio às operações da Renamo. Ao mesmo tempo, Magnus Malan, Ministro da Defesa Sul Africano, e sua contraparte Rodesiana, o general Peter Walls, acordavam que unidades militares rodesianas comprometidas seriam integradas na SADF e no MID caso caísse o governo minoritário branco, como corolário do processo que se tinha iniciado em Lancaster House. (42)

Entretanto o governo Britânico pressionava a CIO para que terminassem as acções da Renamo. Os guerrilheiros da Renamo, confrontados com a possibilidade de enveredarem pela vida civil ou passarem ao controlo sul-africano, na sua maioria optavam por continuar a lutar. A transferência (Operação Mila) foi feita por via aérea através dos aviões "C 130" que também transportaram o equipamento da "Voz da



África Livre", armamento e instrutores Rodesianos. Os restantes efectivos foram reagrupados em Sitatonga. (43)

A independência do Zimbabwe e a formação da SADCC, que conseguiu grandes apoios no Ocidente e Países Nórdicos, eram um desafio para a RAS que abandonou a ideia da CONSAS, dando início à parte militar da "Estratégia Total". Foi este processo que veio a atingir particularmente Moçambique, que estava a tentar construir ali, ao seu lado, uma sociedade multiracial, com benefícios em sectores sociais como a saúde, educação, etc. A transformação da Frelimo num Partido de Vanguarda Marxista-Leninista, serviu de justificação, pois era considerada uma ameaça ideológica que lembrava a presença da URSS no país. Assim foi planeada a desestabilização militar e económica, para ser executada de forma consequente e a longo prazo. (44)

Reagan, Presidente dos EUA depois de 1980, também vai indicar o comunismo como perigo, o que dá espaço de manobra a RAS. A luta global dos EUA contra a influência comunista coincidiu com a necessidade da RAS defender o apartheid, havendo assim uma coincidência na definição do inimigo a nível global e regional.

A transferência da Renamo da Rodésia do Sul para a RAS conduziu à reestruturação da Renamo e à ascensão de Orlando Cristina, que se tornou Secretário-Geral da Renamo em 1980. (45)

A CIO sempre o manteve distante das decisões. Cristina Havia já angariado influências fortes dado o seu papel na campanha para a eleição de Dhlakama após a morte de Matsangaissa em 1979. (46). Entretanto, o MID abriu em Walmerstad, uma antiga "Farm" a 50 Kms de Pretória, um campo político para a Renamo, local a partir de onde foram feitas as primeiras reportagens de promoção à figura de Dhlakama e da Renamo. Phalaborwa e Zoabasted, no Norte do Transvaal,

tornaram-se centros de treino da Renamo. Até ao Acordo de N'komati, phalaborwa funcionou como ponto de hospedagem e prestação de outros serviços à liderança da Renamo e pessoal da "Voz da África Livre". (47)

A sede do quartel general das SADF no "Zanza House" em Pretória, tornou-se o centro de controlo da Renamo e Orlando Cristina possuía lá um gabinete. Por alturas de 1983 (Junho e Novembro) o Estado-Maior Geral da Renamo esteve em Potgietersrus, onde também Dhlakama tinha aposentos. Por volta de finais de 1980, as forças da Renamo estavam prontas para entrar em acção, tendo sido transportadas via aérea para a base de Garágua que viria ser tomada pelas forças governamentais em 5 de Dezembro de 1981. Estimativas indicam que por volta de 1981 entre 6 mil a 7 mil guerrilheiros da Renamo encontravam-se em actividade, número superior ao período em que estava sob controlo da Rodésia do Sul. (48)

O general Van Der Westhuizen, Chefe da Inteligência Militar sul-africana, passou a ser a figura que conduziu as acções da Renamo. A partir de 1982, a campanha de desestabilização contra Moçambique intensificou-se e a Inteligência sul-africana procurou apresentar a Renamo como uma força de oposição interna. Foi neste contexto que Orlando Cristina, Afonso Dhlakama e outros elementos da cúpula da Renamo sob patrocínio da RAS, visitaram a República Federal Alemã, Portugal e França, para procurar apoios políticos e materiais e contrariar as denúncias do governo moçambicano, que acusava a Renamo de ser instrumento de desestabilização contra Moçambique. Em Portugal, encontraram-se com homens de negócios e representantes da Igreja Católica Romana, tendo também mantido encontros com a Imprensa e o Partido Social Democrata (PSD); na França encontraram-se com o Presidente Valery Giscard D'Estaing; na RFA encontraram-se com a União Cristã de Franz Strauss e o Partido Democrático Cristão. Com efeito, nessa altura, 6 anos após o início das hostilidades, um Manifesto e um Programa Político foram tornados públicos. (49)

A RAS tinha como objectivo, através da desestabilização, impedir a recuperação económica de Moçambique, tornar Moçambique ingovernável e impedir a cooperação regional, de forma a poder preservar o Apartheid, e não fazer propriamente chegar a Renamo ao poder. É que, òs raptos, as mutilações, as ameaças, persistiram como método para ganhar simpatizantes, a par com uma destruição de infraestruturas económicas e sociais, sem nexo. O celeiro, a palhota, o posto de saúde, a escola, a linha dos Caminhos de Ferro, a fábrica, tudo foi destruído e queimado. O Relatório Gersony foi conclusivo a este respeito: "O que é pouco normal é a ausência de qualquer esforço para explicar ao povo o objectivo da rebelião (...). A relação entre a Renamo e a população centra-se, aparentemente, apenas na extracção, estritamente pela força, de recursos, sem explicação, (...). Não são relatados esforços da Renamo para explicar os objectivos da luta nem o seu programa". (50)

Segundo o mesmo relatório, pelo menos "cem mil civis foram assassinados pela Renamo". Ainda de acordo com o relatório, as populações fugidas do cativeiro da Renamo "dão uma estimativa credível acerca desses assassinatos, que incluem o fuzilamento, apunhalamento, pessoas queimadas vivas, espancamentos, até a morte, asfixação forçada, fome forçada, quedas forçadas, abate indiscriminado de civis durante ataques a aldeias", enquanto mulheres e raparigas capturadas foram frequentemente "exigidas a submetem-se a actos sexuais, a serem de facto violadas, numa prática frequente e sistemática".

Pouco tempo depois do relatório, o Subsecretário de Estado Norte Americano para os Assuntos Africanos, Roy Stacey, fez um apelo aos apoiantes externos da Renamo. "A Renamo tem vindo a fazer uma guerra sistemática e brutal de terror contra civis moçambicanos inocentes através do trabalho, fome, abusos físicos e assassinatos indiscriminados. Condenando-a como nós fazemos, a condenação destes actos não é suficiente. O que emergiu em Moçambique é um

dos holocaustos mais brutais contra seres humanos ordinários desde a Segunda Guerra Mundial, e os apoiantes da Renamo, onde quer que estejam, não poderão lavar o sangue das suas mãos, a não ser que todo o apoio a esta violência sem consciência seja cessado imediatamente". (51)

O que se passava no terreno coincide com o que formulou Geldenhuys, investigador sul-africano sobre desestabilização. Considera Geldenhuys que desestabilização é um método político para obrigar mudanças no comportamento de um governo, sem necessariamente ter que o derrubar. A propósito o investigador diz: "O objectivo principal do desestabilizador é o plenamente político. Na essência ele deseja promover (ou forçar) mudanças políticas no estado alvo. Podem ou não incluir mudanças estruturais, quer dizer, afastar o governo do poder, mas inclui certamente mudanças fundamentais ou uma reorientação na política do estado alvo vis-à-vis o desestabilizador". (52)

Não era portanto preciso grandes preocupações para obter apoios internos significativos, pois, não haveria vencedores militares. O que era fundamental era pôr o país de rastos para condicionar as mudanças no interesse de Pretória. Com efeito, segundo o Relatório Gersony, relatos de 91% dos refugiados chegados de 1987/1988, descontando os imigrantes fora do conflito, foram caracterizados pelo autor como sendo muito negativos para os combatentes da Renamo; 5% como negativos, 1% como positivos; 3% não contém informações nem queixas. (53)

#### 4. TOPONÍMIA E HISTÓRIA

Na divisão administrativa de Moçambique a Zambézia constitui uma província com a superfície de 105.008 km<sup>2</sup>, tendo na sua área 16 distritos, uma população de 2.418.851 (censo de 1980), com uma densidade populacional de 23,3. (54)

Situada no Norte de Moçambique, tem como limites o rio Ligonha ao Norte que a separa da província de Nampula, a Sul o rio Zambeze que a separa da província de Sofala, a Leste o Oceano Índico e a Oeste o rio Chire que a separa da República do Malawi e da Província de Tete.

O território designado província da Zambézia, chamou-se durante muito tempo Distrito de Quelimane. (55)

Ocupando um espaço importante em termos de recursos económicos, as suas exportações representaram no momento da independência, 50% das exportações do país. (56)

A economia da Zambézia sofreu alterações durante o Século XIX e princípios do Século XX, como resultado de mudanças que ocorreram. Com efeito, a economia que até 1870 era dominada pelo comércio internacional de escravos, devido a quebra da produção agrícola, a dizimação da população e um "modus vivendi" baseado no Sistema de Prazos (57), a partir de 1870 sofreu mudanças provocadas pela procura internacional de oleaginosas (gergelim, amendoim, copra), e a presença do capital comercial Asiático e Europeu. A situação conflituosa que ocorreu nos finais do Século XIX no seio das potências imperialistas, conduziu Portugal ao papel de intermediário do imperialismo, através das Companhias Magestáticas e Companhias Arrendatárias de Prazos. (58)

Na Zambézia, a partir de 1892, estavam a operar a Companhia da Zambézia, a Companhia do Boror, a Societé du Madal, a Empresa Agrícola do Lugela, a Sena Sugar Estates. Isso significava que Portugal entregara a maior parte da Zambézia ao capital estrangeiro, inclusive a possibilidade de proceder à "ocupação efectiva". Por outro lado, interrompia as experiências de administração directa do Estado Colonial Português a partir de 1880, com a abolição dos Prazos da Corôa, e transformava os prazos em plantações. Com o surgimento das

plantações, a economia camponesa foi asfixiada como resultado dos impostos, migrações, monopolização do comércio e o trabalho forçado, convertendo assim os camponeses numa força de trabalho para as novas plantações. (59)

A penetração das companhias substituiu o capital mercantil português e indiano e a cobrança do "mussoco" (renda em género), conduziu o produtor camponês a ter menos tempo para as suas actividades produtivas.

A política do Estado Novo, pautada por uma componente agrária muito forte, preconizava um forte investimento do capital português e colono em detrimento do capital estrangeiro, o que levou ao desenvolvimento do trabalho forçado da cultura do algodão, nos anos 30. Isso significou grandes necessidades de mão-de-obra, resolvidas pelo regime por mecanismos administrativos e nova legislação de trabalho que permitiu a utilização de uma mão-de-obra barata e controlada. (60)

##### **5. A UNAR, JORGE JARDIM E O SURGIMENTO DA ÁFRICA LIVRE**

A União Nacional Africana da Rumbézia (UNAR), constituída em Janeiro de 1968, com base no Malawi, foi formada por dissidentes do COREMO, Frelimo e UNAMI. (61)

As facilidades na formação da organização e o posicionamento de José Massamba, conduzem à hipótese de por trás da UNAR estar a mão de Banda, que há muito acalentava o sonho de anexar o Norte de Moçambique, preconizado no designado "Mapa Marave". (62)

A maioria dos seus membros tinha pertencido a Frelimo. Contudo, é provável que a formação da UNAR tenha partido da iniciativa de dissidentes do Coremo. (63)

Amos Sumane foi membro do Comité Central da Frelimo, tendo aderido ao Coremo em finais de 1965, onde chegou a ser Vice-Presidente antes de ser

Presidente da UNAR; Calisto Trindade foi membro da Frelimo e representante da Frelimo em Lilongwe, antes de ser Secretário da Informação da UNAR, José Massamba, Secretário para a Organização, pertenceu à UDENAMO e em 1964 à Frelimo; José Chitezi, Secretário-Geral, pertenceu à Frelimo e ao Coremo, foi Vice-Presidente da UNAMI; Domingos Zacarias foi militante da Coremo em 1967. Argumentando que a Frelimo era dominada por elementos oriundos do Sul que pretendiam pôr os elementos do Norte a combater pelo país inteiro, pautavam por uma terminologia anti-comunista, definido como objectivos: obter apoio dos países Ocidentais; cessar a luta armada no Norte de Moçambique; obter a independência pacífica de Moçambique pela via das conversações com os portugueses e de uma unidade territorial entre o Rovuma e o Zambeze (a Rumbézia), que compreenderia os antigos distritos do Niassa, Cabo Delgado, Moçambique, Zambézia e Tete, incluindo as zonas do Sul do Zambeze. (64)

Após a formação da UNAR a Frelimo enviou Samora Machel e Lourenço Mutaca ao Malawi para discutirem com as autoridades deste país a existência dessa organização. O encontro que tiveram a 19 e 20 de Fevereiro com Mwalo, Ministro da Informação, não resultou em garantias contra a UNAR. A 13 de Março os serviços de informação coloniais receberam informações sobre a UNAR que lhes permitiram avaliar o seu posicionamento em relação à Frelimo, nomeadamente o carácter tribalista da organização e o posicionamento de que se não fosse o pensamento comunista da Frelimo, Moçambique estaria já independente pela via as negociações. A UNAR pretendia denunciar o comunismo da Frelimo com vista a obter apoio do Ocidente e de países africanos, para encetar conversações para a independência da Rumbézia, o que pressupunha liberdade de associação e expressão em Moçambique, para poderem consciencializar as populações. (65)

Entretanto, a UNAR estabeleceu a sua sede no edifício do Malawi Congress Party (MCP), passando a actuar nas áreas de influência da Frelimo e do Coremo,

principalmente nas regiões de Lilongwé e M'lange, procurando convencer as populações refugiadas a regressar a Moçambique ordeiramente. (66)

Com efeito, a Reunião do Comité Central da UNAR de 10 de Março de 1968, em Limbe, decidiu que a organização deveria actuar principalmente nas áreas fronteiriças do Malawi com Moçambique, concretamente M'lange, Dedza, Chiromo e Ncheu. O Comité Central da UNAR decidiu também, na altura, atribuir novos cargos: Calisto Trindade ficou Vice-Presidente, José Massamba foi reconfirmado no cargo de Secretário-Geral e Organização, Eugénio Machado como Secretário da Educação, Domingos Zacarias como Secretário da Informação. (67)

Os esforços da Frelimo com vista a impedir a actuação da UNAR no Malawi, realizados por enviados da Frelimo ao Malawi, nomeadamente Inácio António Nunes, Bonifácio Gruveta, Benedito Kamangira, Joaquim Chissano, Samora Machel, Lourenço Mutaca e outros, não resultaram. O Malawi reforçou o seu apoio à organização, que passou a enviar cartas ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, diversas autoridades coloniais, bem como administrativas e alguns régulos. A 11 de Julho os serviços de informações coloniais divulgaram a constituição e o programa da UNAR. (68)

A UNAR assumiu uma postura fraccionista e de proximidade com o representante de Jorge Jardim na Malawi, Pombeiro de Sousa. O Apoio do Malawi para além de ser tácito foi também ideológico e financeiro. A análise da documentação portuguesa sugere a possibilidade de ter sido um movimento que nasceu pela mão do Malawi e Jorge Jardim, com o objectivo de criar uma "zona tampão" para impedir o avanço da Frelimo para o Sul e criar divisão política, enfraquecendo assim a Frelimo. Não conseguindo enraizar-se em Moçambique devido ao avanço da luta armada, a UNAR esvaziou-se na medida que se visualizava a condenação do colonialismo. Com efeito, a Frelimo apresentava progressos na guerra de libertação nacional. Em 1968 penetrara em Tete



ameaçando o projecto de Cabora Bassa, em 1970 atravessou o Zambeze e em 1972 atingia Manica e Sofala. O Zambeze que tinha sido definido pelos regimes da África do Sul, Rodésia do Sul e Portugal como a linha de defesa em Moçambique, fora transposto, causando mal estar e insegurança. (69)

Foi neste contexto que se procedeu à reabilitação da UNAR, e em seu nome começaram a realizar-se actividades subversivas, através da fronteira do Malawi, na Província da Zambézia. "Um mês após a independência, (...) tinha havido infiltração inimiga, através da "Fronteira Porosa com o Malawi de Banda", para o distrito de Milange, na Província da Zambézia". (70)

No ano de 1975, com a participação dos serviços secretos Ocidentais, foi fundada na Suíça a "Organização da África Livre" (OAL), em associação com a liga Anti-Comunista Mundial que começou a coordenar e apoiar pseudo-organizações cuja actividade era dirigida contra a independência das colónias Portuguesas. Jorge Jardim, que participou na criação da "OAL", abriu uma representação desta organização no Malawi. Foi em torno desta representação e de Jorge Jardim que se buscaram apoios para subversão de Moçambique e a UNAR foi reabilitada com reforços do COREMO e elementos das unidades especiais das forças coloniais fugidas de Moçambique para o Malawi, surgindo a "África Livre", cujo nome foi inspirado no "Europa Livre - Free Europe", organização de "Guerra Fria" contra os países socialistas europeus. É provável que Jorge Jardim tenha procurado encontrar na "África Livre" uma alternativa "creola" ao colonialismo Português. (71)

## 6. O MNR E JORGE JARDIM

Na década de 60 tinham ocorrido acontecimentos relevantes: a 3 de Fevereiro de 1969 o Presidente Mondlane foi assassinado numa acção tendente a travar o processo de libertação de Moçambique. Paralelamente, desde 1968,

Marcelo Caetano substituiu Salazar no cargo de Presidente do Conselho de Ministros de Portugal. Com Caetano no poder e a sua retórica de "autonomia progressiva e participada" das colónias, ficou fragmentado o bloco homogénio criado por Salazar, o que trouxe, paradoxalmente, mais e maiores oportunidades a Jorge Jardim, apesar de não gozar da mesma liberdade. (72)

Face às dificuldades do "Mapa Marave" e da UNAR no terreno, Jorge Jardim procurou outros caminhos para impedir a Frelimo de chegar ao poder. Foi assim que desde 1970, com o apoio da Rodésia, criou o campo de treinos de Dondo, para a formação dos GE's e GEP's, ao mesmo tempo que procurava alianças regionais para novas alternativas que se viriam a traduzir no "Programa de Lusaka". (73)

Procurando uma saída neocolonial para Moçambique, e valendo-se das ligações com o poder em Portugal, Jorge Jardim montou uma estrutura alternativa em Moçambique, com um serviço de propaganda, recolha de informações e uma milícia privada. Orlando Cristina, seu Lugar-Tenente, controlava a rede de informações e a milícia privada de Jorge Jardim, chefiada por Daniel Roxo, que actuava em ligação com os Serviços Especiais de Informação e Intervenção. (74)

Esta ligação de Orlando Cristina a Jorge Jardim levantou a hipótese de após a independência de Moçambique, Jorge Jardim ser o cérebro por trás da Renamo.

A DINFO, Serviços de Informação dependente do Estado-Maior General das Forças Armadas Portuguesas que desde 1978 acompanhou a evolução da Renamo, inicialmente através de Evo Fernandes e mais tarde por um elemento de ligação da DINFO, Fernando Ramos, tentou verificar a hipótese, tendo constatado, após um contacto com Jorge Jardim em Madrid, que a ligação entre Orlando Cristina e Jorge Jardim se resumia a umas cartas que Cristina ocasionalmente lhe escrevia. (75)

Manuel Cardoso Boullosa, dono da Sonap e Sonarep e de várias empresas petrolíferas em África, apontado como financiador da Renamo através de Jorge

Jardim pela imprensa Portuguesa e estrangeira, negou o envolvimento, afirmando somente que empregou um quadro da organização, Evo Fernandes, numa das suas empresas. A propósito disse: "Quem dirigia a Renamo era um rapaz, meu antigo funcionário, o Capitão Orlando Cristina. Mas nunca lhe dei vintém, nem nunca lhe paguei uma espingarda, embora tivesse muitas simpatias por ele. Nunca financiei a Renamo nem com um centavo". (76) No entanto, os representantes da Renamo em Portugal durante a década de 80 eram empregados na Editora de Boullosa em Lisboa. (77)

Dhlakama, a este respeito afirmou: "O Jardim nunca foi nada na Renamo". O episódio, que ocorreu em 1979/80, altura em que Álvaro da Silva Moreira Récio e Orlando Cristina se encontraram com Jorge Jardim em Lisboa, revelou a tentativa de Jorge Jardim "recuperar" o controlo sobre os seus discípulos que recusaram o seu plano de liderança, e mostrou um Cristina mais independente, procurando alternativas político-militares para a Renamo e um afastamento da tutela Sul-Africana, provavelmente como corolário dos contactos com os serviços secretos portugueses. Em 1982 Dhlakama esteve algumas semanas em Portugal, tendo Evo Fernandes combinado um encontro entre ele e Jorge Jardim. O encontro não se realizou por sugestão de Cristina. (78)

Após a independência de Moçambique, Jorge Jardim não permaneceu na Rodésia por ter sido considerado "persona non grata" pelo regime de Ian Smith, devido a uma transação duvidosa de combustível nos anos 60. Este facto terá impedido a sua participação na criação do MNR. (79)

Após este episódio, Jardim, rotulado de inconveniente e numa situação de exillado, deambulou pela Europa e América Latina, continuando na sombra a tecer planos contra Moçambique. Por ocasião do lançamento do seu livro "Moçambique Terra Queimada", em 1976, Jorge Jardim reapareceu na sua última acção pública. A 30 de Dezembro de 1977 foi autorizado a entrar em Portugal e em 1978 virou-se

para os negócios, iniciando contactos para abertura de um banco no Gabão. É provável que Jorge Jardim tenha ficado neutralizado quando se instalou na Gabão, nos inícios dos anos 80, para iniciar o projecto de Interbanque, em Libreville, em associação do Presidente Omar Bongo. (80)

Apesar dos factos convergirem para um afastamento entre Jorge Jardim e o MNR, o que parece claro é que Jorge Jardim serviu de ponte entre as bolsas de fugitivos de Moçambique e o MNR, mercê das suas ligações com os círculos do poder colonial e forças militares e paramilitares.

Afonso Cotoi, mineiro recrutado para as fileiras da MNR, refere que lhe fora dito que o seu chefe era Jorge Jardim. (81)

#### **7. A "ÁFRICA LIVRE" NA ZAMBÉZIA, 1975-1982.**

A "África Livre" operou na Zambézia de 1976 a 1982 de forma independente da Renamo, beneficiando de um apoio de parte da população rural. Inicialmente designada PRM (Partido Revolucionário de Moçambique), estendeu também as suas acções à Província de Tete, liderada por dois ex-guerrilheiros da Frelimo, Amós Sumane e Gimo M'Phiri. As suas acções centraram-se contra as forças governamentais para obter material para futuras acções. (82)

As suas primeiras acções ocorreram nos Distritos de Milange e também no Gurué. Em Milange, no ano de 1976, assassinaram um padre católico de nome Bento. Os assassinos do padre foram publicamente fuzilados em Setembro do mesmo ano, no campo desportivo do Ferroviário de Quelimane, por determinação do governo da Província. Outras acções conotadas com a "África Livre" traduziram-se em ataques a estruturas administrativas e governamentais, empresas estatais, armazéns, estabelecimentos comerciais e assaltos nas estradas. O fenómeno "Chupa Sangue" foi por ela lançado na Zambézia. (83)

O fenómeno "Chupa Sangue" tratou-se de uma psicose colectiva, segundo a qual a noite era sugado o sangue às pessoas que dormiam por indivíduos desconhecidos, que de fora das casas introduziam uma seringa com a qual chupavam o sangue da vítima até que ela acabava por morrer. Não existem factos para documentar esta acção, que foi interpretada pelas autoridades governamentais como uma manobra para desacreditar a Frelimo, pois argumentava-se que o sangue conseguido era pagamento da Frelimo à China e à União Soviética pelo apoio dado à luta armada de libertação nacional. (84)

Em finais de 1980 a principal base da "África Livre", localizada em Milange, foi destruída pelas FPLM, e muitos dos seus líderes, incluindo Amos Sumane, foram capturados. Durante o ano de 1981 (Fevereiro), 4 membros da "África Livre" foram sentenciados à pena capital e 27 julgados e condenados. Apesar disso, a "África Livre" estava a obter sucessos, o que conduziu a um encontro entre Samora Machel e Banda durante esse mesmo ano, que culminou com a promessa de Banda de parar o apoio a "África Livre" no seu território. Em 1982 (Junho), um segundo julgamento sentenciou à morte proeminentes líderes da "África Livre, tais como Matias Tende, que havia deixado a Frelimo para aderir ao Coremo em 1967, e tido como um dos fundadores da "África Livre", e Joaquim Veleia, ex-Comissário Político da Frelimo no Gurué que se havia juntado a "África Livre" em 1979. (85)

A deslocação de Jorge Jardim para o Gabão e as conversações entre Banda e Machel, deixaram a "África Livre" privada do seu apoio externo, o que aliado aos reveses militares, conduziu o movimento à beira do colapso. Foi neste cenário que Orlando Cristina, que desde 1981 era Secretário-Geral da Renamo, encorajado pela RAS e com o patrocínio de Gilberto Fernandes, comerciante de origem indiana em Tete, associado de Cristina e Gimo M'Phiri, iniciou os contactos com M'Phiri, chefe militar da "África Livre", para a junção de forças e abertura de uma Frente Conjunta no Norte de Moçambique. (86)

A "África Livre", já morribunda, foi assim "engolida" pela Renamo em finais de 1982. Já sem o apoio de Jardim e face ao compromisso de Banda de deixar de apoiar, a "África Livre", que até 1980 não denunciou qualquer ligação formal com o MNR, adere a esta organização como corolário dos apelos lançados pelo MNR a todos os grupos exilados anti-Frelimo para a unificação das suas forças. (87)

Das organizações contactadas, só a "África Livre" respondeu positivamente ao apelo de um Comando Unificado, tendo Fanuel Guideon Mahluza, líder da "África Livre, passado a dirigir as relações exteriores do MNR. Este "casamento" consumou-se quando cerca de 600 guerrilheiros da Renamo atravessaram o Zambeze e juntaram-se à força remanescente da "África Livre", permitindo à Renamo implantar-se na Zambézia a partir de 1982 e operar em Nampula. (88)

## **CAPÍTULO II: A RENAMO NA ZAMBÉZIA**

### **1. CONDIÇÕES PARA DESENCADEAMENTO DA GUERRA NA PROVÍNCIA**

"A guerra de guerrilha é tão velha como a própria guerra: de facto, a guerra primitiva era largamente baseada na surpresa, na emboscada e em táticas similares, em acções de pequenos grupos actuando com o espírito e os ardis do "homem de caça". (89)

A guerrilha como processo militar passou a ser submetida a um processo político, tendo sido dominante na resolução de conflitos após a II Guerra Mundial. É um processo político e militar em que o papel central cabe à população. Tem como objectivos, no plano militar, a criação do poder militar do movimento de insurgência e a fixação e desgaste das forças de defesa e segurança da contra-insurgência; no plano não militar, o controlo e organização da população. (90)

A população e as bases de guerrilha são dois elementos importantes sob o ponto de vista operacional. Segundo Abel Cabral Couto, a possibilidade de

constituição e sobrevivência de forças de guerrilha parece depender da existência de uma população rural significativa com hábitos verdadeiramente rurais, capaz de longas marchas (de noite e dia), habilitada a sobreviver com os recursos naturais e locais. Isto porque a população é fundamental no sistema de ligação, particularmente nas fases iniciais. Servem de mensageiros e estafetas, fazendo recurso a variadas técnicas, tais como sinais discretos, tambores, fogueiras, etc., ao longo das linhas de infiltração ou de itinerários. É no seio da população, que se fazem os recrutamentos que normalmente se dividem em três categorias: militantes, aderentes e simpatizantes (mais ou menos conscientes), recrutados coercivamente. Parte dos elementos funcionam em "part-time", distribuídos na população, dedicando-se às suas actividades normais, quando não estão indigitados para determinadas acções. O fornecimento de viveres, parte vem da população, voluntariamente ou por imposição. (91)

As bases são outro elemento importante da guerrilha, e têm de estar adaptadas a situações concretas e variadas, pois a sua localização é no território de acção para poder alcançar a área ocupada pelo inimigo, fazendo da retaguarda à frente de combate, obrigando-o assim a combater na sua própria zona de ocupação. Sem bases estratégicas, como observa Mao Zedong, não é possível alargar o conflito armado à área ocupada pelo inimigo. A sua localização está condicionada à natureza do terreno, às operações militares, podendo por isso serem permanentes e temporárias, consoante o desenvolvimento e objectivos estratégicos da guerrilha. (92)

Para Além disso, a sobrevivência do grupo de guerrilha exige, entre outras condições, capacidade de refúgio, espaço de manobra e liberdade logística, que só poderá ser obtida se houver cumplicidade da população, autosuficiência a partir dos recursos locais, e logística à custa do inimigo e apoios exteriores. (93)

Embora estes factores possam ter sido seguidos pela Renamo na guerra de guerrilha que devastou a Zambézia, a situação específica da Província, que foi muito bem explorada pela Renamo, e o apoio externo, foram cruciais para o movimento se poder instalar com êxito na Zambézia.

A abertura da Frente da Zambézia pela Frelimo durante a luta armada de libertação nacional fora bastante problemática. Com efeito, desde 1963 se notou a presença da Frelimo no seu território, em Tacuane, Lugela, Mongoé e Milange, onde foram distribuídos panfletos com a "Proclamação ao Povo de Moçambique". (94)

O clima de euforia face aos sucessos na distribuição de propaganda junto a zonas fronteiriças, levantou então a possibilidade de invasão a província após a independência do Malawi.

Por outro lado, o rápido desenvolvimento dos sub-comités da Frelimo começava a tornar possível o envio de armamento da Tanzânia, através do Malawi, para as províncias de Nampula, Zambézia e Tete. Entretanto, são referenciadas pelas autoridades coloniais infiltrações da Frelimo em Morrumbala e na zona do rio Chire entre Mutarara e Morrumbala, Situação avaliadas pelas autoridades coloniais como de quase pré-insurrecional. (95)

Em 1966, contudo, a Zambézia era já referida nos relatórios das autoridades coloniais, como o exemplo a seguir contra a penetração dos guerrilheiros, através do princípio de "Comandamento, Conquista da Adesão e Accionamento das Populações". Com efeito, a actividade operacional da Frelimo fora interrompida em 1964 e 1965, devido à falta de bases sólidas e dificuldades do relacionamento com o Malawi. Durante os anos de 1965 e 1966, novos esforços foram organizados para penetrar na Província através de Mecanhelas, a Sul do Niassa. As dificuldades sentidas não significaram contudo, que a Frelimo tivesse deixado de estar presente no território. (96) Porém, adiaram a abertura da Frente da Zambézia até 1972.



Estes factores não permitiram que no seu território tivessem ocorrido acções de grande envergadura da guerrilha da Frelimo, o que poderá ter diminuído a base social da Frelimo na Província, à altura da independência. Por outro lado, a economia da Província baseada no sistema de plantações, nomeadamente chá, açúcar, sisal, copra, conduziu à expropriação de terras aos camponeses. Com a independência essas terras não foram devolvidas mas reconvertidas a favor do Estado, que as passou a explorar sob a forma de empresas estatais e cooperativas. Isso conduziu a que o comércio privado se remetesse ao comércio retalhista, alterando a rede comercial com a partida de muitos colonos. (97)

Devido aos salários de fome que eram praticados, exacerbaram-se as animosidades do sector familiar, que dependia do trabalho sazonal dos homens. A fuga de pequenos comerciantes, a recessão económica que antecede o III Congresso (1977), privaram os camponeses de bens essenciais, ao mesmo tempo que se vai formando um pequeno núcleo de comerciantes urbanos, quebrando-se assim os elos entre o campo e a cidade. (98)

Nos distritos fronteiriços do Malawi, o posicionamento de Banda em relação às estruturas tradicionais foi visto como um ataque ao modelo de governação da Frelimo. O discurso da Frelimo de construir um estado laico, provocou clivagens com diversas religiões, particularmente a católica e tradicionalista. Este aspecto foi bem explorado pela Renamo que proclamava a liberdade de culto, enquanto a Frelimo hostilizava a igreja sob acusação de cumplicidade e apoios à Renamo. Caso relevante ocorreu com os "Testemunhas de Jeová", que se recusavam a acatar as orientações do governo, em nome dos princípios religiosos que os orientam. Foram deportados para campos de reeducação e mais tarde exilados no interior do distrito de Milange, constituindo o primeiro contingente de refugiados no Malawi, onde os seus correligionários também sofriam hostilidades por não aderirem ao Malawi Congress Party (MCP) de Banda. (99)

Com vista a proteger as populações de incursões armadas, desde 1976, as autoridades governamentais agruparam forçosamente as populações na zona fronteiriça com o Malawi em "aldeias de protecção", o que terá lançado a população nos braços da "África Livre". (100)

"(...) As aldeias eram sentidas como matriz do aparelho do estado no campo e para muita gente as consequências políticas da sua construção eram consideradas insuportáveis (...) A simples referência ao projecto aldeão era suficiente para favorecer o aparecimento de uma nova hierarquia política local, em conflito com as autoridades sociais e políticas reconhecidas. Ou seja, o conflito que opunha as populações rurais à Frelimo e ao seu estado aldeão está certamente na origem da dissidência de uma parte dos habitantes do distrito (...) A Renamo tinha compreendido bem os termos desta crise e organizado a sua acção militar tomando em conta essa situação". (101)

De uma forma resumida, esta é a teoria geral de Geffray sobre as causas da guerra, com base no que encontrou em Erati, Província de Nampula. O que se passou na Zambézia não foi o mesmo que aconteceu em Erati nos termos expressos por Geffray, na medida que a Zambézia não teve muitos aldeamentos, para além das "aldeias protectoras" dos anos 70 no distrito de Milange, que tinham mais objectivos militares que sócio-económicos. Para além disso, só uma pequena faixa da população foi integrada em "aldeias comunais": 0,5% da população rural em 1978 e 2% em 1982. (102) Assim sendo, o problema das aldeias comunais não parece ser a questão central no caso da Zambézia. O problema parece ser mais complexo e aparece ligado ao modo como o Estado/Partido foram implantados nas áreas rurais, o que foi bastante prejudicial à Frelimo, na medida que colidia com os valores tradicionais. Os régulos e chefes tradicionais que dirigiam as práticas mágico-religiosas para a fertilidade da terra, a ligação com os atepassados, etc... foram substituídos pelos grupos dinamizadores que se opunham a estas práticas,

numa população maioritariamente rural camponesa cuja filosofia de vida está enraizada nos valores tradicionais. Assumindo a função de Mediuns, os régulos e chefes tradicionais representavam o direito dos camponeses sobre a terra e o direito de a trabalharem como a entendessem. (103)

A perda gradual do prestígio social dos régulos pôs em causa a sua autoridade, conduzindo a que grande parte se refugiasse no Malawi, permitindo assim o seu contacto com os movimentos hostis a Frelimo aí existentes. Foi esta perda de poder que conduziu alguns régulos à cumplicidade com a Renamo, primeiro como atitude retaliatória e segundo na base de promessas da Renamo de lhes ser restituído o poder após a guerra. Foi assim que alguns régulos se tornaram colaboradores da Renamo, assumindo alguns o cargo de Comandantes da guerrilha, outros guias de reconhecimento, organizadores da logística, conselheiros, dirigentes de práticas mágico-religiosas. Foi este cenário que conduziu a que grande parte das bases da Renamo se localizassem nas áreas dos antigos régulos e tomassem os seus nomes.

Para citar alguns exemplos, veja-se os casos do distrito de Namarrói e Localidade de Mugeba, no distrito de Mocuba.

**(I) No Distrito de Namarrói:**

**MUANGO** - Foi Comandante da Renamo, evidenciando-se no período de 1982 e 1983. Para além de Comandante, também exercia as funções de hospedeiro de guerrilheiros provenientes da base de Nantuto, mais conhecida por Maquiringa. Actuava na zona da Sede do Distrito e a Localidade de Márea, isto é, no Centro e Leste do Distrito. Foi apontado como autor do massacre de Mualiuá, onde se diz terem morrido entre 44/45 pessoas que foram assassinadas e seus corpos

queimados dentro de casas previamente escolhidas. O régulo Muango foi morto pelas forças governamentais numa emboscada em 1987.

**NAPHERE** - Respondia pela logística e serviços de reconhecimento da Renamo, tendo sido guia de Muanga nas suas incursões no Centro e Leste do distrito. Referido como vingativo, foi apontado como autor das mortes de Eugénio (comerciante em Napade), uma modesta família de quatro pessoas (mãe, filha e dois netos) na zona de Muala, na Localidade de Márea, o professor Pedro, no percurso Namarrói-Mocuba. Foi também acusado de crueldades desumanas, como ter esventrado mãe e filha, que assassinou na zona de Muala, e ter introduzido na barriga delas os corpos das duas crianças. As suas acções criaram ódio na população, tendo sido morto pelos milicianos em 1985 quando ia à colheita do arroz. A população festejou a sua morte e andou em procissão com a sua cabeça espetada num bambú, enquanto o seu corpo era queimado.

**NANTUTO** - A primeira base que serviu a região Norte da Zambézia foi instalada em Nantuto antes de ser transferida para Maquiringa. Por esta razão, o régulo Nantuto tinha sido designado chefe geral dos mambos. Evidenciando-se a partir de 1983, foi conselheiro da Renamo nas práticas mágico-religiosas. Foi morto pelas forças da 7ª Brigada do Gurué num ataque à base de Maquiringa.

**NDALawe** - Foi conselheiro da Renamo, encarregado da logística, tendo recebido treino de colocação de minas anti-carro que colocava na estrada principal entre Ile e Namarrói. Foi apontado como orquestrador da morte de sete pessoas (4 homens e 3 mulheres) em Mebuína e do Secretário de Finanças da Frelimo na região de Mucuna. Actuando no período de 1983/1984, é provável que tenha sido morto por milicianos na base de Namaria.

**WEDE** - Antigo régulo colonial, agora designado mambo, colaborou com a Renamo no período de 1982/84. Procedia ao recrutamento de jovens e recolha de víveres

para serem enviados à base Sugula (Lugela), que tinha a ligação directa com a base de Alfazema no distrito de Morrumbala. Amnistiado e reintegrado no recém criado bairro na Sede de Namarrói, viria a fugir, sendo detectado e executado.

**MUNHAGULA** - Foi comandante e agente de reconhecimento da Renamo. Amnistiado e reintegrado, acabou posteriormente por fugir. Actuou no período de 1983/84, sendo provável que tenha sido morto na base de Erurune no distrito de Lugela.

**INLUGO** - Conotado como colaborador da Renamo no distrito de Lugela.

**(ii) Na Localidade de Mugeba (Distrito de Mocuba):**

A base de Muaquiwa , a grande base de Mugeba, estava na área do régulo Muaquiwa que permaneceu com a Renamo durante muito tempo antes de estabelecer-se em Mocuba, onde vivia um filho. A base Rosa estava a ser protegida pelo régulo Rosa, a base Nigula pelo régulo Nigula. As outras são as bases dos regulados de Muha, Mariha, Namaquita, Muloe, etc... (104)

A Renamo apoiou-se no factor tradicional para legitimar as suas acções. Por isso, instalou nas zonas sob seu controlo um sistema de administração assente no poder tradicional representado pelos mambos. (105)

Abriu escolas, serviços de saúde, procurando ao máximo subtrair a população da influência governamental. As famílias raptadas eram integradas nas famílias dos Madjubas, que eram imprescindíveis para as operações militares e percursos na província. Basicamente, a população integrada nas zonas sob controlo deviam produzir para a guerrilha, fornecer carregadores e guias. Não havia preocupação de explicar à população os motivos da guerra a não ser do ponto de vista puramente militar. A base estava isolada da população, física e socialmente, pois só os mambos lá chegavam. Estavam rodeados de população em círculo ou

alinhas na direcção de prováveis zonas de penetração das forças governamentais. Este sistema, que fazia das populações escudos humanos, permitia fazer recuar os guerrilheiros da base, que eram avisados do ataque através dos postos avançados. (106)

O milho cultivado na Zambézia era também destinado aos esforços da guerrilha na zona centro, concretamente às bases em Manica e Sofala, explorando ao máximo os homens e os recursos. A cobrança de impostos em alimentos foi instituída. Esta expropriação de parte da produção agrícola da população afectou a possibilidade de excedentes, e o acesso ao mercado. Era uma grande pressão para a população, onde a violência estava logicamente presente. Técnicas de sobrevivência foram aplicadas pela população para esconder produtos, produzindo em zonas inacessíveis como no alto das montanhas no Gurué. Isto conduziu a punições em público quando descobertos, para desencorajar esta prática. Mutilações de órgãos, membros da família matando-se entre si com armas brancas, eram um método vulgar. (107)

Mas as atrocidades também eram cometidas pelas forças governamentais, o que é previsível numa guerra em que os beligerantes combatem com sérios problemas de logística.

Os soldados governamentais cometiam acções de brutalidade sob o pretexto de "morrer com razão", caracterizado pela exigência de guias de marcha nos postos de controlo, apreensão de bens por suposta posse ilegal, aplicação de castigos físicos, execuções de elementos supostamente apoiantes da Renamo, quer o fossem por livre vontade ou forçados. Era frequente o uso da expressão "ir apanhar lenha", o que equivalia a ir executar alguém. A população ficou desorientada e sem saber em quem confiar, o que trouxe efeitos negativos na sua vida e conduziu à degradação moral, redução drástica, quase absoluta, da actividade produtiva,

registando-se grandes afluxos populacionais para os centros urbanos e sedes distritais. O peso da guerra recaiu sobre a população que foi a principal vítima. (108)

## 2. AS FASES DA GUERRA

### 1ª FASE: 1982-1983

A periodização que aqui se apresenta não pretende ser definitiva e está condicionada ao período em investigação. Tem como base a mudança de estratégia e a evolução da guerra segundo os interesses de Pretória. Com efeito, estando a génese da Renamo devidamente documentada, importa referir que foi criada pelo principal serviço de segurança rodesiana (CIO) de Ken Flower e a PIDE/DGS, para desestabilizar a retaguarda da ZANLA, forçar a retirada do apoio que Moçambique dava aos nacionalistas do Zimbabwe, actuando como uma 5ª coluna ao serviço das forças regulares rodesianas no ataque a Moçambique. Por isso, todas as suas acções estavam concentradas nas províncias sob agressão directa rodesiana, nomeadamente Manica, Sofala, Tete e Gaza, partindo de campos de trânsito situados na Rodésia, junto à fronteira. (109)

A independência do Zimbabwe e a transferência do controlo da Rodésia para a África do Sul, em 1980, significaram uma mudança de orientação estratégica preconizada por Pretória, visando alcançar interesses políticos imediatos, tais como a restrição das actividades do ANC no território moçambicano, a manutenção da dependência económica dos países da região em relação a RAS, e a passagem para uma guerrilha aberta. (110)

Afonso Dhlakama recebeu o posto de coronel do exército sul-africano e foi empossado pelo Ministro de Defesa sul-africano que na ocasião disse: "O vosso exército, é uma parte das forças de defesa sul-africanas". (111)

A verdadeira face da Renamo foi dada pelo próprio Dhlakama a 9 de Novembro de 1980: "(...) nem eu nem o comandante André marcávamos as operações. Os ingleses rodesianos é que determinavam as áreas a atacar e recrutar, determinavam também o limite a recrutar, com promessas de 300 e 500 dólares rodesianos". (112)

Foi durante este período que Pretória pretendeu apresentar a Renamo com uma organização, que unindo todos os moçambicanos sem discriminação, pretendia liquidar o sistema Marxista-Machelista e todos os vestígios do comunismo e imperialismo, tentando legitimar a agressão externa como uma guerra civil contra um regime totalitário. (113)

Paralelamente a estes esforços políticos para legitimar a agressão, a Renamo penetrou na Zambézia desde Agosto de 1982, ao mesmo tempo que há uma mudança de discurso.

Dhlakama passou a dizer que "o seu alvo (...) é forçar a Frelimo a fazer alterações políticas respeitantes ao sistema democrático do governo. Quando existir uma garantia de mudança porá cobro à guerra". (114)

Proveniente da Gorongosa onde estavam a ocorrer combates com as FPLM, o grosso das forças da Renamo chefiadas por Calisto Meque, entrou na província na área entre Mopeia e a Serra Mone, no distrito de Morrumbala. Territórios dos distritos de Mopeia, Morrumbala, Namarrói, Gurué, Ile, Maganja da Costa, Mugeba, foram atacados e saqueados. As vias de comunicação terrestre Milange-Quelimane, Milange-Gurué, Milange-Lugela, Milange-Namarrói, tornaram-se intransitáveis a viaturas. Esta fase caracterizou-se por uma procura de espaço e base social para a guerrilha, tendo como alvos estruturas do poder governativo, unidades económicas e sociais, e rapto de estrangeiros para efeitos de propaganda externa. Em 1982 6 búlgaros em serviço na reparação de estradas no distrito de Lugela foram raptados.



Eram 4 homens e duas mulheres que foram mantidos separados em 3 habitações. Foram recuperados numa acção das FPLM, um casal em Tacuane e os restantes 4 em Muabanana quando estavam para ser conduzidos para o Malawi via Morrumbala. Em 1983 foram raptados 4 portugueses e um grupo de russos nas minas de Murrua, no Ile. (115)

As bases mais conhecidas neste período foram Mureremba e Alfazema, no distrito de Morrumbala, Chevele, entre Nicoadala e Morrumbala, Nantutu, no distrito de Namarrói, Mulevala, no distrito do Ile, Muaquiwa, na localidade de Mugeba, distrito de Mocuba, Tacuane, no distrito de Lugela. (116)

Esta ofensiva da Renamo, que ocorreu entre Setembro e Outubro de 1982, foi feita quase sem oposição das FPLM e terminou em Novembro com a mesma rapidez com que iniciou, como resultado de pressões diplomáticas do governo moçambicano e, também, devido à captura de "Alfazema", principal base da Renamo na Zambézia, localizada no distrito de Morrumbala. (117)

Aparentemente, esta ofensiva da Renamo na província, quase sem oposição das FPLM, pode estar relacionada com os momentos de optimismo que se viviam após a independência do Zimbabwe, interpretada por alguns sectores como o pronúncio do fim da guerra, e a reestruturação das FPLM de uma força de guerrilha num exército regular, acção considerada concluída em 1980. Havia contudo um problema grande. Houve reestruturação mas não houve mudanças das chefias dos comandos (os chamados Comandantes Veteranos). Não houve portanto "sangue novo", o que impedia a construção de um exército moderno com o nível de quadros existentes. (118)

Samora Machel, Comandante-em-Chefe das Forças de Defesa e Segurança, reconheceria isso na cerimónia comemorativa do 22º Aniversário das FPLM em 25 de Setembro de 1986, nos seguintes termos: "A participação das forças armadas

passa essencialmente pela elevação sempre maior de níveis de organização, disciplina, eficiência, rapidez e prontidão combativa, o que exige a presença nas fileiras militares de jovens, quadros política, técnica e cientificamente preparados, que deverão substituir os combatentes veteranos, cuja experiência tem de ser aproveitada na formação das novas gerações". (119)

Contudo, estes elementos ainda não esclarecem porque é que as FPLM, que conduziram uma guerrilha gloriosa nas décadas 60/70, não foram capazes de opôr-se a uma outra guerrilha.

## **2ª FASE: 1983-1985.**

Os grandes momentos desta fase foram, a nível interno, a realização do IV Congresso da Frelimo que deu sinais de abertura, e a Operação Produção que foi causa de descontentamento popular. No plano externo, os grupos de trabalho com a RAS no âmbito da segurança, Cabora Bassa, Turismo e a vinda da delegação de Pik Botha, Ministro dos Negócios Estrangeiros a Maputo.

As perspectivas do Acordo de N'Komati conduziram as facções do exército sul-africano favoráveis a guerra a lançar a guerra na Zambézia, servindo-se do território malawiano como retaguarda e ponto de passagem. Com efeito, no início de 1983 as bases da Renamo no Malawi foram reactivadas e uma segunda ofensiva foi lançada visando alcançar a costa para, a partir dela, poderem obter mais facilmente o apoio logístico sul-africano. Descarregamentos de armamento via marítima foram mencionados na zona da Maganja da Costa e entre Pebane e Mulela. A partir de 1984 generalizou-se a guerra na província e registou-se uma mudança de atitude que significava matar "a galinha dos ovos de ouro", pois a Renamo enveredara por uma guerra de conquista, registando-se a captura das primeiras vilas. Gilé, Morrumbala, Chinde e esforços para a reconciliação com a população, explorando-

se as tensões, descontentamentos e as dificuldades em bens de consumo que a população tinha. (120)

Este procedimento de tentar ganhar a população foi evidente após a captura de Luabo em 1985, onde os veículos capturados foram utilizados para distribuir parte do espólio pela população, ao mesmo tempo que se procurava junto dos líderes religiosos, curandeiros, régulos destituídos e anciãos, apoio para legitimar a sua acção. Estas figuras viriam a ser importantes no decurso da guerra, pois eram-lhes atribuídos poderes mágico-religiosos que faziam crer que os guerrilheiros da Renamo eram imunes às balas, tinham poderes que lhes conferiam invisibilidade e capacidade de voar. Paradoxalmente, esta fase foi caracterizada também por destruições indiscriminadas de infraestruturas económicas e sociais, mutilações e assassinatos, que conduziram à paralização quase total da vida económica da província. Nas estradas só se podia circular com escolta militar. (121)

Multiplicaram as emboscadas nas estradas de tal forma que o acesso aos distritos de Mocuba, Namacurra, Namarrói, Morrumbala e Ile, por via terrestre, só eram possíveis sob escolta militar. Inhassunge, Chinde, Maganja da Costa e Pebane só eram acessíveis via marítima. Aos restantes distritos só se chegava por ponte aérea. As maiores confrontações entre a Renamo e os militares de escolta ocorreram nos troços Nampevo e Mossolini (entre Ile e Mocuba), Dugudiwa e Santos Batata (entre Mocuba e Quelimane), Coromana (entre Milange e Molumbo), Liciro (entre Milange e Quelimane) e Derre (entre Morrumbala e Mocuba). (122)

### **3ª FASE: 1986-1988.**

Nos finais de 1986 a Renamo desencadeou uma importante campanha militar, ocupando significativas partes do território da província, chegando a ameaçar a queda da capital provincial, Quelimane. No decurso desta campanha uma parte da

população refugiou-se no Malawi, outra nos distritos que ofereciam alguma segurança, e outra ainda permaneceu nas zonas sob controlo da Renamo.

Nesta fase foram ocupados os distritos de Lugela, Namarrói e Maganja da Costa. Milange, que ainda resistia sob controlo das forças governamentais, caiu em 27 de Setembro de 1986. As sedes distritais de Namacurra e Ile foram saqueadas. Mocuba e Gurué, apesar de terem escapado à ocupação, haviam perdido alguma das suas localidades, resistindo um pouco mais que as sedes distritais. Dois ataques a sede da localidade de Namacata, cerca de 10 Kms de Quelimane, evidenciaram a proximidade da Renamo à capital provincial. (123)

Paralelamente a esta ofensiva militar, ocorreram factores que pesaram na dinâmica da guerra que estão associados ao declínio da Renamo na província. Primeiro, nos finais de 1986, Gimo M'Phiri rompeu com a Renamo e à frente de 500 homens, formou a UNAMO, que passou a actuar contra a Frelimo e a Renamo na área entre Milange e os montes Namuli, no Gurué, onde beneficiava de "apoio étnico". Segundo, Calisto Meque, de etnia Ndaus, foi nomeado comandante militar da região Norte, exacerbando os conflitos étnicos entre Ndaus, Chuabos e Macondes, que se consideravam melhores conhecedores do terreno. Achando-se vítima de complot, Meque hostilizou e eliminou oficiais não Ndaus, começando assim a ter dificuldades na travessia dos territórios, pois tinha de mudar de guias e carregadores em função do território que pretendia percorrer ou atravessar, para além da sua prática de recorrer sistematicamente a pilhagem e atrocidades, o ter tornado impopular, apesar do mito de possuir poderes sobrenaturais. (124)

Foi neste cenário que no decurso de um ataque da UNAMO à principal base da Renamo, na província, Calisto Meque foi morto. As forças governamentais também reivindicaram a sua morte. Um terceiro factor de declínio foi que a ofensiva exigiu grandes aprovisionamentos de armamento e logística que a Renamo não

estava a receber, estando a sobreviver com mais de 50% de equipamento e munições capturados às forças governamentais. (125)

Finalmente, a Renamo teve que enfrentar a presença de contingentes zimbabueanos e tanzanianos e a instalação do Posto de Comando Avançado do Estado-Maior (PCA) em Quelimane.

Em Dezembro de 1986 iniciou-se o processo de reocupação das vilas, a primeira das quais foi Chinde, depois a localidade administrativa de Luabo, em Janeiro de 1987, Morrumbala em 26 de Abril de 1987 e a última, Gilé, em 16 de Junho de 1988. A Renamo perdeu a iniciativa, passando a fazer emboscadas e ataques esporádicos ao mesmo tempo que sinais diplomáticos indicavam a aproximação do fim do conflito. (126)

### **3. O "PCA": UMA ACÇÃO DE CONTRA-INSURGÊNCIA**

A iminente queda da província da Zambézia e a ameaça da divisão do país através do Zambeze, obrigou as autoridades governamentais a uma acção mais determinada e coesa na província. Foi neste contexto que em Novembro de 1986 foi instalado o Posto de Comando Avançado do Estado-Maior-General (PCA) em Quelimane. O "PCA" foi chefiado pelo general Hama Thai e o Estado-Maior do Posto pelo general Lagos Lidimo, então Brigadeiro do Exército. (127)

Embora a acção do "PCA" se centrasse na Zambézia, também coordenava as operações nas províncias de Tete, Manica e Sofala, para estrangular as movimentações da Renamo e os corredores de entrada e saída da província. Faziam parte do "PCA" representantes das Forças de Defesa e Segurança, nomeadamente, Ministério da Defesa, Ministério do Interior e SNASP (Serviço Nacional de Segurança Popular), constutindo um comando conjunto. Sempre que necessário, outros sectores eram solicitados a dar a sua contribuição. (128)

Estruturado fundamentalmente em duas áreas, nomeadamente Operações e Comunicações, apesar de ter também reconhecimento e logística, mobilizou para a sua acção consideráveis meios de combate e recursos logísticos. A força aérea, as forças terrestre, unidades especiais, comandos e paraquedistas, forças locais e paramilitares, foram postas à disposição do "PCA" que também contava com uma boa logística, que incluía cozinhas militares móveis, rações de combate, armamento e fardamento. As cozinhas móveis, sempre que a situação o permitisse, garantiam refeições quentes, um elemento importante para as forças em combate. (129)

O "PCA" reunia-se todos os dias de manhã para a planificação das actividades e distribuição das ordens de batalha. Dotado de grande operacionalidade e combatividade, criou postos avançados em vários distritos onde instalou batalhões para acções rápidas, que actuavam em função das informações recebidas pelas unidades de reconhecimento através de ordens do posto central, que coordenava todas as acções combativas no máximo sigilo e na mais rígida disciplina militar, para evitar acidentes, como aconteceu com uma força numa acção no distrito de Mocuba, que não tendo cumprido os itinerários indicados, caiu numa emboscada da Renamo. Para além disso, os soldados envolvidos em acções combativas viviam aquartelados para evitar fugas de informação e quando tinham de sair para os armazéns por exemplo, faziam-no na companhia do seu comandante. (130)

A estratégia de combate do "PCA", que actuou sempre numa perspectiva ofensiva, centrou-se no ataque às bolsas de distribuição de material e desdobramento da Renamo, ao mesmo tempo que, através de manobras de diversão, dava a entender que pretendia operar em profundidade. O "PCA" era um conjunto de forças em movimento que operava em sintonia com a força aérea, paraquedistas e o batalhão de comandos estacionado em Nicoadala. (131)

Actuando em operações rápidas, todos os meios necessários, dependendo da acção, eram utilizados. O reconhecimento identificava os alvos, a força aérea era a primeira a intervir, quando fosse possível, seguindo-se os paraquedistas, enquanto as forças terrestre posicionadas em redor do alvo progrediam no terreno. Depois de ocuparem a zona deixavam uma força local, habitualmente forças locais e militares para exercer a função de administradores, pois na maioria dos casos os administradores haviam abandonado a área por questões de segurança. (132)

Competia às forças deixadas no local iniciar a organização da vida das populações, começando por inventariar as necessidades da população para se organizarem os apoios necessários. Habitualmente, a primeira acção era a instalação de um Posto de Saúde, dado o estado precário da saúde da população. Para isso, foram formados grupos de socorristas no Hospital Militar de Quelimane. Seguiam-se as visitas de elementos ligados ao Comércio Interno e outros organismos governamentais, para organizar o abastecimento, distribuição de roupa e fazer esclarecimentos sobre a situação. (133)

As forças tanzanianas chegaram à província entre Janeiro/Fevereiro de 1987, um batalhão reforçado, e estabeleceram o seu quartel general em Nicoadala, no Centro de Formação de Professores, mantendo-se em coordenação com a unidade dos antigos combatentes estacionados no Licuari, distrito de Nicoadala. (134)

Como já referenciamos, o "PCA" utilizou na sua acção todos os meios disponíveis, incluindo civis. Neste aspecto há a destacar o sector de transportes, que foi quase na totalidade mobilizado para o transporte de soldados e material. A EMOCHÁ, que tinha necessidade de escoar a sua produção, forneceu muitas viaturas para as colunas de escolta, algumas das quais com metralhadoras montadas no tejadilho. O núcleo de transportadores privados da Zambézia forneceu também viaturas, as que se encontravam em melhor estado de conservação, pois

não se podia correr o risco de avarias no andamento das colunas. A quase totalidade das viaturas foi destruída nas emboscadas, situação que ainda hoje se reflecte no sector de transportes de carga na província. (135)

A acção do "PCA" permitiu, no período de Novembro de 1986 a 7 de Julho de 1987, altura em que cessou as suas actividades, continuando o Comando Provincial os combates, recuperar a quase totalidade do território ocupado pela Renamo, principalmente as sedes distritais. Segundo Vines, 39,6% do território da província estava ocupado pela Renamo. (ver anexo 4)

A acção do "PCA" apesar de ter resultado positivo no campo militar, reflectiu-se negativamente em alguns sectores, principalmente o de transporte rodoviário de carga, dado o número de viaturas destruídas nas colunas que transportavam mantimentos para os distritos.

### **CAPÍTULO III: O COMPORTAMENTO DO MALAWI**

As relações entre o Malawi e Moçambique foram tensas antes e depois da independência de Moçambique. A fundamentação deste argumento conduz a análise dos seguintes processos:

- O estabelecimento do poder do Partido do Congresso de Malawi (Malawi Congress Party - MCP) liderado por H. K. Banda e a independência do Malawi;
- As relações estreitas do Malawi com o governo fascista português;
- A política externa malawiana.

#### **1. O ESTABELECIMENTO DO MCP E A INDEPENDÊNCIA DO MALAWI**

O Partido do Congresso do Malawi (MCP) teve como precursor o Congresso Africano de Niassalândia, criado em Outubro de 1944 em Blantyre. Identificado com



a pequena burguesia, cedo viu emergir diferenças entre a sua liderança (camponeses prósperos e homens de negócios e comércio) e o povo que clamava por um radicalismo rural, face às dificuldades em promover os seus interesses no contexto do governo colonial existente. O surgimento de jovens intelectuais formados no exterior nos anos 50, conduziu a uma actividade militante em busca da independência. O Congresso necessitava no entanto de um líder capaz de ultrapassar as dificuldades existentes no seio do movimento, convidando para o efeito Hastings Kamuzu Banda a regressar ao país. Banda chegou ao Malawi em Julho de 1958, e um mês depois foi eleito presidente-geral do Congresso, iniciando a partir daí uma campanha inflamatória na qual se identificou com as tradições sócio-políticas das zonas rurais. (136)

Oriundo de uma família camponesa, Banda viria a caracterizar-se por um cruzamento das culturas africana e ocidental. Estudou numa escola da Igreja Escocesa onde conheceu o missionário John Hastings, de quem adoptou o apelido. Trabalhou sucessivamente como escriturário nas minas do Rand, estudou medicina e ciências políticas nos Estados Unidos, e licenciou-se em medicina em Edimburgo.

Exerceu medicina em Liverpool, North Shields e Londres, onde viveu num centro de exilados africanos, tendo aqui fortalecido a sua consciência independentista. De 1953 a 1958 viveu no Ghana (Kumasi) onde conviveu com Nkrumah. Quando regressou à Niassalândia foi preso durante um ano no Gwelo, por alegado envolvimento numa conspiração nacionalista. Em 1961 o seu partido, o MCP ganhou as eleições, iniciando a partir daí o processo de descolonização que culminou com a proclamação do fim da Federação das Rodésias e Niassalândia existente desde 1953, e a independência do país a 4 de Julho de 1964. (137)

Considerado o Messias, o conquistador, o boxeiro profissional, dirigiu o Malawi durante 31 anos de uma forma autocrata, tendo perdido as eleições em Maio de 1994 nas primeiras eleições multipartidárias no país. (138)



O processo que conduziu o Malawi à independência passou por uma luta política, podendo assim dizer-se que foi constitucional, mas não significou mudança do sistema de exploração existente nem apresentou um programa de alteração do sistema sócio-económico prevalecente. (139)

## 2. AS RELAÇÕES ESTREITAS DO MALAWI COM PORTUGAL

Sendo um território localizado entre a Rodésia do Sul e o Lago Niassa, penetrando como uma cunha em Moçambique até quase o Zambeze, o Malawi constituía um perigo para Moçambique colonial, segundo as autoridades coloniais portuguesas: por albergar a Frelimo; pela sua vulnerabilidade por ser um território pobre e ultradependente com uma fronteira de 1.500 Kms sepando-o de Moçambique; por não ter exército digno de nome, sendo a policia e os serviços secretos controlados por ingleses e pelo facto de subsistirem lutas de facções. O problema do controlo da fronteira, a necessidade de acesso aos portos e caminhos de ferro de Moçambique como uma saída para o mar, condicionaram a cumplicidade que durou mais de uma década entre Jorge Jardim e Banda, com o apadrinhamento de Salazar e depois Caetano. (140)

Segundo Tajú, Jorge Jardim, como enviado especial de Salazar na pressecução da estratégia política portuguesa de "não abandono do ultramar", havia mantido com Banda, em 1961, um acordo secreto, do que resultara a mudança de posição de Banda de hostilidade para uma colaboração com as autoridades portuguesas, minando toda a possibilidade da conversão do Malawi na retaguarda da Frelimo para a penetração na Zambézia e Tete. (141)

De facto, entre 1963 e 1965 a Frelimo instalou o seu aparelho partidário no Malawi que crescia apesar das restrições do governo malawiano e rapidamente criou condições para o início de acções armadas no interior de Tete. (142)

Entretanto, no período entre 1961 e 1964 modificou-se o mapa político dos vizinhos do Moçambique colonial. A Tanganika tornou-se independente em 1961. A TANU (União Nacional Africana de Tanganika) liderada por Nyerere acolheu os nacionalistas moçambicanos em Dar-Es-Salaam. Foi aqui que a Frelimo, criada em 1962, teve a sua principal base de acções. Na Rodésia do Norte, o United National Independence Party (UNIP) liderado por Kaunda, ganhou as eleições em 1962, abrindo também portas à instalação da Frelimo no seu território. Salazar (Presidente do Conselho de Ministros de Portugal) via com inquietação o cenário que se desenhava na África Austral e, temendo o "cerco" que ameaçava Moçambique e também Angola, pôs em marcha a sua estratégia de "não abandono do ultramar" através de elos secretos. A principal figura desta estratégia em relação ao Malawi viria a ser Jorge Jardim. (143)

A partir de 1963, altura que Jorge Jardim fez a sua segunda visita ao Malawi, estreitam-se os laços de cumplicidade entre o Malawi e Portugal. Hall Themido, que foi director-geral dos negócios políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros Português, disse que Pombeiro de Sousa é que foi a figura fundamental para entender a relação entre Portugal e o Malawi. (144)

Foi nessa altura que Jorge Jardim ou Pombeiro de Sousa entregaram a Banda o "Mapa Marave", assegurando-lhe que em breve o Norte de Moçambique seria cedido ao Malawi, desde que este não apoiasse os nacionalistas da Frelimo. Foi neste cenário, e sonhando já com o porto da Beira como a porta de saída para o mar (145), que Banda nomeou Jorge Jardim como Cônsul do Malawi na Beira no dia da independência do Malawi. Foi também na expectativa de anexar o Norte de Moçambique que Banda apoiou a UNAR (União Nacional Africana da Rombézia) constituída em Janeiro de 1968. (146)

Inicialmente, a actividade da Frelimo desenvolvia-se sem grandes problemas, pois havia um entendimento com o presidente Mondlane, permitindo a

entrada no Malawi de operacionais para acções de recrutamentos políticos, mas Banda não queria bases ostensivas. Banda estava a dar assistência aos dois lados pois permitia também acções de movimentos que radicados no Malawi disputavam com a Frelimo. A partir de 1964, a situação da Frelimo tornou-se difícil devido às restrições impostas pelo Malawi, e permissão da continuação da UNAMI e ao recrutamento de desertores da Frelimo para o Coremo. (147)

Em 1966, os ministros malawianos das Finanças e Transportes assinaram em Lisboa o acordo que marcou as conclusões das negociações sobre o troço ferroviário Malawi-Cuamba. Em 1968 ocorreram as conversações formais para a extensão da linha Nacala-Blantyre ligando Tete e Cabora Bassa. Banda queria também ligar-se à linha rodesiana em Shavma, criando assim uma linha contínua entre Blantyre e Capetown. Em 1967, 73% do capital da "Oil Company of Malawi" era português. Em 1969, o grupo Champalimaud estabeleceu o "Comercial Bank of Malawi", também com grandes interesses na "Aluminium Corporation of Malawi", formada por junção com a "Lonrho" e a "Malawi Development Corporation". (148)

As relações entre Portugal e Malawi estendiam-se também ao âmbito da segurança. Com efeito, desde 1965, após o ataque de Chipembere ao Forte Johnston, estreitaram-se as relações entre a PIDE e o governo malawiano, tendo o treinamento para a transformação dos Young Pionners numa força militarizada, sido ministrado por Orlando Cristina e o capitão Pezarat Correia, comandante distrital da Beira. Outro acontecimento que evidenciou o estreito relacionamento no âmbito da segurança, decorreu no ano de 1967, altura que se verificou o aumento das actividades dos ex-ministros malawianos e Yatuta Chisiza um ex-ministro, penetrou na região de Mwanza, nos inícios de Outubro, a frente de 20 homens. Detectado, e no meio das incertezas sobre se o grupo pertencia à Frelimo ou era pró-Chipembere, este, ao pretender dirigir-se para Blantyre, foi obrigado a fugir para o território moçambicano, devido a acção do exército. Perseguidos pelas forças

malawianas e portuguesas em ambos os lados da fronteira, acabaram por ser abatidos um a um, incluindo o próprio ex-ministro Yatuta Chisiza, a 11 de Outubro de 1967. (149)

### 3. A POLÍTICA EXTERNA MALAWIANA

Em meados de 1964, Banda começou a afastar-se dos esquemas propostos de colaboração política e económica com a Tanzania e outros países da África Austral, aproximando-se dos regimes racistas da África do Sul e Rodésia do Sul. (150)

Banda não se considerava um alinhado rígido de ninguém.

As suas actividades eram ditadas pelas circunstâncias, segundo suas declarações a um correspondente do "Johannesburg Star" em Julho de 1963. Não partia da hipótese que o Ocidente está sempre correcto e o Leste sempre errado, apesar de nunca ter disfarçado a sua simpatia pelo Ocidente e mostrar-se seguro quanto ao perigo do comunismo. (151)

A maneira como conduziu a sua política constituiu a principal diferença (entre outras) com os seus ministros.

Quando a Frelimo lançava a luta no Niassa contra o colonialismo português, esses ministros defendiam uma posição mais equilibrada e menos colaboracionista com Portugal. Não negavam os imperativos económicos que obrigavam a colaborar com Portugal mas queriam uma posição pública contra a política de Salazar.

Outros focos de divergências estavam relacionados com a desconfiança de Banda nos seus ministros, a preferência de conselhos de funcionários estrangeiros, e fundamentalmente a forma pessoal de controlar o MCP e a ala paramilitar, os Young Pionners (Jovens Pioneiros). (152)

A partir de 1965, até meados de 1971, o poder totalitário de Banda fortaleceu-se e distanciou-se da política africana de libertação. O ano de 1968 marcou o início da política de aproximação de Banda em relação à RAS, como justificativos eram os imperativos económicos mais que políticos. Banda não acreditava na possibilidade de vitória de uma luta popular contra o colonialismo bem armado, assumindo uma posição derrotista face aos regimes racistas.

Iniciaram-se assim relações económicas com a África do Sul, tendo no período de 1969 a 1971 a RAS fornecido cerca de 20% da ajuda directa do Malawi.

Em 1967, estabeleceram-se relações diplomáticas entre os dois países, que culminaram com a colocação, em meados de 1968, de um adido militar da RAS no Malawi. (153)

Banda, considera-se diferente de outros africanos, "I am Kamuzu" (eu sou Kamuzu) dizia ele. (154)

Fortaleceu-se assim a ligação entre o Malawi, Portugal e África do Sul. No Malawi são postas restrições à Frelimo com advertências de devolução a Moçambique de nacionais procurados pelos serviços de segurança portugueses. Os Young Pionhers iniciaram patrulhas nas zonas fronteiriças.

Foi também durante o ano de 1966, que o Malawi permitiu o fornecimento de combustível às tropas portuguesas estacionadas em Metangula, a partir do porto malawiano de Chipoka, no Lago Niassa. Este fornecimento de combustível viria a ser importante para as operações portuguesas contra a Frelimo na província de Niassa. No período de 1970-1971, altura da operação "Nó-Górdio", o Malawi identificou-se ainda mais com Portugal e África do Sul. J. B. Vorster, Primeiro-Ministro da RAS visitou o Malawi em Maio de 1970, tendo Banda manifestado o seu pacifismo, ficando evidente no seu discurso a sua recusa em denunciar o Apartheid. (155)

A viragem significativa de Banda ficou marcada com a sua visita à África do Sul e Moçambique, em 1971, tornando-se então no primeiro chefe de estado a visitar a RAS.

O período foi marcado também pelo avanço da Frelimo para o Centro e Sul de Tete, pelo reforço da capacidade militar do Malawi com ajuda da RAS, e a perda de zonas estratégicas de Moçambique, o que obrigou o Malawi a equilibrar o seu alinhamento exterior, particularmente com a Zâmbia. (156)

Mais tarde, no processo de consolidação da independência de Moçambique, o Malawi continuou a sua tendência de colaborar com os regimes coloniais da região em detrimento da liberdade da região. Nos fins de 1979 e início de 1980, o Malawi contraiu empréstimo a RAS, face ao seu crescente isolamento regional, a crise interna, a asfixia da sua economia, vê-se obrigado a contratar especialistas sul-africanos para postos chaves do seu sistema de segurança. (157)

#### 4. O EIXO MALAWI-RENAMO

O Malawi foi o terceiro país vizinho de Moçambique (os outros dois foram a RAS e Rodésia do Sul) que acolheu os fugitivos de Moçambique no período de transição. Foi assim que desde cedo aquele país se transformou num importante centro de contacto político e subversão. (158)

O processo que estava a ocorrer na região no período de 1979/80, que conduziu a independência do Zimbabwe, veio alterar a situação operativa e correlação de forças, conduzindo a RAS a tomar conta da Renamo, pois a perspectiva sul-africana de hegemonia da região através da "Estratégia Total" estava ameaçada com a presença do Zimbabwe e os planos adoptados pela SADCC, só podia ser mantida se a RAS fosse capaz de manter a inoperância da

rede ferroviária e portos de Moçambique e Angola, através da desestabilização. (159)

Instalando a Renamo no Transvaal, a RAS procedeu ao recrutamento e treino desta força, iniciando a partir de Julho de 1981 as primeiras infiltrações da Renamo nas províncias de Gaza, Niassa, Zambézia e Tete, tendo o Malawi proporcionado uma retaguarda ou trânsito às ordens da África do Sul. As sabotagens nas linhas dos caminhos de ferro de Nacala e Beira, as acções da Renamo a partir do Malawi contra o troço Cuamba Entre-Lagos na linha ferroviária Nacala-Malawi, conduziram à inoperância da linha Beira-Malawi desde fins de 1982, tornando o Malawi mais dependente dos transportes sul-africanos. Ao utilizar os portos sul-africanos as mercadorias do Malawi iam em camião seguindo o percurso Blantyre-Tete-Durban (até Messina em camião, depois em vagões ferroviários) num percurso de 2.661 Kms ou utilizando a rota mais a Norte via Lusaka, num percurso de 3.672 Kms, quando os portos de Nacala e Beira ficam distanciados apenas 807 e 649 Kms, respectivamente. (160)

Paralelamente, durante os meses de Setembro e Outubro de 1982, a Renamo lançou uma ofensiva quase sem oposição na província da Zambézia, que terminou em Novembro com a mesma rapidez com que iniciou, como resultado de pressões diplomáticas do governo moçambicano. (161)

Na tentativa de persuadir o governo de Banda que as acções da Renamo punham em causa os interesses dos dois países, a 27 de Outubro de 1982 o Ministro dos Negócios Estrangeiros moçambicano deslocou-se ao Malawi, tendo esse encontro resultado no aparente encerramento das bases da Renamo no Malawi e no fornecimento de combustível de emergência ao Malawi, através do porto de Nacala.



Parecia que o Malawi estava a mudar de postura, tendo até sido ventilada a reabilitação das linhas férreas para Malawi. Não era verdade, pois logo no início de 1983 foram reactivadas as bases da Renamo no Malawi e uma segunda ofensiva foi lançada na Zambézia com o objectivo de alcançar a costa e poder assim a Renamo obter mais facilmente apoio sul-africano. A partir de 1983, altura do IV Congresso da Frelimo que dá sinais de abertura política, o Malawi tornou-se numa retaguarda da guerra de desestabilização na zona Norte, tendo a Renamo, desde Abril de 1983, penetrado na província de Nampula. As actividades da Renamo em áreas adjacentes ao Malawi começaram a tornar-se habituais, tendo-se atribuído aos sucessos da Renamo a cumplicidade do Malawi. (162)

As perspectivas de paz que se abriram com o Acordo de N'Komati (Março de 1984), e o "Compromisso de Lusaka" com Angola (16 de Fevereiro de 1984), entre Moçambique e RAS e Angola e RAS respectivamente, não corresponderam à realidade. Quando se iniciaram os contactos para o Acordo de N'Komati, os militares da RAS reactivaram os seus contactos malawianos, o que não foi difícil dado as influências que tinham nos círculos políticos, policiais e de segurança. A RAS viu na utilização do Malawi na desestabilização uma possibilidade de salto qualitativo, pois significava que sendo a desestabilização lançada através do Malawi, ninguém a podia acusar de violar o Acordo de N'Komati. Por outro lado, lançada a desestabilização através do Malawi era possível caracterizar o conflito como interafricano, um conflito de fronteiras, de base étnica, de conteúdo ideológico. Essa manobra foi denunciada perante a comunidade internacional em Agosto de 1986, pelo Presidente Machel na Cimeira dos "Não Alinhados" em Harare. (163)

Procurando persuadir o governo de Banda que era do interesse de Moçambique e do Malawi pôr fim às acções da Renamo, em Outubro de 1984, o Presidente Machel visitou o Malawi durante 5 dias, acompanhado de uma importante delegação que incluía os dirigentes das províncias de Tete, Niassa e

Zambézia. Para Samora Machel a visita foi um reencontro histórico de quem lutou pelos ideais da independência. Nesta visita deu-se o nome de Samora Machel a uma avenida de Lilongwe. No almoço oferecido a Samora Machel e sua delegação, o presidente do Município de Lilongwe caracterizou a visita nos seguintes termos: "(...) A sua visita simboliza a destruição das barreiras fronteiriças impostas pelo colonialismo". No final da visita foi assinado o Acordo de Cooperação entre o Malawi e Moçambique e outros nas áreas de energia, aviação civil e comércio. (164)

Foi no contexto do Acordo de Cooperação que o Malawi recebeu, no dia 21 de Outubro de 1984 à noite, o primeiro comboio proveniente do porto da Beira desde finais de 1982, devido às acções da Renamo. O facto foi anunciado por J. B. L. Malange, director-geral do Malawi Railways, quando discursava na cerimónia da assinatura do primeiro acordo ferroviário entre Malawi e Moçambique, rubricados por J. B. L. Malange e Ferreira Mendes, director dos portos e caminhos de ferro de Moçambique. (165)

Após "N'Komati" a guerra intensificou-se no Norte, particularmente nas três províncias vizinhas do Malawi. Foi também durante o ano de 1984 que o governo fez a primeira oferta de amnistia à Renamo.

A captura de "Casa Banana", a principal base da Renamo em Gorongosa, em Agosto de 1985, por forças conjuntas de Moçambique e do Zimbabwe, trouxe novos desenvolvimentos para as relações Moçambique-Malawi, pois ao quebrar-se o centro nevrálgico da desestabilização no centro de Moçambique, os documentos capturados mostraram evidências da continuidade do apoio da RAS à Renamo, o que era uma violação do Acordo de N'Komati, tornou viável a utilização do corredor da Beira como alternativa às comunicações da RAS, para os países da região. Porque para a RAS o sector de transportes era o principal instrumento para manter dependentes os países da SADCC, o Malawi surgiu como o substituto de "Casa Banana", com vista a inviabilizar a utilização do corredor da Beira. (166) O Malawi

tornou-se assim o principal centro de treino e infiltração para atingir este objectivo. A sua situação geográfica constituía ponto de passagem para a penetração nas províncias da zambézia e Tete. Por outro lado, desde 1985 que foram definidos como objectivos da Renamo cortar Moçambique pelo Zambeze para facilitar a logística da costa para o interior através do mesmo rio, para eventual ocupação da Zambézia e instalação de um governo provisório em Quelimane. (167)

Em 1986, a situação tornou-se insuportável: Maputo ficou sem energia, em Fevereiro a Renamo reocupou "Casa Banana", empreendeu uma ofensiva e começou a ocupar sedes distritais. Em Maio de 1986, durante uma visita ao Japão, pela primeira vez, Samora Machel declarou publicamente que o Malawi era instrumento da RAS para a infiltração de guerrilheiros da Renamo em Moçambique. (168)

A Rádio Moçambique, citando a "Voz da América", transmitiu no dia 13 de Setembro de 1986 que o presidente Banda havia reconhecido na véspera a existência de bases sul-africanas para o banditismo armado nas montanhas a Sul do Malawi, junto à fronteira com Moçambique. Banda classificou essas bases de clandestinas. Anteriormente a revista britânica "África Confidential" havia noticiado que o apoio do Malawi, para além das bases, envolvia também funcionários administrativos locais, que facilitavam documentos falsos e viagens de e para aeroportos malawianos aos guerrilheiros da Renamo. (169)

Uma equipa de televisão inglesa, organizada por Lord Michael Cecil, entrou e saiu de Moçambique através da fronteira do Malawi. Estiveram na base Cumbura da Renamo, perto de Mutarara. "O Canal 4" apresentou em Junho de 1986 um mapa com o itinerário da equipa televisiva. (170)

As evidências do apoio malawiano são muitas. Raúl Custódio, funcionário da Fábrica de Processamento de Chá, em Milange, disse à AIM que antes do ataque

do dia 29 de Setembro de 1986 ao distrito, as autoridades malawianas evacuaram a maioria das suas populações da área; no dia 27 todas as famílias de funcionários malawianos que trabalhavam do outro lado da fronteira, incluindo polícias alfandegários, tinham sido retirados da zona. Havia facilidades de circulação na área para a Renamo, nas suas acções contra Moçambique; circulavam impunes, com ou sem armas à vista das autoridades malawianas; quando repelidos em acções combativas, refugiavam-se no território malawiano e os feridos eram tratados em postos de saúde malawianos. Testemunhas oculares confirmaram que a maioria dos bens saqueados no território moçambicano em unidades económicas e sociais, eram levados para o Malawi e vendidos a preços baixos. (171)

Samora Machel voltou a acusar publicamente o Malawi e no dia 11 de Setembro de 1986, acompanhado por líderes de países da "Linha da Frente", nomeadamente o Presidente Kaunda da Zâmbia e o Primeiro-Ministro do Zimbabwe, Robert Mugabe, que se deslocaram ao Malawi, apresentaram ao Presidente Banda provas concretas do envolvimento do Malawi na desestabilização de Moçambique, ameaçando cortar o tráfego do Malawi através de Moçambique e colocar mísseis ao longo da fronteira com o Malawi se continuassem os apoios à Renamo. Na conferência de imprensa no Aeroporto de Mavalane, após o regresso do Malawi, respondendo a uma pergunta a um jornalista sobre o que faria se o Malawi prosseguisse as acções contra Moçambique, Samora Machel respondeu: "Defendo-me. Primeiro: colocar mísseis em toda a fronteira do Malawi. Temos mísseis demais, só não tinham alvo. Em segundo lugar: fechar o trânsito do Malawi pelo território moçambicano para o Zimbabwe e África do Sul. Que arranjem outro caminho". (172)

Samora Machel durante a visita presidencial à província de Tete em Setembro de 1986, nos comícios em Ulongué, Xitima e cidade de Tete, explicou à população o envolvimento do Malawi com a Renamo através dos seguintes factos:

- Roubo de gado em Angónia para venda no Malawi para sustentar as actividades da Renamo e em benefício de alguns funcionários malawianos;
- Organizações de reuniões com agricultores privados sem conhecimento das autoridades distritais e provinciais. Nessas reuniões, os funcionários malawianos pretendiam obter apoios nocturnos para a Renamo e caso não quisessem, se transferissem para o Malawi onde obteriam apoio oficial para a sua actividade;
- Tratamento de guerrilheiros da Renamo feridos nos hospitais de Sengue, Dedza e Ncheu;
- Fornecimento de documentos de identificação malawianos falsos a guerrilheiros da Renamo, incluindo passaportes para permitir a livre circulação no território malawiano e em viagens de e para o Malawi;
- Concessão de facilidades de migração e aduaneiras aos guerrilheiros da Renamo, nos aeroportos malawianos e em viagens de e para o Malawi;
- Utilização de acampamentos dos "Young Pionners" para apoio, organização e treinos dos guerrilheiros da Renamo;
- Utilização do território malawiano para infiltração de guerrilheiros da Renamo e armamento. A região de Macorra junto a fronteira com Milange, foi mencionada com um dos pontos de infiltração;
- Transporte de armas e munições em camiões malawianos, os quais atravessavam o território moçambicano vindos da África do Sul;
- Permissão de instalação de acampamentos da Renamo nas montanhas do território malawiano a partir dos quais eram lançados ataques contra o território moçambicano;
- Utilização do território malawiano como retaguarda. Os guerrilheiros da Renamo quando perseguidos em Moçambique, refugiavam-se no Malawi;

- Os ataques a linha férrea que vai de Nacala a Entre-Lagos, eram feitos a partir do território malawiano. (173)

A RAS, receando uma mudança de atitude de Banda perante a pressão, apressou a desestabilização da Zambézia, tendo a partir de Setembro de 1986 intensificado a infiltração da Renamo nesta província, com apoios de forças militares sul-africanas e malawianas, a partir do Malawi, o que culminou com a ocupação de significativas parcelas do território da província, destruição de infraestruturas e deslocamentos maciças da população, tendo a capital da Zambézia ficado ameaçada. (174)

A ofensiva diplomática contra a política externa do Malawi vai conduzir a desenvolvimentos importantes e interligados nos fins de 1986, nomeadamente: conduziu a África do Sul a fazer ameaças directas contra Moçambique e foi no meio deste clima de tensão que a 19 de Outubro de 1986 se deu a tragédia de Mbuzini, na qual o Presidente Samora Machel perdeu a vida.

A Renamo declarou que a morte de Samora não parava a guerra.

Em 6 de Novembro, Joaquim Chissano foi eleito Presidente da República e continuou a acusar o Malawi de apoiar a desestabilização de Moçambique através da Renamo. Entretanto, no baixo Zambeze, forças conjuntas do governo de Moçambique e Tanzânia estavam em ofensiva que culminou com a libertação de localidades e vilas ocupadas.

Foi neste contexto que ocorreram viragens no Malawi, que conduziram às conversações que tiveram lugar. No dia 26 de Novembro, o Presidente Chissano reuniu-se com uma delegação malawiana chefiada por John Tembo, membro do Comité Executivo do MCP, considerado o "segundo homem" no Malawi. Neste encontro o Presidente Chissano convidou o Malawi a contribuir para a criação de condições de segurança na região, não se ficando pelas simples declarações de

que não apoiava a Renamo. Como corolário dessa reunião o Malawi aceitou pela primeira vez participar na Comissão Conjunta Moçambique-Malawi. A primeira reunião realizou-se em 4 de Dezembro em Nampula. Seguiu-se a reunião de Lilongwe nos dias 11 e 12 de Dezembro. Neste encontro, o Malawi aceitou a proposta moçambicana para a regularização das relações entre os dois países. Tembo manifestou o interesse em estendê-las a outras áreas de interesse comum, para além dos domínios da segurança, defesa e interior. (175)

A segunda reunião da Comissão Mista Moçambique-Malawi ocorreu no dia 18 de Dezembro em Lilongwe, para discutir o projecto do acordo de cooperação no domínio da defesa, segurança pública, e a situação dos deslocados moçambicanos no Malawi. Em 18 de Dezembro foi assinado o acordo de cooperação no domínio de defesa, segurança e ordem pública em Lilongwe. O comunicado conjunto manifestou a intenção de eliminar fisicamente o banditismo e terrorismo, fortalecer a amizade, boa vizinhança e assegurar a utilização aos portos da Beira e Nacala. (176)

Entretanto, o Malawi continuava a tolerar a Renamo no seu território. Informações disponíveis indicam que na altura do ataque a "Alfazema", principal base da Renamo na Zambézia, situada em Metolola, no Distrito de Milange, junto a fronteira com o Malawi, o Malawi enviou para a região de Kote dois autocarros que transportaram Dhlakama e feridos, e um comboio que transportou cerca de 3.000 guerrilheiros da Renamo da região malawiana de Nsanje para depois penetrarem em Moçambique. Em 26 de Junho de 1987, registaram-se ataques da Renamo partindo do Malawi, contra Ulongué e Angónia na província de Tete. Repelidos pelas FPLM refugiaram-se no Malawi. (177) Ian Grey, Julgado em Março de 1988 pelo Tribunal Militar Revolucionário em Maputo, revelou outras evidências do apoio malawiano à Renamo. (178)

Os resultados práticos das conversações surgiram a partir de Março de 1987. Com efeito, num encontro em Lilongwe entre Banda e o Comissário da CEE (Comunidade Económica Europeia) para o Desenvolvimento, Lorenzo Natali, Banda anunciou que o Malawi iria enviar tropas para Moçambique para proteger o Corredor de Nacala dada a sua importância, pois a sua paralização significava prejuizos na ordem de 100 milhões de dólares. (179)

Dois meses depois, em visita à Inglaterra, Joaquim Chissano disse que a África do Sul havia utilizado o Malawi "até ao ano passado", tendo acrescentado que através do diálogo há agora um entendimento entre Moçambique e o Malawi. "Hoje, o Malawi participa connosco na defesa e reabilitação da linha de Nacala". (180)

O Presidente Chissano visitou o Malawi de 4 a 7 de Julho de 1988 a convite do seu homólogo Banda. Nesta primeira visita como chefe de estado, a nota dominante foi a vontade de reforçar os laços de amizade e cooperação e materializar o acordo de defesa e segurança. Referindo-se à mais recente reunião da Comissão Mista de Segurança, realizada em Blantyre, dias antes da sua visita, Chissano disse: "Constitui uma demonstração que existe a necessária boa vontade entre os nossos governos para elevar a um nível ainda maior os sucessos alcançados na aplicação do acordo". Mais adiante, ao analisar a situação prevalecente na região diria: "A nossa sub-região tem sido palco de conflitos armados há mais de 20 anos, mas o panorama actual se caracteriza pelo diálogo. Não pouparemos esforços para que esta acção seja coroada de êxitos". (181)

Este entendimento não significou que o Malawi tendeu finalmente para o lado de Moçambique ainda antes do afastamento de Banda, pois a ligação do Malawi com os desígnios sul-africanos continuou até ao fim da guerra.



## CAPÍTULO IV: A GUERRA NO DISTRITO DE MORRUMBALA

### 1. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E CARACTERÍSTICAS

A Circunscrição de Morrumbala, antigo Prazo Massingire, foi criada pela Portaria nº 6:202 de 17 de Novembro de 1945.

O Decreto 6/75 de 18 de Janeiro classifica Morrumbala como distrito de primeira, e foi elevado a vila pela Resolução nº 7/87 de 25 de Abril, do Conselho de Ministros. Situado a Oeste da Província da Zambézia, tem como limites a Norte o Distrito de Milange, a Sul o Distrito de Mopeia, a Este o Distrito de Namacurra e a Oeste a Província de Tete. Com uma superfície de 12.972 Km<sup>2</sup> e uma população de 307.662 (1994) contra 127.554 (censo de 1980), tem uma densidade populacional de 15,2 de habitantes por Km<sup>2</sup>, sendo o distrito de maior superfície na província. Administrativamente está dividido em 4 postos administrativos, nomeadamente Posto Sede de Morrumbala, Megaza, Derre e Chire, com 13 localidades. (182)

Região com vastas terras aráveis e bastantes recursos hídricos, tem o relevo montanhoso e uma vasta zona de florestas. Destacam-se neste conjunto as Serras de Morrumbala, Chuchi, Lipembe e o rio Chire. As principais vias de comunicação ligam a sede aos postos administrativos.

A economia do distrito assenta na produção do sector familiar, tendo como principais produtos o milho, feijão buerre, feijão manteiga, mandioca em pau, mexoeira, mapira, castanha de cajú e arroz. Outras actividades do distrito são o corte de madeira, a pesca e a caça de subsistência.

Dados etnográficos disponíveis localizam na área da sede do distrito núcleos de "Lomués" puros, com ramos da família "Lomué-Macua" como os "Lolo", "Acocola" e "Amarenge", do vizinho distrito de Milange. Na área da Serra da Metolola no antigo Massingire, existem núcleos populacionais que se designam a si próprios por "Massingires", do complexo dos povos do Baixo Zambeze. (183)



Na Serra de Morrumbala há os "Arrambala" (cruzamento dos Senas com os Maganjas ou Nianjas). No Derre há "Lomués" enquanto que no Chire além de "Lomués" há também os "Anyanja" da família "Amanganja" e também "Achicundas e Senas" do já mencionado complexo dos povos do Baixo Zambeze. Em toda a zona ribeirinha do distrito, em especial dos rios Chire e Zambeze, além dos "Senas" há também os "Mananja" da família "Amanganja". (184)

É possível que esta arrumação etnográfica já não corresponda à situação real no terreno, devido às movimentações que as populações foram obrigadas a realizar por causa da guerra. É contudo aceite que o Aolo tem maior número de falantes, seguido do Sena ao longo do Chire, e do Nhanja e Lomué. (185)

## 2. A GUERRA DO DISTRITO, 1982-1988.

Os primeiros contingentes das forças da Renamo entraram no distrito de Morrumbala em 15/16 de Agosto de 1982, em pequenos grupos, transportando consigo cada um 2 a 3 armas. O grupo que entrou no distrito fazia parte do grosso de uma força comandada por Calisto Meque e provinha de Gorongosa, onde haviam ocorrido combates com as forças governamentais, as FPLM. Entraram por Mone, seguiram por Pinda e progrediram por Cundo Cundo, Marrenco (estrada de Magaza), Marrundo e fixaram-se em Mureremba, onde instalaram uma base. Mureremba havia sido uma base da Frelimo durante a luta de libertação nacional, e foi indicada por Vasco, natural de Muraça e ex-comandante das forças da Frelimo que desertara para a Renamo. As primeiras acções concentraram-se contra elementos das estruturas partidárias (frelimo) e governamental, viaturas e estabelecimentos comerciais. Registaram-se como as primeiras acções o rapto do motorista Lourenço da SAZA (Sociedade Agrícola do Zambeze), que foi capturado e libertado posteriormente, a colocação de uma mina na estrada de Pinda, que foi

accionada em 18 de Agosto ocasionando a primeira vítima mortal do conflito no distrito, seguindo-se a segunda mina accionada em 20 de Agosto que danificou uma viatura, no centro de Cumbapo, a 14 Km da sede do distrito. (186)

A base de Mureremba viria a ser destruída em Julho de 1983 pelas forças governamentais, nomeadamente pela 7ª Brigada de Cuamba. Destruída Mureremba, que era considerada uma base importante, as forças da Renamo foram fixar-se em Metolola, onde estabeleceram a base de Alfazema, a Nordeste, junto à fronteira com o distrito de Milange, que se tornaria bastante importante como elo de ligação com o exterior (Malawi).

Os postos administrativos do Chire e Derre foram ocupados em 3 de Setembro de 1982. Megaza e Pinda, dois importantes centros do distrito (devido à Fábrica de Descaroçamento de Algodão e Pesca respectivamente), são também ocupados em 1982. Esta progressão no terreno foi facilitada pela existência de guerrilheiros no distrito, que haviam anteriormente penetrado e se haviam misturado com a população. Como resposta, nos finais de 1982 Derre foi retomado pelas forças governamentais, seguindo-se Megaza e Pinda em 1983. Estas acções governamentais duraram pouco tempo, porque a partir de 1983 a Renamo vai retomando o distrito, ficando as autoridades governamentais a controlar apenas pequenas áreas rurais. (187)

Como resultado da guerra, as estradas ficaram interrompidas e tornou-se difícil viver no distrito. As actividades económicas paralizaram e os comerciantes começaram a abandonar a sede do distrito, utilizando para o efeito a via utilizada pelos madeireiros. Pela calada da noite saíam do distrito grupos de 50 a 60 pessoas em direcção a Longose, via Mopeia. Os que ficavam dormiam no mato ou em casas consideradas seguras pela população, e de manhã vinham para as lojas. Só faziam uma refeição por dia (normalmente às 16.00 horas) e dormia-se a partir das 18.00 horas. Só familiares mais íntimos sabiam como contactar-se. Para o mato só se

levava um cobertor. Durante o ano de 1983 só se saía do distrito e não se regressava. Não era possível afastar-se mais de 2 Km da vila, reinava o silêncio, já não havia tempo para conversas, a não ser procurar por todos os meios saber da situação. (188)

Por volta de 1984 só a sede distrital não tinha sido tomada pela Renamo. Em 20 de Agosto de 1985, cerca das 7.00 horas da manhã, a sede foi assaltada por uma força proveniente da vila de Mopeia, que avançou acompanhada pela população, progredindo por Boroma, Domingos Pires, Missão, Campo de Aviação, e cercou o quartel. A via de Guerrissa estava já interrompida há tempos. O ataque não durou mais de 30 minutos. Não houve resposta por instrução do administrador, sr. Raúl Messias Muribi, para evitar derramamento de sangue, pois as forças da Renamo avançavam juntamente com a população. Sabia-se também que havia poucos soldados na vila porque uma companhia tinha ido buscar a coluna a Quelimane e outra tinha sido transportada para Cuamba. No distrito havia um batalhão comandado pelo major Marrufo (reduzido portanto a duas companhias), agentes da polícia, milicianos e forças locais. Tomada a vila, as forças da Renamo instalaram o seu comando no palácio do administrador e iniciaram a vasculha de militares, elementos das estruturas partidária (Frelimo) e governamental. O administrador, enfermeiros, e outros, fugiram para Mutarara a pé. Durante o processo de fuga um filho do administrador ficou na vila tendo posteriormente sido localizado e levado para Mutarara por alguém enviado para o efeito. O administrador segue então para Sena, Caia, Beira e vai apresentar-se em Quelimane. Entretanto a força aérea das forças governamentais fez bombardeamentos à vila a partir de helicópteros, tendo danificado três casas, sendo uma delas dos padres. Porque havia riscos de atingir civis, tiveram que recuar e não regressaram. No segundo dia pelas 17h.30 m, as forças da Renamo começaram a incendiar a sede administrativa e instituições governamentais. Estabeleceu-se então o controlo da Renamo sobre a

população. As visitas de pessoas de fora do distrito tinham que ser autorizadas e só se saía do distrito em situações especiais ou para ir fazer compras, sob responsabilidade do "mambo", que respondia pelo autorizado se ele não regressasse. Dois meses depois da ocupação, as forças da Renamo foram proibidas de circular na vila, e os Madjubas e colaboradores passaram a ser os controladores da vila. (189)

Como corolário da ofensiva governamental nos distritos centrais do país e da assistência de tropas estrangeiras (Zimbabwe e Tanzânia), as FPLM ganharam um certo controlo da situação militar nos finais de 1985 e início de 1986, enquanto que os apoios externos à Renamo declinavam. Foi nesta conjuntura que a 26 de Abril de 1987 forças combinadas das FPLM e tanzanianos, com meios aéreos e terrestres, retomaram a vila de Morrumbala que permaneceu protegida pelas tropas tanzanianas até à sua retirada do país, em finais de 1988. A partir dessa altura até 1992 o controlo governamental foi crescendo e ocupando as zonas rurais onde o poder da Renamo estava enfraquecido. (190)

## 2.1 CAUSAS DA GUERRA

A interpretação resultante dos depoimentos dos entrevistados aponta como factores causadores da guerra os seguintes:

(I) A luta contra o socialismo, visto como uma política destinada a espezinhar os donos da terra;

(ii) A questão do poder tradicional que segundo a Renamo, a Frelimo pretendia acabar, permitindo a destruição de tradições como ritos de iniciação, a poligamia, a medicina tradicional; a manutenção do poder das autoridades gentílicas que também não queriam perder os privilégios;

(iii) A questão da socialização do campo caracterizada fundamentalmente pelas aldeias comunais, cooperativas agrícolas, empresas estatais, vistas como uma estratégia política do socialismo que prejudicava a produção individual e alterava as formas da vida já há muito arreigadas. (191)

## 2.2 BASES, ACAMPAMENTOS E POSTOS AVANÇADOS

Ao nível do distrito existiram muitas bases, acampamentos e postos avançados. Foram de maior relevância e conhecimento as bases de Mureremba, Mongola, Muandua, Alfazema, Chevele (a 60 Kms a Este de Boroma), Raposo. Mureremba, localizada no território do Posto Chire, até a sua destruição foi a base provincial. Era uma base iluminada, com cabanas cobertas de zinco, criação de cabritos, uma alfaiataria e produção de bananas. Havia também motorizadas, bicicletas e rádios.

Inhangaze entre Sabe e Caixote, Virima na área de Manecas, Guerrissa e Passula na área de Zero e Luabo, Megaza e Morire no Posto de Chire foram acampamentos com ligação as bases de Chevele e mais tarde Mongué nos limites entre Morrumbala e Milange.

Mocomboze na área de Zero e Luabo, Mirima-Coutinho na estrada para o Zero, Stantegua e Chinamueto na localidade de Boroma, Inhancondua entre Boroma e Chevele, Marrundo a 15 Kms da sede, Fardo na área de Marrunço em direcção a Chevele, Mosse-Caixote, Cassamo na mesma área em direcção a Pinda, Marrenco a 25 Kms de Megaza, Uafemajanga e Gulue na área do Posto de Megaza e Ponda na área do Posto de Chire, eram os postos avançados mais conhecidos. A ligação entre as bases, acampamentos e postos avançados era feita através dos madjupas num sistema de encadeamento da comunicação em que a informação passava de madjuba para madjuba até chegar a base. (192)

### 2.3 SISTEMAS DE SEGURANÇA E TÁCTICAS DE SOBREVIVÊNCIA DA POPULAÇÃO

A guerra que se iniciou em Agosto de 1982 no distrito e terminou a 4 de Outubro de 1992 com a assinatura do Acordo Geral de Paz em Roma, afectou gravemente o funcionamento do distrito e alterou de forma dramática os agregados familiares, tendo-se separado de forma violenta. A reacção da população face a guerra foi diversificada: para uns a alternativa foi a fuga para territórios vizinhos (fundamentalmente Malawi), para outros a fuga para distritos vizinhos (Mutarara, Nicoadala, Namacurra), outros permaneceram com a Renamo e outros ainda procuraram esconderijos e formas de sobreviver sem sair do distrito e fora do controlo dos dois beligerantes, por se considerarem hostilizados por ambos. Este último grupo apesar de viver em unidades comunitárias, na altura das fugas e busca de esconderijos, as decisões não foram tomadas pela comunidade, mas sim de forma individual e à medida que as condições de guerra o permitiam. (193)

A sabedoria popular encontrou formas de sobreviver durante a guerra. Os depoimentos prestados pelos diversos entrevistados mostram que os esconderijos, esquemas de sobrevivência, tácticas de fuga e comunicação, não obedeciam a um padrão tipo, mas sim estavam de acordo com as condições do terreno, embora se encontrem semelhanças na actuação.

Na área do Posto de Megaza, uma vez empreendida a fuga, apesar de ser uma decisão individual, a população acabava por se encontrar nos locais que serviam de esconderijo e lá se organizavam. Construíam no meio da mata cabanas de carácter temporário camufladas.

Normalmente construíam duas casas em locais diferentes com caminhos de acesso também diferentes. Antes de irem para a machamba subiam as árvores para vigiarem a presença de estranhos, e só depois iniciavam o trabalho.

Cultivavam principalmente o milho para a sua sobrevivência. Cultivavam a partir das 9.00/10.00 horas da manhã, porque a experiência lhes tinha ensinado que os ataques ocorriam habitualmente nas primeiras horas do dia.

Da mesma forma, o fogo era acendido nesse período do dia e extinguido parcialmente por volta das 17.00 horas para não ser visível e denunciar a sua localização. (194)

A água era procurada na mata em riachos, lagos e charcos. Os resultados da produção eram guardados na mata e nas cabanas em locais conhecidos pelo núcleo mais íntimo.

Nos casos em que eram descobertos e atacados, abandonavam tudo, embrenhavam-se mais na mata, procurando outro escondirijo. Regressavam ao antigo escondirijo pela noite para "roubar" como me disseram Kapesse Chifungo e Dolis Maço, os produtos que eram seus para se alimentarem enquanto não produziam outros. Para pilarem o milho e outros cereais, abriam um buraco na terra que coubesse o pilão que era introduzido no buraco e ajustado com areia, de forma que só a parte da abertura do pilão ficasse visível ao nível do solo e então pilavam. Dessa forma o som e as vibrações eram abafados. (195)

Enquanto para uns o refúgio era a mata, porque assim as condições o ditavam, para outros como na área de Pinda, Vila Bocage, Águas Quentes, porque estavam próximos da Serra de Morrumbala, o local de escondirijo foi a serra, onde a água brota naturalmente. Na serra construíram cabanas precárias, alimentavam-se de frutas silvestres e também mantinham pequenas machambas de milho nas encostas da montanha. As sementes iam buscá-las ao Malawi através de almadias (canoas feitas de tronco de árvores), subindo o rio Chire durante dois a três dias pela calada da noite, sendo o regresso pela mesma via. A utilização do pilão obedecia ao mesmo princípio do buraco, e do fogo também como foi explicado. Os



sinais utilizados para alertar a aproximação de estranhos era o batuque. Três batidas era sinal de perigo e aviso para escalar mais a montanha e instalar novo "acampamento" se fosse necessário.

Como elemento de defesa tinham pedras que faziam rolar pela montanha abaixo. Assim viveram muitas pessoas durante o período da guerra. Muitas mulheres deram à luz na serra assistidas por parteiras tradicionais. Vi algumas crianças já com 5/6 anos que o capataz Alberto Armando Chotar chamou e disse: "Estas crianças nasceram na serra".

Se é verdade que a vida se reproduzia apesar das adversidades, também é verdade que muitos sucumbiram à estranha forma de vida e às doenças. O único recurso para tratamentos da saúde era a medicina tradicional. Um dos grandes males que assolava as pessoas que viviam na serra era a matacanha. (196)

Na área do Posto Administrativo de Derre, a população construía cabanas para viverem um dia. iam a machamba por volta das 7.00 horas da manhã e também à noite. Antes de iniciarem as actividades na machamba procuravam inteirar-se da situação na zona, receando as forças dos dois beligerantes. (197)

Cultivavam também fundamentalmente o milho e utilizavam também o pilão enterrado num buraco. Os alimentos eram guardados em buracos feitos na terra, camuflados com ramos e por cima espalhavam fezes para não denunciar o escondirijo. Como noutros locais do distrito, quando tinham de abandonar o local, vinham à noite "roubar" os seus próprios alimentos. Comiam ratazanas do mato (Teigi) e também caçavam com cães. As mulheres ocupavam-se da machamba, das crianças e outras lides domésticas. Em relação ao fogo, não era mantido através de grandes troncos como em outras zonas, mas apagado a partir das 17.00 horas e quando dele necessitassem se não tivessem fósforos e isqueiros, normalmente trazidos do Malawi por populares que saíam e entravam clandestinamente, era

produzido por fricção de ramo do feijão buerre sobre um ramo de Muebe (árvore da ata silvestre). O processo de fricção durava cerca de 30 minutos até saírem as pequenas fagulhas de fogo a que se acrescentavam folhas secas para atear o fogo. Depois de ateado, era introduzido num buraco feito para o efeito, onde se cozinhava. (198)

As condições do distrito, nomeadamente o relevo montanhoso, a existência de abundantes recursos hídricos, extensas florestas, a proximidade de uma zona fronteiriça, condições ideais para a guerrilha, poderão ter sido as razões que conduziram a sua escolha como porta de entrada da guerrilha e sua ocupação por um longo período.

A guerra deixou o distrito descapitalizado, com a rede rodoviária degradada, sem meios de transporte, sem energia eléctrica, com a rede comercial destruída. A população ficou sem víveres, vestuário, postos de saúde, escolas, habitação, e novos comportamentos e um novo tipo de relações sócio-económicas no meio rural.

## **CAPÍTULO V: CONCLUSÃO**

As raízes da recente guerra assentaram fundamentalmente na situação regional, marcada pela tentativa de prolongamento do colonialismo ou na busca de soluções de tipo neocolonial, como resultado das mudanças iniciadas na década de 60 no quadro colonial, e pela luta de Pretória para preservar o apartheid.

Para a sua actividade, a Renamo contou com o apoio de elementos da extrema direita de Portugal, Rodésia do Sul, e África do Sul, o que, com a complacência de alguns países Ocidentais, lhe permitiu com relativo sucesso um conjunto de manobras militares.

Criada e desenvolvida como força de desestabilização, a Renamo foi o principal instrumento para a perseguição de objectivos do interesse desses diversos actores.

O tipo de guerra que foi feita, virada essencialmente contra alvos económicos, sem grandes preocupações em trazer benefícios à população rural, visava paralisar a actividade económica para forçar a mudança no interesse de Pretória.

No plano interno, a exploração de tensões ou conflitos reais incidiu sobre a derrapagem económica já visível por alturas do III Congresso da Frelimo, assim como sobre o poder tradicional e as práticas mágico-religiosas, que acabaram por ser um elemento fortíssimo de controlo social.

Fracassada a tentativa de prolongar o colonialismo e encontrar soluções de tipo neocolonial, após a transferência da Renamo da Rodésia do Sul para a África do Sul, a guerra sofreu mudanças estratégicas, o que explica as fases por que passou. A agressão já não era somente dirigida contra Moçambique mas contra a região, para permitir que a RAS continuasse a ter posição hegemónica política, económica e militar na região. Esta estratégia só poderia ter êxito com a inviabilização do sector de transportes da SADCC, onde Moçambique ocupa lugar de destaque pela sua posição de "porta do hinterland" na região. Era preciso por isso asfixiar a economia para que não fosse possível alcançar a estabilidade política.

Os prováveis motivos que conduziram o Malawi a alinhar-se no apoio a estas acções aparecem ligados à sua ambição territorial consubstanciada no "Mapa Marave" e na necessidade de obter de Moçambique uma passagem comercial e os portos de Nacala e da Beira, para ter acesso ao mar.

Estudos posteriores e mais aprofundados poderão confirmar a hipótese que a invasão da Zambézia visava forçar a região a aceitar um relacionamento regional segundo os interesses de Pretória. A invasão da Zambézia, na tentativa de dividir o país pelo vale do rio Zambeze, paralizou quase na totalidade a vida económica da província com níveis elevados de destruição de infraestruturas económicas e sociais, havendo estimativas que apontam que cerca de 1.088.488 pessoas ficaram sem quaisquer meios de sobrevivência, dos quais cerca de 724.885 viram-se na situação de deslocados em outras províncias com relativa segurança, onde no entanto continuavam a correr riscos. Parte significativa da população dos distritos de Milange e Morrumbala refugiou-se no Malawi.

## NOTAS

- (1) Em Setembro, o Bispo da Beira, D. Jaime Gonçalves, apelou às conversações; Chissano e Botha encontraram-se no Songo; em Outubro registou-se a abertura da Representação Comercial Sul-Africana em Maputo; o Conselho Cristão de Moçambique tem o primeiro contacto com a Renamo em Washington, em Fevereiro de 1988; em Novembro de 1988, tornou-se pública a iniciativa da igreja para as conversações entre o governo e a Renamo; o primeiro encontro entre o Conselho Cristão de Moçambique e o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, teve lugar em Dezembro de 1988, Nairobi. (VINES, 1996: 120-122.)
- (2) VANSINA, 1985: 27, 162-167, 186-193, 192-201.
- (3) Depoimento de Carlos Cardoso em 30 de Outubro de 1986, in: Belo Marques, 1987: 90-91; TEMPO (926), 1988: 26; DAVIDSON, 1978: 11.
- (4) TEMPO (926), 1988: 26; TAJÚ, 1988: 9.
- (5) FRELIMO (eds.), 1977: 9; BRAGANÇA, 1986: 27.
- (6) O Governo de Transição, era uma das três instituições previstas no Acordo de Lusaka. As outras duas eram o Alto-Comissário de Portugal e a Comissão Militar Mista. (Acordo de Lusaka, in: TEMPO (208), 1974: 9-10.)
- (7) O 7 de Setembro estava articulado com um golpe em Lisboa. Moçambique deveria funcionar como detonador, provocando uma revolta civil e militar que obrigasse Lisboa a tomar posição evitando o "abandono irresponsável do ultramar". Após o golpe de 7 de Setembro houve contactos entre Jorge Jardim e os generais Spínola e Silvério Marques, que chegara a ser nomeado para governador de Moçambique, e de Spínola com colonialistas associados à FICO ( Ficar Convivendo ou Frente Independente de Convergência Ocidental), como Manuel Gomes dos Santos e Velez Grilo. Na noite de 6 de Setembro de 1974 o golpe foi desencadeado com a ocupação dos estúdios da Rádio Clude de Moçambique por um grupo em que se destacavam Manuel Gomes dos Santos, Velez Grilo, Pires Moreira, Vasco Cardiga, todos da FICO, Daniel Roxo, chefe da milícia privada de Jorge Jardim, vários agentes da PIDE, entretanto libertados da cadeia da Machava onde se encontravam desde o 25 de Abril, Gonçalo Mesquitela, antigo Presidente da Acção Nacional Popular, e indivíduos ligados a grupos políticos de Moçambique, como Paulo Gumane, do Coremo, Basílio Banda da Monipamo, e Uria Simango ex-Frelimo. Jorge Jardim acompanhou e telecomandou toda a acção a partir de Johannesburgo, instalado no mesmo hotel onde se encontrava António Champalimaud, patrão do grupo de empresas que Jorge Jardim administrava em Moçambique. O 21 de Outubro ocorreu na baixa de Lourenço Marques, perpetrado por um grupo de comandos ao serviço do governo português, que depois de provocações e agressões a menores e a adultos, abriu fogo contra elementos das FPLM, tendo a acção sido controlada e o grupo dispersado, face à pronta resposta das FPLM, (SEMEDO e GUERRA, 1984:18-19; TEMPO (ESPECIAL), 1975, s/p.)
- (8) TEMPO (ESPECIAL), 1975, s/p.
- (9) Comunicado Final da Reunião de Mocuba, 21 de Fevereiro de 1975, in: TEMPO (ESPECIAL), 1975, op. cit.
- (10) Neste período são de mencionar entre outras as seguintes acções contra a economia de Moçambique: máquinas e equipamentos que foram enviados ao país incompletas ou com deficiências técnicas; notas falsas introduzidas no país; bilhetes

de passagens falsas para obter divisas; sobrefacturação e subfacturação; açambarcamento de produtos essenciais; destruição de circuitos de comercialização; atrasos no transporte de mercadorias para os centros consumidores e desinteresse pela compra de produtos aos camponeses. Exemplo bastante conhecido ocorreu na Octávio R. Lobo, Agência de Comercialização e Reparação de Ferragens e Maquinaria Marítima. Esta empresa importou da Chrysler Outbord, empresa americana de motores marítimos, 11 motores que foram embarcados em Nova York com destino ao Porto de Lourenço Marques. Ao serem desembarcados as caixas que se encontravam hermeticamente fechadas, em vez de motores tinham pedras e papéis. (TEMPO (262), 1975: 30-31; FRELIMO (Eds), 1977: 11-13.)

(11) TEMPO (ESPECIAL), 1975, op. cit.; FRELIMO (Eds), 1977, op. cit., 10; Comunicação Presidencial sobre as Agressões de Ian Smith à República Popular de Moçambique em 18.6.77, edição da Comissão de Implementação dos Conselhos de Produção, p-p. 1-2; Documentos do III Congresso da Frelimo - Programa e Estatutos e Directivas Económicas e Sociais, Edição do Departamento do Trabalho Ideológico da Frelimo, s/d.

(12) TEMPO (926), 1988, op. cit., 27; Depoimento de Carlos Cardoso em 30 de Outubro de 1986, in: Belo Marques, 1987, op. cit., 91.

(13) ZANLA, braço armado da União Nacional Africana do Zimbabwe (ZANU).

(14) Os portos da Beira e Maputo, tradicionais rotas da economia rodesiana, passaram a constituir instrumentos importantes nas mãos dos moçambicanos.

(15) ANTUNES, 1996: 401-402.

(16) ANTUNES, 1996, op. cit., 402-403. Jorge Jardim foi Subsecretário de Estado entre 1948 e 1952, gestor de empresas de Manuel Boullosa e António Champalimaud, mensageiro de Salazar e Caetano junto de Banda, Cônsul do Malawi na Beira, criador de forças especiais (GE's e GEP's), promotor de acções de desestabilização em Moçambique e Angola, aventureiro, figura controversa. Foi tido como o promotor do "Programa de Lusaka".

(17) Este projecto não se viria a concretizar porque entretanto ocorreu o golpe de estado em Portugal, em 25/4/74. (ANTUNES, 1996, op. cit., 402; TEMPO (926), 1988, op. cit., 28; VINES, 1991: 15).

(18) CHRISTIE, 1996: 142-143; SEMEDO, 1984: 33; HANLON, 1984: 219.

(19) TAJÚ, 1988, op. cit., 13-14; JARDIM, 1976: 141; TEMPO (926), 1988, op. cit., 28; ANTUNES, 1996, op. cit., 633.

(20) FAUVET e Alves, 1982:3; TEMPO (926), 1988, op. cit., 28; TAJÚ, 1988, op. cit., 14; ANTUNES, 1996, op. cit., 604-605.

(21) ABRAHMSSON e NILSSON, 1994: 141; TEMPO (926), 1988, op. cit., 28.

(22) TAJÚ, 1988, op. cit., 18; TEMPO (926), 1988, op. cit., 29 e 36; JOHNSON e MARTIN, 1986, op. cit., 5.

(23) São de referir os seguintes jornalistas: Ricardo Savedra que manteve ligações com Jorge Jardim, a PIDE, e os Serviços de Informação Militar do exército colonial; José da Silva Ramalho que se apresentava na Beira como colaborador de Jorge Jardim e Kaulza de Arriaga; Mário Crespo, que mantinha contactos com a RNM quando trabalhava na televisão da África do Sul e correspondente da RTP (Rádio Televisão Portuguesa) em Johannesburg. Jornais conotados com a Renamo em Portugal: "O TEMPO", "O DIA", "O DIABO", "O Correio da Manhã"; outros nomes sonantes da componente portuguesa: Jorge Correia que substituiu Evo Fernandes

na Delegação de Lisboa; Victor Manuel Silva que tinha uma conta bancária da Renamo aberta em seu nome em Lisboa. A Renamo tinha uma representação oficial em Portugal, instalada na Rua Tenente Valadim, em Cascais. (SEMEDO, 1984, op. cit., 34-35; TEMPO (926), 1988, op. cit., 36-38.)

(24) KOKOREV, 1988: 57

(25) Idem, 58.

(26) Idem, 59.

(27) ADAM; DAVIES; DLAMINI, 1981: 70; MAHARAJ, 1990: 100.

(28) "CONSAS" é o ponto nº 8 do plano em 12 pontos de P. W. Botha, que definiu o programa da "Estratégia Total". Os seus objectivos essenciais também foram expostos no "Livro Branco" de 1977 sobre a defesa, o que faz da "CONSAS" parte da "Estratégia Total". Em 1975, no Hotel Carlton, em Johannesburg, onde estavam presentes altos funcionários do estado e a nata do capitalismo sul-africano, Botha apresentou a "CONSAS" como uma proposta visando relações mutuamente vantajosas entre os estados independentes. Porém, ela significava hegemonia. (ADAM, et al, 1981, op. cit., 66; MAHARAJ, 1990, op. cit., 100-102.)

(29) ADAM, et al, 1981, op. cit., 68-70; DAVIES, 1986: 175; Entrevista com Basil Davidson, in: TEMPO (459), 1979: 38.

(30) ADAM, et al, 1981, op. cit., 70-72.

(31) TEMPO (926), 1988, op. cit., 31; DAVIES, 1991: 170-171.

(32) KOKOREV, 1988, op. cit., 60-61; OLSON, 1990: 23; MAHARAJ, 1990, op. cit., 105.

(33) ADAM, et al, 1981, op. cit., 71-72; CARDOSO, 1992: 77-105.

(34) Depoimento de Carlos Cardoso em 30 de Outubro de 1986, in: Belo Marques, 1987: 91-100; STEPHENS, 1986: 132-133.

(35) STEPHENS, 1986, op. cit., 123-133; ABRAHMSSON e NILSSON, 1994, op. cit., 193.

(36) A "Estratégia Total" surge no contexto da crise estrutural do Apartheid na segunda metade dos anos 70, que abalou a hegemonia do poder minoritário branco. Representava uma resposta à crise interna e isolamento externo e, pressupunha medidas de carácter militar, político-económicas e psicológicas.

(37) VELOSO, 1991: 199.

(38) Sérgio Vieira, destacado dirigente da Frelimo e membro do governo, durante um seminário organizado pelo ISRI em Maputo, Dezembro de 1992, "Moçambique pós-guerra Desafios e Realidades", confirmou a existência do acordo. (ABRAHMSSON e NILSSON, 1994, op. cit., 77; VINES, 1991, op. cit., 18.)

(39) ABRAHMSSON e NILSSON, 1994, op. cit., 77.

(40) Botha no poder oficializou a "Estratégia Total" como política oficial. Começou por reorganizar os objectivos estratégicos, organizar os meios e os processos de decisão. O "SSC" tornou-se num governo na sombra. Criado em 1972 por uma lei do parlamento no tempo de Vorster, não passava de um órgão de consulta esporádico. Botha passou a presidir ao "SSC", que tinha na sua composição seis ministros: Defesa, Negócios Estrangeiros, Lei e Ordem, Desenvolvimento Constitucional e Planeamento, Justiça e Finanças, e funcionários séniores de vários organismos, nomeadamente o chefe das Forças de Defesa Sul-Africanas, os chefes

do exército, Força Aérea, Marinha, o chefe dos Serviços Médicos da RAS, o chefe da segurança, e o director-geral dos Negócios Estrangeiros, o director-geral da Lei e Ordem, o director-geral do Departamento de Estado da Presidência, o director da Legislação e Segurança, e outros que fossem chamados. O "SSC" passou a reunir-se semanalmente e recebia apoio técnico de subcomissões interdepartamentais tais como: Força de Trabalho, Economia Nacional, Defesa Civil, Ciência e Tecnologia, Finanças, Transportes, Serviços Comunitários, Forças de Segurança, Telecomunicações e Fornecimento de Electricidade, Cultura, Questões Políticas, Fornecimento de Recursos Nacionais. (MAHARAJ, 1990, op. cit., 105-110.)

(41) OLSON, 1990, op. cit., 24; VINES, 1991, op. cit., 18.

(42) VINES, 1991, op. cit., 18; ABRAHMSSON e NILSSON, 1994, op. cit., 91.

(43) FLOWER, 1987: 262; VINES, 1991, op. cit., 18.

(44) ABRAHMSSON e NILSSON, 1994, op. cit., 91.

(45) Orlando Barros de Sousa Cristina foi oficial miliciano do exército português, batador de tropas, caçador de elefantes, chefe da segurança na Sonarep em Lourenço Marques. Ao serviço da SIM (Serviço de Informação Militar), realizou operações contra a Frelimo na Tanzânia, tendo como cúmplice Leo Clinton Aldridge Júnior, também conhecido por Leo Adridge Milas ou simplesmente Leo Milas, Secretário para a Defesa e Segurança da Frelimo após a sua formação em 1962. Leo Milas viria a ser expulso da Frelimo em 23 de Agosto de 1964. Trabalhou na "Voz da África Livre" e participou ao serviço do regime rodesiano no projecto da criação da Renamo. A sua ligação com Jorge Jardim começou com a formação dos Young Pionners no Malawi. Falante de várias línguas moçambicanas, a sua experiência na Tanzânia fazia dele uma fonte de informações úteis sobre a Frelimo. Tornou-se lugar-tenente de Jorge Jardim em operações sensíveis. Foi o primeiro Secretário-Geral da Renamo de 1980 a 1983; ano em que foi assassinado em Cullinan, uma "farm" perto de Pretória.

(46) André Matade Matsangaissa morreu na Rodésia em 17 de Outubro de 1979, para onde fora evacuado de helicóptero após ferimento em combate com as FPLM na Vila de Gorongosa. Por influência de Orlando Cristina e pressão sul-africana sobre o general rodesiano Peter Walls, Afonso Dhlakama substituiu-o na liderança da Renamo.

(47) VINES, 1991, op. cit., 19; ABRAHMSSON e NILSSON, 1994, op. cit., 103 e 158.

(48) VINES, 1991, op. cit., 19; AIM, Conferência de Imprensa dada por Paulo de Oliveira a 23 de Maio de 1988 em Maputo, p. 1.

(49) VINES, 1991, op. cit., 20; HANLON, 1986: 27; TAJÚ, 1988, op. cit., 23.

(50) GERSONY, 1988: 11, 25.

(51) Discurso do Subsecretário de Estado para os Negócios Africanos à Conferência sobre a Assistência de Emergência para Moçambique, Maputo, 26-27.4.1988, citado em ASKIN, 1990: 56-57.

(52) Citado em HANLON, 1986, op. cit., 29.

(53) NOTÍCIAS, 21, Junho, 1988: 5.

(54) Instituto Nacional de Planeamento Físico (Eds), 1987: 30.

(55) Em 1983, o Distrito da Zambézia (Quelimane) compreendia os ex-distritos de Tete e Zumbo. Em 1907 foi fixada a linha de separação dos distritos de Moçambique e Zambézia. A primeira Circunscrição Civil para o Distrito da Zambézia



foi criada em 1912 com os postos administrativos de Mocubela, Mulevela, Bajone (sede: T'jungo/Pebane) e Mocuba. Em 1914 existiam no Distrito da Zambézia duas jurisdições militares, nomeadamente a Capitania-Mór do Alto Molócuè com os comandos militares de Moebaza e do Ossina (Namirrué). Na divisão administrativa do distrito de Quelimane em 1919, existiam: o Conselho de Quelimane, a Intendência do governo no Chinde, a Circunscrição Civil da Maganja da Costa e os comandos militares do Ile, Moebaza, Ossina e do Alto Molócuè. Nesse mesmo ano a extinção dos comandos militares deu lugar a criação das Circunscrições da Maganja da Costa, Ile, Alto Molócuè, Moebaza e Ossina (com sede na povoação de Gilé).

Com a extinção do regime dos Prazos, em 1928 foram criadas as Circunscrições de Lugela, com sede na povoação Moebaza e o Posto Administrativo de Munhamade, Milange com o Posto Administrativo do Molumbo, Namarrói e Gurué com o Posto Administrativo de Lioma. Em 1930 a Zambézia era constituída por dois Conselhos, Quelimane e Chinde e oito Circunscrições Civas: Maganja da Costa, Ile, Alto Molócuè, Pebane, Lugela, Milange, Namarrói e Gurué e mais três Circunscrições Fiscais em relação aos Prazos do Chinde, Massingire e Porto Belo. A divisão administrativa fixada em 1934 compreendia dois Conselhos, Chinde e Quelimane e onze Circunscrições: Alto Molócuè, Boror, Gurué, Ile, Lugela, Maganja da Costa, Massingire, Milange, Nhamacurra, Pebane e Zambeze. Em 1946 o distrito compreendia as divisões: Alto Molócuè, Chinde, Gurué, Ile, Lugela, Maganja da Costa, Milange, Mocuba, Mopeia, Morrumbala, Namacurra, Namarrói, Pebane e Quelimane. O Decreto nº 29858 no B. O. nº 46/1954, a Portaria nº 40226 no B. O. 29/5/1955 e Portaria nº 12624 no B. O. nº 33/5/1958 manteve esta divisão. (PILILÃO, s/d, p.p. 331-332; ver também, Decreto nº 1 no B. O. 21/1893; Decreto de 25/Abril no B. O. nº 27/1907; Portaria nº 774/A no B. O. nº 28/1912; Portaria nº 839/F no B. O. nº 30/1914; Portaria nº 1162 no B. O. nº 18/S/1919; Portaria nº 1129 no B. O. nº 25/1919; Diploma Legislativo nº 118 no B. O. nº 51/1928; Diploma Legislativo nº 228 no B. O. nº 16/1930; Decreto nº 24621 no B. O. nº 48/934.)

(56) LEGRAND, 1993: 2.

(57) No início do Século XX a actual Zambézia era composta por 23 Prazos: Anquaze, Andone, Timbue, Massingire, Macuse, Licungo, Nameduro, Tirre, Boror, Inhassunge, Mainde, Madal, Tangalane, Cheringone, Maganja d'Aquém Chire, Luabo, Marral, Lugela, Lómué e Milange. (História de Moçambique, vol. 2, Maputo: Cadernos Tempo, p. 133.)

(58) (I) Companhias Magestáticas: Companhia de Moçambique - 1888. Teve como predecessores: Societé des Fondateurs de la Compagnie Général du Zambéze, em 1878/9;

(ii) Companhias Arrendatárias de Prazos: Companhia da Zambézia - 1892 - nasceu da fusão da Sociedade dos Fundadores da Companhia Geral da Zambézia, criada em 1880, com a Central Africa and Zoutpamberg Exploration Company; Companhia da Boror - 1898; Companhia de Luabo; Societé du Madal - 1904; e outras com estatuto de subarrendatárias, como a Empresa Agrícola do Lugela, formada em 1906, que alugara à Companhia da Zambézia os Prazos Lugela, Milange e Lómué, para a prática agrícola, acabando contudo por especializar-se no fornecimento de mão-de-obra para S. Tomé e Transvaal; Sena Sugar Estates - 1920. Teve como predecessoras: Companhia de Açucar em 1890 e Sena Sugar Factory em 1910. (História de Moçambique, vol. 2, op. cit., 152-163.)

(59) HEAD e HEDGES, 1983: 129; SERRA, 1980: 35; História de Moçambique, vol. 2, op. cit., 148-150.

(60) HEAD e HEDGES, 1983, op. cit. 132.

(61) O COREMO (Comité Revolucionário de Moçambique), surgiu em Lusaka em Maio de 1965. Dele faziam parte pequenos agrupamentos dissidentes da Frelimo, nomeadamente as duas UDENAMO, facções Adelino Chitofu Gwambe e Paulo Gumane, o MANO (Mozambique African National Congress), a nova MANU (Mozambique African National Union), e outros. (COELHO Borges, 1989: 61; SSCI, Boletim de Difusão de Informações nº 17/68 de 13.3.68 (FTM 105))

(62) MARAVE foi cognome de invasores armados no Norte que no Século XVI irromperam na Zambézia a partir do Malawi e, nos inícios do Século XVIII formaram vários estados entre os vales Luangua e Chire. O primeiro estado do Maravi conhecido foi criado por Mazura, segundo documentação portuguesa, no Sul do Malawi nesta altura. Expandiram-se para além do Chire na Zambézia. O seu estabelecimento deveu-se a aliança com os portugueses entre 1608 e 1681 que ajudaram Mazura a estabelecer-se através da conquista e pilhagem. Como chefe proeminente, os portugueses conduziram com ele um comércio lucrativo de marfim. Este primeiro estado eclipsou-se por acção dos estados CEUA de Undi, também conhecido pelo nome de Maravi, baseado na Marávia em Tete, cuja influência atingiu a parte central do Malawi e Leste da Zambézia, atingindo o seu apogeu nos meados e fins do Século XVIII. (HEDGES, 1987: 24. Ver também, NEWITT, 1982: 156-162; LANGWORTHY, 1972: 28-35; ALPERS, 1975: 52-58.)

(63) SSCI, Boletim de Difusão de Informações nº 17/68. op. cit.

(64) SSCI, Boletim de Difusão de Informações nº 17/68, op. cit.; COELHO Borges, 1989, op. cit., 63; SHORT, 1974: 192.

(65) SSCI, Boletim de Difusão de Informações nº 17/68. op. cit.; SSCI, Boletim de Difusão de Informações nº 18/68, de 13.3.68 (FTM 105).

(66) SSCI, Boletim de Difusão de Informações nº 32 de 5.4.68 (FTM 105).

(67) SSCI, Boletim de Difusão de Informações nº 48/68 de 22.5.68 (FTM 105).

(68) SSCI, Boletim de Difusão de Informações nº 48/68, op. cit.; Boletim de Difusão de Informações nº 62 de 11.7.68 (FTM 105).

(69) JOHN, 1975: 207; TAJÚ, 1990: 3; FERREIRA, 1971: 121-138.

(70) COELHO Borges, 1994:86; CHRISTIE, 1996, op. cit., 145.

(71) TEMPO (926), 1988, op. cit., 30 e 37; TAJÚ, 1988, op. cit., 19; LEGRAND, 1993, op. cit., 2.

(72) ANTUNES, 1996, op. cit., 243-248; TAJÚ, 1988, op. cit., 9.

(73) Os Grupos Especiais e Grupos Especiais Para-Quedistas, conhecidos por GE's e GEP's respectivamente, estavam doutrinados a lutarem por um Moçambique governado por moçambicanos, sem desligarem-se dos laços com Portugal e respeitando os seus valores culturais. (JARDIM, 1976: 142-143; TAJÚ, 1988: 9.)

(74) SEMEDO, 1984, op. cit., 33.

(75) SEMEDO, 1984, op. cit., 33; ANTUNES, 1996, op. cit., 620-621.

(76) ANTUNES, 1996, op. cit., 621.

(77) Paulo Oliveira, Conferência de Imprensa, 23.3.88, Maputo; Chaunjunga Chicava João, Conferência de Imprensa, 30.11., Maputo.

(78) ANTUNES, 1996, op. cit., 622-623.

(79) FAUVET e GOMES, 1982, op. cit., 113; TAJÚ, 1988, op. cit., 9.

- (80) ANTUNES, 1996, op. cit., 600-616.
- (81) SEMEDO, 1984, op. cit., 33; CHRISTIE, 1996, op. cit., 166.
- (82) LEGRAND, 1993, op. cit., 2; VINES, 1991, op. cit., 15.
- (83) LEGRAND, 1993, op. cit., 4-5; TAJÚ, 1988, op. cit., 19.
- (84) CUAHELA, 1994: 2; VINES, 1991, op. cit., 54; LEGRAND, 1993, op. cit., 4.
- (85) VINES, 1991, op. cit., 55; TAJÚ, 1988, op. cit., 19.
- (86) LEGRAND, 1993, op. cit., 5; VINES, 1991, op. cit., 55; TAJÚ, 1988, op. cit., 19.
- (87) As organizações contactadas foram: FUMO (Frente Unida de Moçambique) liderada por João Khan desde 1981 após resignação de Domingos Arouca; MONAMO (Movimento Nacionalista de Moçambique) liderado por Máximo Dias; FIRN (Frente Independente de Reconstrução de Moçambique); FRESMO (Frente de Salvação de Moçambique) de Zeca Calisto. (TAJÚ, 1988, op. cit., 22.)
- (88) VINES, 1991, op. cit., 55; LEGRAND, 1993, op. cit., 5; TAJÚ, 1988, op. cit., 22.
- (89) COUTO, 1989: 247.
- (90) Ibidem.
- (91) Idem, 281-284.
- (92) Idem, 247; COELHO Borges, 1989, op. cit., 75-76.
- (93) COUTO, 1989, op. cit., 247-250.
- (94) COELHO Borges, 1994, op. cit., 55-56.
- (95) Idem, 55-60.
- (96) Idem, 72-80.
- (97) LEGRAND, 1993, op. cit., 2-3.
- (98) Ibidem.
- (99) Ibidem.
- (100) VINES, 1991, op. cit., 114.
- (101) GEFFRAY, 1991: 24.
- (102) LEGRAND, 1993, op. cit., 4.
- (103) O'LAUGHLIN, 1992: 115; RANGER, 1985: 189.
- (104) CUAHELA, 1995: 9-10; PEQUENINO, s/d., 8.
- (105) Genericamente o termo "mambo" significa chefe em várias línguas do centro do país. Os mambos eram escolhidos pela Renamo nas zonas sob seu controlo e podiam ser ou não antigos chefes da estrutura tradicional, mas eram recrutados entre aqueles reconhecidos pela população como sucessores legítimos dos chefes pré-coloniais.
- (106) O'LAUGHLIN, 1992, op. cit., 117; LEGRAND, 1993, op. cit., 11.
- (107) LEGRAND, 1993, op. cit., 11-12; O'LAUGHLIN, 1992, op. cit., 117.
- (108) LEGRAND, 1993, op. cit., 12; CUAHELA, 1995, op. cit., 5.
- (109) ABRAHMSSON e NILSSON, 1994, op. cit., 141; TAJÚ, 1988, op. cit., 15.
- (110) LEGRAND, 1993, op. cit., 5.
- (111) SEMEDO, 1984, op. cit., 33.

- (112) TEMPO (597), 1982: 6.
- (113) VINES, 1991, op. cit., 20; LEGRAND, 1993, op. cit., 5; TAJÚ, 1988, op. cit., 23.
- (114) CLINE, Silbyl W., Renamo em Defesa da Democracia em Moçambique, Washington D. C.: Conselho de Estratégia Global dos Estados Unidos, 1989: 29, citado em ABRAHMSSON e NILSSON, 1994, op. cit., 162.
- (115) Fonte "A"; MACHESSO, s/d., 6.
- (116) CUAHELA, 1995, op. cit., 5-7; PEQUENINO, s/d., op. cit., 12-13.
- (117) HANLON, 1984, op. cit., 226-227; LEGRAND, 1993, op. cit., 5.
- (118) Relatório do Governo sobre as Forças Armadas na 15ª-Sessão da Assembleia Popular, in: NOTÍCIAS, Julho, 29, 1986: 3.
- (119) NOTÍCIAS, Setembro, 26, 1986: 1.
- (120) HANLON, 1984, op. cit., 227; LEGRAND, 1993, op. cit., 6; MACHESSO, s/d., op. cit., 8.
- (121) LEGRAND, 1993, op. cit., 6.
- (122) TEMPO (996), 1989: 12; MACHESSO, s/d., op. cit., 4; FONTE "B"; FONTE "C".
- (123) LEGRAND, 1993, op. cit., 9; MACHESSO, s/d., op. cit., 8; FONTE "B"; FONTE "C".
- (124) LEGRAND, 1993, op. cit., 10-11.
- (125) Ibidem.
- (126) MACHESSO, s/d., op. cit., 8-9.
- (127) FONTES "A" e "B".
- (127) Idem.
- (128) Idem.
- (129) Idem.
- (130) Idem.
- (131) Idem.
- (132) Idem.
- (134) Idem.
- (135) Idem.
- (136) HEDGES, 1987: 5-6.
- (137) ANTUNES, 1996, op. cit., 157-158.
- (138) Segundo Short, 1974: 5, a sua idade é ainda motivo de controvérsia. Seu tio, o reverendo Hanock Msokera Phiri e os anciãos, Mr. Msulira e Mr. D. Chipeta que nasceu em Kasungu em Fevereiro de 1898, embora ele admita ter nascido em 1902. Os festejos oficiais do seu nascimento eram comemorados tendo em conta o ano de 1906.
- (139) HEDGES, 1987, op. cit., 7.
- (140) ANTUNES, 1996, op. cit., 157-174.
- (141) TAJÚ, 1988, op. cit., 7-35.

(142) COELHO Borges, 1989, op. cit., 53.

(143) TAJÚ, 1988, op. cit., 6-7; HEDGES, 1987, op. cit., 9.

(144) ANTUNES, 1996, op. cit., 164.

(145) A única ligação do Malawi com o mar era feita através de um ramal da linha férrea Beita-Tete desde 1935, que atravessando a Ponte D'Ana sobre o rio Zambeze em Sena, dava acesso directo ao Porto da Beira. Esse acesso foi acordado em 1950, pela Convenção da Beira, assinado entre Portugal e a Inglaterra, (COELHO Borges, 1994, op. cit., 50.)

(146) TAJÚ, 1988, op. cit., 7-8; HEDGES, 1987, op. cit., 14-15; SHORT, 1974, op. cit., 192.

(147) ANTUNES, 1996, op. cit., 199; HEDGES, 1987, op. cit., 11.

(148) SHORT, 1974, op. cit., 307-308; HEDGES, 1987, op. cit., 13.

(149) ANTUNES, 1996, op. cit., 199-204; COELHO Borges, op. cit., 81.

(150) HEDGES, 1987, op. cit., 10.

(151) SHORT, 1974, op. cit., 174-175.

(152) A formação dos Young Pionners estava relacionada com a crise que se instalou no governo do Malawi, que tinha como principais interventores os ministros Henry Chipembere e Murray Chiume, que aspiravam à liderança do MCP. Ocorreram purgas partidárias, divisões no governo, aventou-se a hipótese de invasão do Malawi pela Tanzânia e até uma tentativa de golpe de estado. Com efeito, apoiado pelos pró-Chineses da Tanzânia, Chipembere atacou o Forte Johnston (hoje Mangoche) em 12 de Fevereiro de 1965, com um grupo de 200 homens. Distúrbios sangrentos ocorreram no Malawi que só cessaram quando Banda retomou o controlo da situação e Chipembere foi para os Estados Unidos e os outros ministros refugiaram-se em Dar-Es-Salaam. As dificuldades em pacificar a revolta puseram em evidência a vulnerabilidade militar do Malawi. Aproveitando a existência dos Young Pionners, uma organização juvenil dirigida por Aleke Banda, uma espécie de ministro da juventude, que estavam empenhados na agricultura e tinham desempenhado um papel considerável na revolta, Jardim convenceu Banda a transformar os Young Pionners numa força militarizada. Nessa altura Israel exercia uma certa influência no Malawi e ajudou na organização dos Young Pionners. Aleke Banda persuadiu os israelitas a aceitarem a sugestão de Jardim numa base experimental mínima. Com efeito, montou-se um campo militar de Young Pionners entre Blantyre e a fronteira sul do Malawi. Por indicação de António Vaz, director provincial da PIDE, a quem Jardim solicitara um operacional para treinar a nova força, surgiu Orlando Cristina, que na altura se encontrava preso na Xefina. Jardim foi buscá-lo e Orlando Cristina entrou assim para a roda de Jardim e tornou-se o seu braço executivo em várias operações sensíveis. Outra figura que participou na formação dos young Pionners foi o capitão Pezarat Correia, comandante distrital da Beira. Nasceram assim os Young Pionners como milícia de confiança de Banda e com a missão também de fazer a sua guarda pessoal. (ANTUNES, 1996, op. cit., 199-204.)

(153) TEMPO (832), 1986: 30; HEDGES, 1987, op. cit., 12.

(154) SHORT, 1974, op. cit., 316.

(155) HEDGES, 1987, op. cit., 13; SHORT, 1974, op. cit., 316.

(156) HEDGES, 1987, op. cit., 16.

(157) Idem, 18.

- (158) Segundo CHRISTIE, 1996, op. cit., 135, no período entre 1974 e 1976, cerca de 200.000 brancos e indianos abandonaram Moçambique refugiando-se na Rodésia do Sul, RAS ou Metrópole.
- (159) JOHNSON e MARTIN, 1987: 15-39.
- (160) TEMPO (832), 1986: 31; HEDGES, 1987, op. cit., 19.
- (161) HANLON, 1984, op. cit., 226.
- (162) Idem, 226-227; HEDGES, 1987, op. cit., 19; VINES, 1991, op. cit., 55-56.
- (163) TEMPO (926), 1988, op. cit., 33.
- (164) NOTÍCIAS, Outubro, 26, 1984: 1; NOTÍCIAS, Outubro, 27, 1984: 3; NOTÍCIAS, Outubro, 30, 1984: 1;
- (165) NOTÍCIAS, Outubro, 23, 1984: 1.
- (166) TEMPO (926), 1988, op. cit., 34-35; HEDGES, 1987, op. cit., 20.
- (167) TAJÚ, 1988, op. cit., 29; TEMPO (926), 1988, op. cit., 34.
- (168) TEMPO (832), 1986, op. cit., 25-26.
- (169) Idem, 25.
- (170) Idem, 31.
- (171) TEMPO (843), 1986: 19.
- (172) TEMPO (832), 1986, op. cit., 29.
- (173) NOTÍCIAS: Setembro, 24, 1986: 1.
- (174) HEDGES, 1987, op. cit., 20.
- (175) NOTÍCIAS: Novembro, 27, 1986: 1; NOTÍCIAS: Dezembro, 13, 1986: 1.
- (176) NOTÍCIAS: Dezembro, 19, 1986: 1; NOTÍCIAS: Dezembro, 20, 1986: 8.
- (177) NOTÍCIAS: Março, 23, 1987: 1.
- (178) Ian Grey, um missionário australiano de 24 de idade, foi preso em 2 de Novembro de 1987 e julgado em Março de 1988 pelo Tribunal Militar Revolucionário em Maputo; foi enviado em mais de uma missão a Moçambique, tendo numa delas, com um pastor malawiano como guia, atravessado o rio Chire, perto de Nsanje, entrado na Zambézia e estado numa base da Renamo no distrito de Morrumbala. Teve um papel logístico importante. (ASKIN, 1990, op. cit., 53-62.)
- (179) NOTÍCIAS: Março, 23, 1987: 1.
- (180) NOTÍCIAS: Março, 8, 1987: 1.
- (181) TEMPO (926), 1988, op. cit., 2-3.
- (182) Dicionário Geográfico de Moçambique, s/d., 486; PILILÃO, 1987, op. cit., 20, 42, 74.; B. O. nº 46, 1ª Série de 17 de Novembro de 1945.
- (183) Para mais informações sobre o Prazo de Massingire ver: B. O. nº 8/1890; B. O. nº 12/1896; B. O. nº 48/1911; B. O. nº 18/8/1919; Portaria nº 736 no B. O. nº 26/1924; Diploma Legislativo nº 118 no B. O. nº 51/1928; Portaria nº 2209 no B. O. nº 13/1934; Portaria nº 4941 no B. O. nº 49/1942; Portaria nº 11200 no B. O. nº 52/1955.
- (184) Glossário Toponímico, Histórico-Administrativo, Geográfico e Etnográfico de Moçambique, 1981: 222-223.
- (185) José Fernandes; Henriques Cipriano Gonçalves; Nuro Aboo Camissa.

(186) Nuro Aboo Camissa; Kapesse Chifungo; Domingos Melo Zava; José Fernandes; Henriques Cipriano Gonçalves.

(187) WILSON, 1992: 1.

(188) Nuro Aboo Camissa; José Fernandes; Henriques Afonso Cipriano Gonçalves; Rodolfo Figueiredo; Domingos Melo Zava.

(189) Idem.

(190) WILSON, 1992, op. cit., 2.

(191) Manuel Cariche Chipondene; Dolis Maço; Henriques Afonso Cipriano Gonçalves; Rodolfo Figueiredo; Domingos Melo Zava.

(192) Dolis Maço; Henriques Afonso Cipriano Gonçalves; Rodolfo Figueiredo; Domingos Melo Zava; José Fernandes.

(193) Kapesse Chifungo; Domingos Melo Zava; Dolis Maço; Luís Duarte; Alberto Armando Chotar; José Fernandes.

(194) Quando digo que o fogo era extinguido parcialmente é para explicar que mantinha-se um tronco grande aceso de forma branda que era ateado quando necessário.

(195) Kapesse Chifungo; Dolis Maço.

(196) Luís Duarte; Alberto Armando Chotar. Matacanha cujo nome científico é "Tunga Penetras" é uma doença provocada por pulgas. A sua cura é obtida por extracção da Matacanha no local onde se instalou, normalmente nos dedos dos pés. A sua não extracção pode impedir a locomoção. Não tem tratamento específico. O seu combate faz-se através de desinfectação dos locais de habitação e quintais.

(197) Isto porque quando localizados pelas forças governamentais eram acusados de apoiar a Renamo e por outro lado, quando detectados pela Renamo, eram acusados de apoiar as forças governamentais; por isso, fugiam dos dois beligerantes.

(198) Alberto Zeca; Tomé Modas Chingoma; Angesta Rambick; Estevão Moda.

## BIBLIOGRAFIA

### 1. ARQUIVO (Arquivo Histórico de Moçambique-AHM)

- SCCI, Boletim de Difusão de Informações nº 17/68 de 13.3.68 (FTM 105).
- SCCI, Boletim de Difusão de Informações nº 18/68 de 13.3.68 (FTM 105).
- SCCI, Boletim de Difusão de Informações nº 32 de 5.4.68 (FTM 105).
- SCCI, Boletim de Difusão de Informações nº 48/68 de 22.5.68 (FTM 105).
- SCCI, Boletim de Difusão de Informações nº 62 de 11.7.68 (FTM 105).

### 2. ENTREVISTAS

- ALBERTO ZECA, 30 anos, camponês, residentes em Megurumba (Mepinha) na altura da entrevista em 7/9/1996, em Megurumba.
- ALBERTO ARMANDO CHOTAR, 41 anos, na altura da entrevista em 10/9/1996, nas Águas Quentes, era capataz das Águas Quentes.
- ANGESTA RAMBICK, camponesa, residente em Guerrissa (Posto Derre) na altura da entrevista em 20/9/996, em Guerrissa.
- DOMINGOS MELO ZAVA, 36 anos, na altura da entrevista em 12/9/996, em Megaza, era fiscal de agricultura no Posto de Megaza.
- DOLIS MAÇO, 70 anos, na altura da entrevista em 12/9/996, em Maço, era sapanda na área de Maço (Posto Megaza).
- ESTEVÃO MODAS, 40 anos, camponês, na altura da entrevista em 20/9/96, em Guerrissa, era residente em Guerrissa (Posto Derre).
- HENRIQUES AFONSO CIPRIANO GONÇALVES, 42 anos, desempregado, na altura da entrevista em 8/9/1996, em Morrumbala, era residente na Vila de Morrumbala.
- JOSÉ FERNANDES, 34 anos, empregado de balcão, na altura da entrevista em 18/9/1996, em Morrumbala, era residente na Vila de Morrumbala.
- LUÍS DUARTE, 22/23 anos, an altura da entrevista em 10/9/1996, em Vila Bocage, era fumo na área de Vila Bocage.
- MANUEL CARICHE CHIPONDENE, 65 anos, antigo combatente, pensionista. Na altura da entrevista em 18/9/1996, em Morrumbala, residia na Vila de Morrumbala.
- NURO ABOO CAMISSA, 68 anos, comerciante na Vila de Morrumbala. Entrevistado em 19/9/1996, em Morrumbala.
- KAPESSE CHIFUNGO, 65 anos, na altura da entrevista em 12/9/1996, em Megaza era sapanda na área do Posto de Megaza.
- RODOLFO FIGUEIREDO, 68 anos, aposentado. Residente na Vila de Morrumbala na altura da entrevista em 17/9/1996, em Morrumbala.
- TOMÉ MODA CHINGOMA, 33 anos, na altura da entrevista em 20/9/1996, em Guerrissa era régulo com residência em Guerissa no Posto Derre.
- FONTE "A". Entrevistado em 20/3/1997, em Maputo.



- FONTE "B". Entrevistado em 24/3/1997, em Maputo.
- FONTE "C". Entrevistado em 20/3/1997, em Maputo.

### 3. PUBLICAÇÕES

- ADAM, Yussuf et al, "Luta pelo Futuro da "Africa Austral: A Estratégia da CONSAS e SADCC", in: Estudos Moçambicanos, 3, Maputo: CEA, 1981. p.p. 65-80.
- ABRAHMSSON, Hans e NILSSON, Anders, Moçambique em Transição: Um Estudo da História de Desenvolvimento Durante o Período 1974-1992, Maputo: CEA/ISRI e Padriku, 1994.
- ALPERS, E. A., Ivory and Slaves in East Central Africa, London: Heinemann, 1975.
- AIM, Conferência de Imprensa dada por Paulo Oliveira a 23 de Março de 1988 em Maputo.
- ANTUNES, José Freire, Jorge Jardim Agente Secreto, Venda Nova: Bertrand, 1996.
- ASKIN, Steve, "Missão a Renamo: A Militarização da Religião", in: Cadernos de História, 8, Maputo, 1990. p.p. 53-72.
- BELO Marques, Álvaro, Quem Matou Samora Machel?, Sacavém: José Manuel Figueiredo, 1987.
- B. O. nº 46, Série de 17 de Novembro de 1945.
- BRAGANÇA, Aquino, "Independência sem Descolonização: A Transferência do Poder em Moçambique". in: Estudos Moçambicanos, 5/6, Maputo: CEA, 1986. p.p 7-28.
- CARDOSO, Fernando Jorge, "SADCC e Independência na Africa Austral Realidades e Perspectivas", in: Estudos Moçambicanos, 10, Maputo: CEA, 1992. p.p 75-106.
- CHRISTIE, Ian, Samora: Uma Biografia, Maputo: Ndjira, 1996.
- COELHO BORGES, João Paulo, O Início da Luta Armada em Tete, 1968-1969: A Primeira Fase da Guerra Colonial, Maputo: AHM, 1989.
- COELHO BORGES, João Paulo, "A "Primeira" Frente de Tete e o Malawi", in: ARQUIVO, 15, Maputo, 1994. p.p. 43-107.
- COUTO, Abel Cabral, (Org.), Elementos de Estratégia: Apontamentos para um Curso, Vol. II, Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares, 1989.
- DAVIES, Robert, "Política Regional Sul-Africana nos anos 90: Perespectivas e Mudanças", in: Repensando Estratégias sobre Moçambique e África Austral, Maputo: Agostinho Zacarias/ISRI, Agosto/1991.
- DAVIES, Robert, "O Apartheid em Fúria: Uma Análise das Acções do Regime de Botha na Conjuntura Actual", in: Estudos Moçambicanos, 5/6, Maputo: CEA, 1986. p.p 173-183.

- DAVIDSON, Basil, A Política da Luta Armada: Libertação Nacional nas Colónias Africanas de Portugal, Lisboa: Caminho, 1978.
- Dicionário Geográfico de Moçambique, s/d.
- Documentos do III Congresso da Frelimo - Programa e Estatutos e Directivas Económicas e Sociais, Edição do Departamento do Trabalho Ideológico da Frelimo. s/d.
- FAUVET, Paul e GOMES, Alves, "The Mozambique National Resistance" - Supplement to AIM Information Bulletin (69), 1982.
- FERREIRA, Eduardo de Sousa, África Austral: O Passado e o Futuro, Lisboa: Seara Nova, 1971.
- FLOWER, Ken, Serving Secretly: Rhodesia's CIO Chief on Record, RAS: Galago, 1987.
- FRELIMO (eds.) Como Age o Inimigo, Maputo, 1977.
- GEFFRAY, Christian, A Causa das Armas: Antropologia da Guerra Contemporânea em Moçambique, Porto: Afrontamento, 1991.
- GERSONY, Robert, Summary of Mozambican Refugee Accounts of Principally Conflict - Related Experience in Mozambique, Report Submitted to Ambassador Jonathan Moore, Director Bureau of Refugee Programs and Dr. Chester A. Crocker, Assistant Secretary of African Affairs, April, 1988.
- Glossário Toponímico, Histórico-Administrativo, Geográfico e Etnográfico de Moçambique, Lisboa, 1981.
- HANLON, Joseph, Mozambique: The Revolution Under Fire, London: Zed Books, 1984.
- HANLON, Joseph, Beggar Your Neighbours: Apartheid Power in Southern Africa, London: Catholic Institute for International Relations, 1986.
- HEAD, Judith et HEDGES, David, "Crítica e Comentário: Problemas da História da Zambézia", in: Estudos Moçambicanos, 4, Maputo: CEA 1983. p.p 127-139.
- HEDGES, David, "Apontamento sobre as Relações entre Malawi e Moçambique, 1961-1987", in: Cadernos de História, 6, Maputo, Novembro, 1987. p.p. 5-28.
- História de Moçambique, Vol. 2, Maputo : Cadernos Tempo, s/d.
- Instituto Nacional de Planeamento Físico (eds.), Moçambique: Divisão Territorial, 1987.
- Jardim, Jorge, Moçambique Terra Queimada, Lisboa: Intervenção, 1976.
- JOHN, Paul, Mozambique: Memories of a Revolution, London: Penguin, 1975.
- JOHNSON, Phyllis et MARTIN, David, "A África do Sul impõe Sanções Contra os Vizinhos", in: Cadernos de História, 5, Fevereiro 1987.
- JOHNSON, Phyllis et MARTIN, David (Coods.), Destructive Engagement: Southern Africa at War, Harare: Zimbabwe Publishing House, 1986.
- LANGWORTHY, H. W., Zambia Before 1890: Aspects of Pre-Colonial History, London: Longman, 1972.

- LEGRAND, Jean-Claude, "Logique de Guerre et Dynamique de la Violence em Zambézia, 1976-1991. (mimeo)
- MAHARAJ, Mac, "Determinantes Internas na Política Externa de Pretória", in: Estudos Moçambicanos, 7, Maputo: CEA, 1990. p.p. 95-118.
- NEWITT, M. D. D., "The Early History of the Maravi", in: J. A. H., 23, 1982.
- NOTÍCIAS, Outubro, 23, 25, 27, 1984.
- NOTÍCIAS: Setembro, 24, 1986; NOTÍCIAS: Setembro, 26, 1986.
- NOTÍCIAS: Novembro, 27, 1986; Dezembro, 12, 13, 19, 20, 1986.
- NOTÍCIAS: Março, 23, 1987; Maio, 8, 1987.
- NOTÍCIAS: Junho, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 1988.
- OLSON, Thomas, "África do Sul e os seus Vizinhos" in: Estudos Moçambicanos, 3, Maputo: CEA, 1990. p.p. 15-62.
- O'LAUGHLIN, Bridget, "A Questão Agrária em Moçambique", in: Estudos Moçambicanos, 3, Maputo: CEA, 1983. p.p. 107-142.
- O'LAUGHLIN, Bridget, "A Base Social da Guerra em Moçambique", in: Estudos Moçambicanos, 10, Maputo: CEA, 1992.
- PILILÃO, Fernando, Moçambique: Evolução da Toponímia e da Divisão Territorial, 1974-1987, s/d.
- KOKOREV, Vladimir et REZNIKOVSKI, ANATOLI, África Austral: A Essência do Conflito, Moscovo: Nóvosti, 1988.
- RANGER, T., Peasant, Consciousness and Guerrilha War in Zimbabwe, London: Currey, 1985.
- SERRA, Carlos, "O Capitalismo Colonial na Zambézia", in: Estudos Moçambicanos, 1, Maputo: CEA, 1980. p.p. 33-52.
- SEMEDO, Fernando et GUERRA, João Paulo, Operação África: A Conspiração Anti-Africana em Portugal, Lisboa: Caminho, 1984.
- SHORT, Philip, Banda, London & Boston: Routledge & Kegan Paul, 1974.
- TAJÚ, Gulamo Amade, "Renamo: Os Factos Que Conhecemos", in: Cadernos de História, 7, Maputo, Novembro, 1988.
- TAJÚ, Gulamo Amade, O Projecto do Engenheiro Jorge Jardim 1971-1974 (Tese de Licenciatura), Maputo, 1990.
- TEMPO (208), Setembro, 22, 1974.
- TEMPO (Especial), Junho, 25, 1975.
- TEMPO (262), Outubro, 12, 1975.
- TEMPO (459), Julho, 29, 1979.
- TEMPO (597), Março, 21, 1982.
- TEMPO (832), Setembro, 21, 1986.
- TEMPO (843), Dezembro, 7, 1986.
- TEMPO (926), Julho, 10, 1988.

- STEPHENS, Jeanne, "Baixa de Preços e Preservação da Dependência: A Resposta Sul-Africana às Iniciativas do Sector de Transportes em Moçambique e na SADCC", in: Estudos Moçambicanos, 5/6, Maputo: CEA, 1986. p.p. 129-171.

- VANSINA, Jan, Oral Tradition as History, London: James Currey e Heinemann Kenya, 1985.

- VELOSO, Jacinto, "A África do Sul e os seus Vizinhos", in: Repensando Estratégias sobre Moçambique e África Austral, Maputo: Agostinho Zacarias/ISRI, Agosto 1991.

- VINES, Alex, Renamo: Terrorism in Mozambique, London: Centre for Southern Africa Studies, 1991.

- VINES, Alex, Renamo: From Terrorism to Democracy in Mozambique?, Amsterdam, London: Centre for Southern Africa Studies, 1996. (Rev. ed.)

- WILSON, Ken, The Sócio-Económico Impact of War and Flight in Posto Derre, Morrumbala District, Zambézia, Oxford: University of Oxford, 1992.

#### 4. TRABALHOS NÃO PUBLICADOS

-CUAHELA, Ambrósio, Uma Análise sobre o Impacto da Guerra nos Aspectos Sócio-Económicos em Morrumbala, Zambézia 1982-1992, 1994.

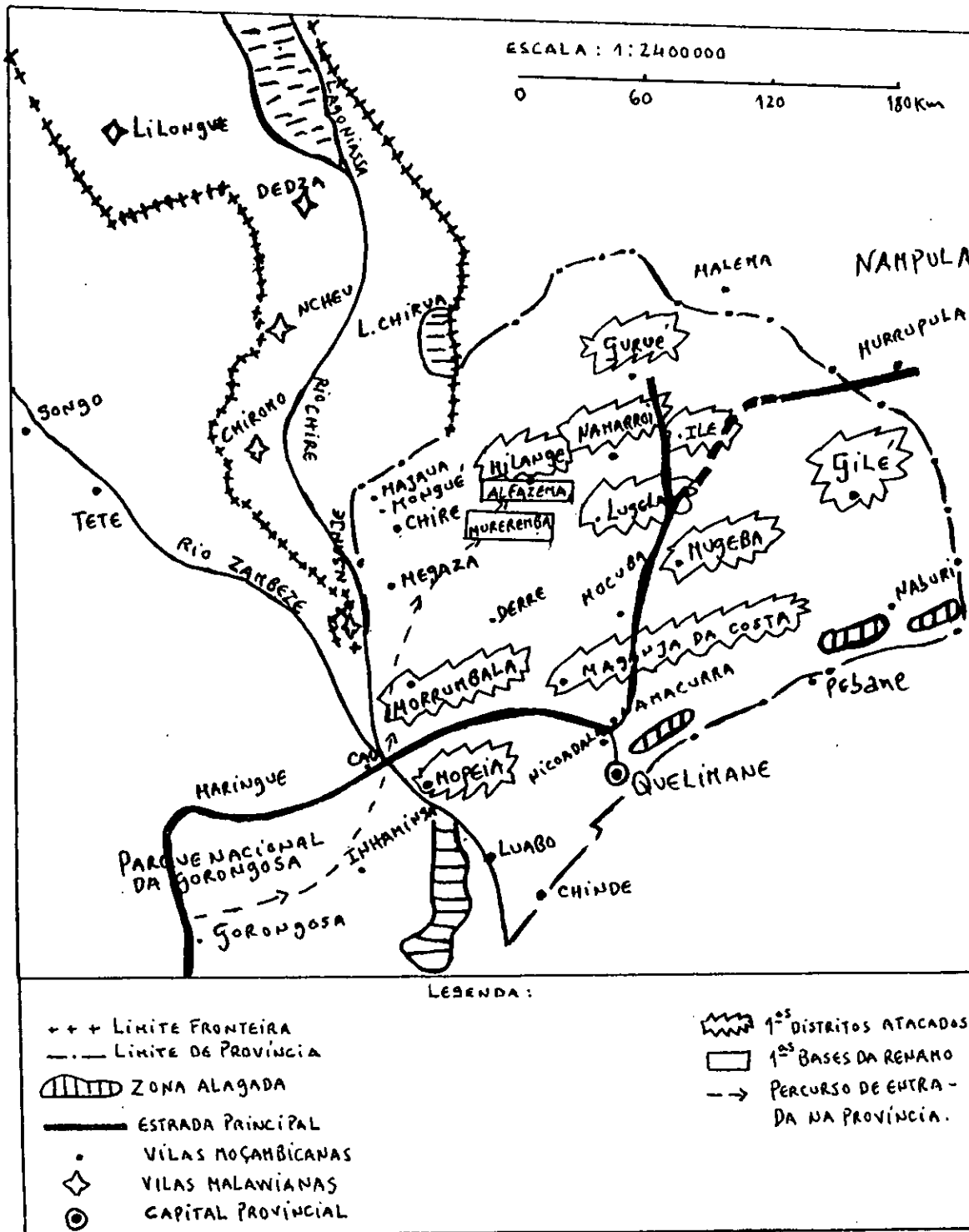
- CUAHELA, Ambrósio, Um Estudo da Guerra em Namarrói (1976-1992), 1995.

- MACHESSO, H. M., Desestabilização e Insurgência na Zambézia 1980-1988, 1994.

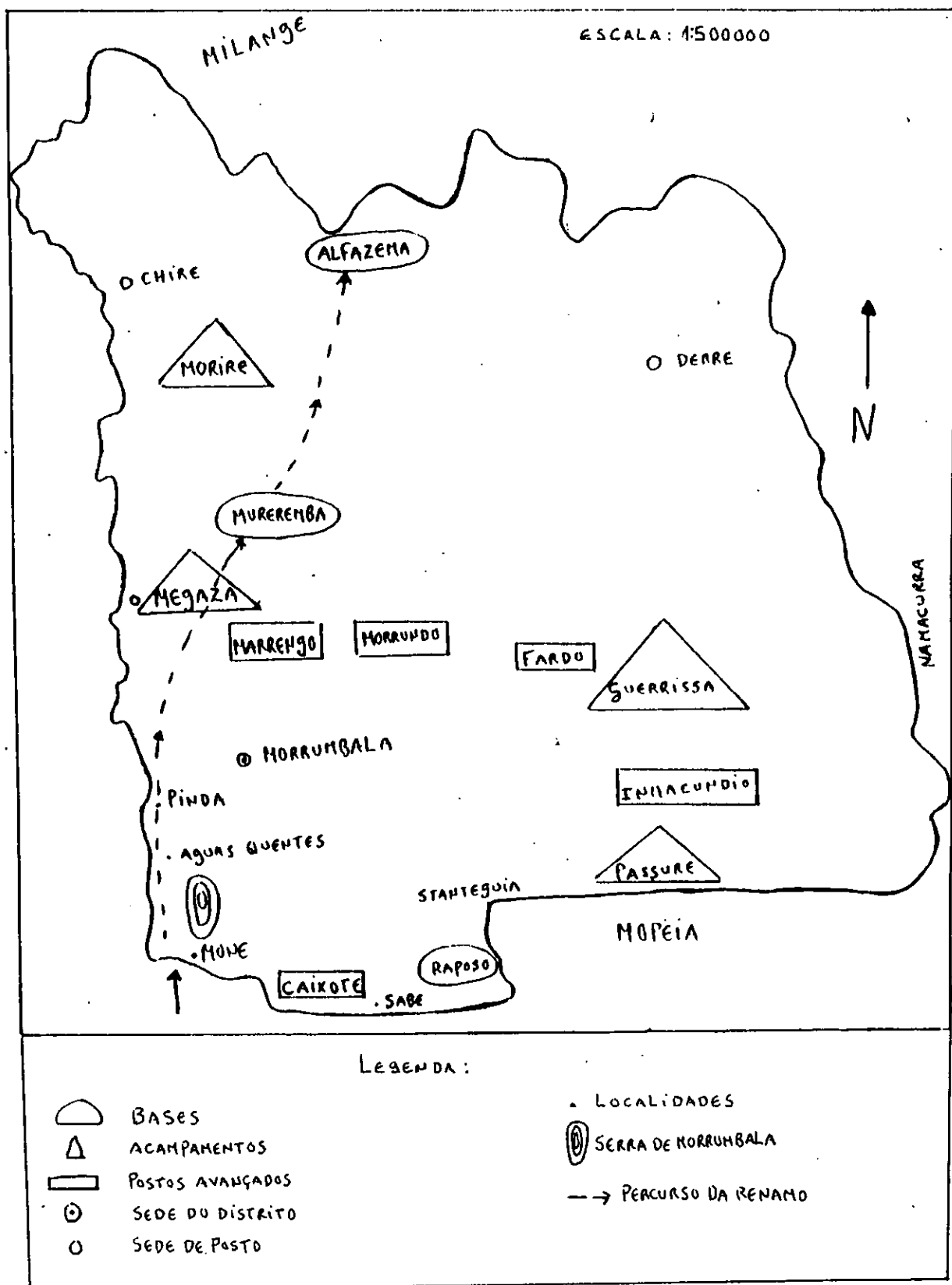
- PEQUENINO, Fernando, História Social da Guerra: Camponeses, Estado, Guerra. Estudo de Caso: Localidade Administrativa de Mugeba, 1982-1992.



ANEXO 2 : A LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DOS PRINCIPAIS PONTOS DE APOIO DA RENAMO NO MALAWI, PERCURSO DA RENAMO NA 1ª INCURSÃO E PRIMEIRAS ÁREAS ATACADAS NA PROVÍNCIA.



ANEXO 3: ENTRADA DA RENAMO NO DISTRITO DE MORRUMBALA EM 1982 E PRINCIPAIS BASES, ACAMPAMENTOS E POSTOS AVANÇADOS.



PÁG.	LINHA	ONDE ESTÁ	DEVE LER-SE
63	Última do 2º parágrafo	reabilitação	reabilitação
65	6 depois do ponto 2	(estrada de Magaza)	(estrada de Megaza)
67	10 do 2º parágrafo	transportada para Cuamba	transferida para Cuamba
67	17, 18 do 1º parágrafo	o administrador segue (...) e vai apresentar-se	o administrador seguiu (...) e foi apresentar-se
70	3	gravemente	gravemente
73	1 do Capítulo V	raises	raízes
81	5	SSCI	SCCI
83	2 Nota (138)	Mr. Msulira e Mr. D. Chipeta que nasceu	Mrs. Msulira e Mr. D. Chipeta afirmam que nasceu...



PRINCIPAIS ERRATAS

Apesar do cuidado posto na revisão do texto, verificou-se, após a impressão, a existência de alguns erros que, nalguns casos, por serem susceptíveis de alterar o sentido do texto, carecem de correcção, pelo que se solicita a sua introdução prévia.

PÁG.	LINHA	ONDE ESTÁ	DEVE LER-SE
Resumo	Última do 3º parágrafo	a curso da guerra	o curso da guerra
iii	9 do 3º parágrafo	dimensão reginal	dimensão regional
2	1	Português sofria	Esta tentativa de travar o processo revolucionário nas colónias mantém-se com maior ou menor estabilidade até 25 de Abril de 1974, altura que o colonialismo português sofria...
3	8 do 3º parágrafo	A 13 de Março	A 3 de Março
5	5 do 3º parágrafo	derectamente	directamente
6	2 do último parágrafo	polícia rede-siana	polícia rodesiana
8	2 depois do ponto 3	Previligiada	Privilegiada
8	17 depois do ponto 3	Malawiananos	Malawianos
11	2 do 1º parágrafo	com um conflito Este-Oeste	como um conflito Este-Oeste
12	2 a partir do fim	sansões	sanções
13	4	308 locomoticas	308 locomotivas

## CURRICULUM VITAE

Sérgio Nathú Cabá, de nacionalidade moçambicano, de 40 anos de idade, nascido a 31 de Março de 1957, em Morrumbala, Província da Zambézia, casado, pai de 4 filhos, filho de Paulino Nathú Cabá e de Amélia Caixote, estudante trabalhador (funcionário do SISE - Serviço de Informações e Segurança do Estado).

### PERCURSO ESTUDANTIL

De 1962 a 1973 estudou no Colégio Amor de Deus em Mocuba, onde concluiu a 7ª Classe.

De 1973 a 1975 estudou na Escola Comercial e Industrial D. Francisco Barreto em Quelimane, onde concluiu o Curso Geral de Administração e Comércio (9ª Classe).

Em 1980, depois de ter estado 5 anos sem estudar, ingressou no Instituto Comercial de Maputo, no Curso de Contabilistas, tendo interrompido os estudos até 1989.

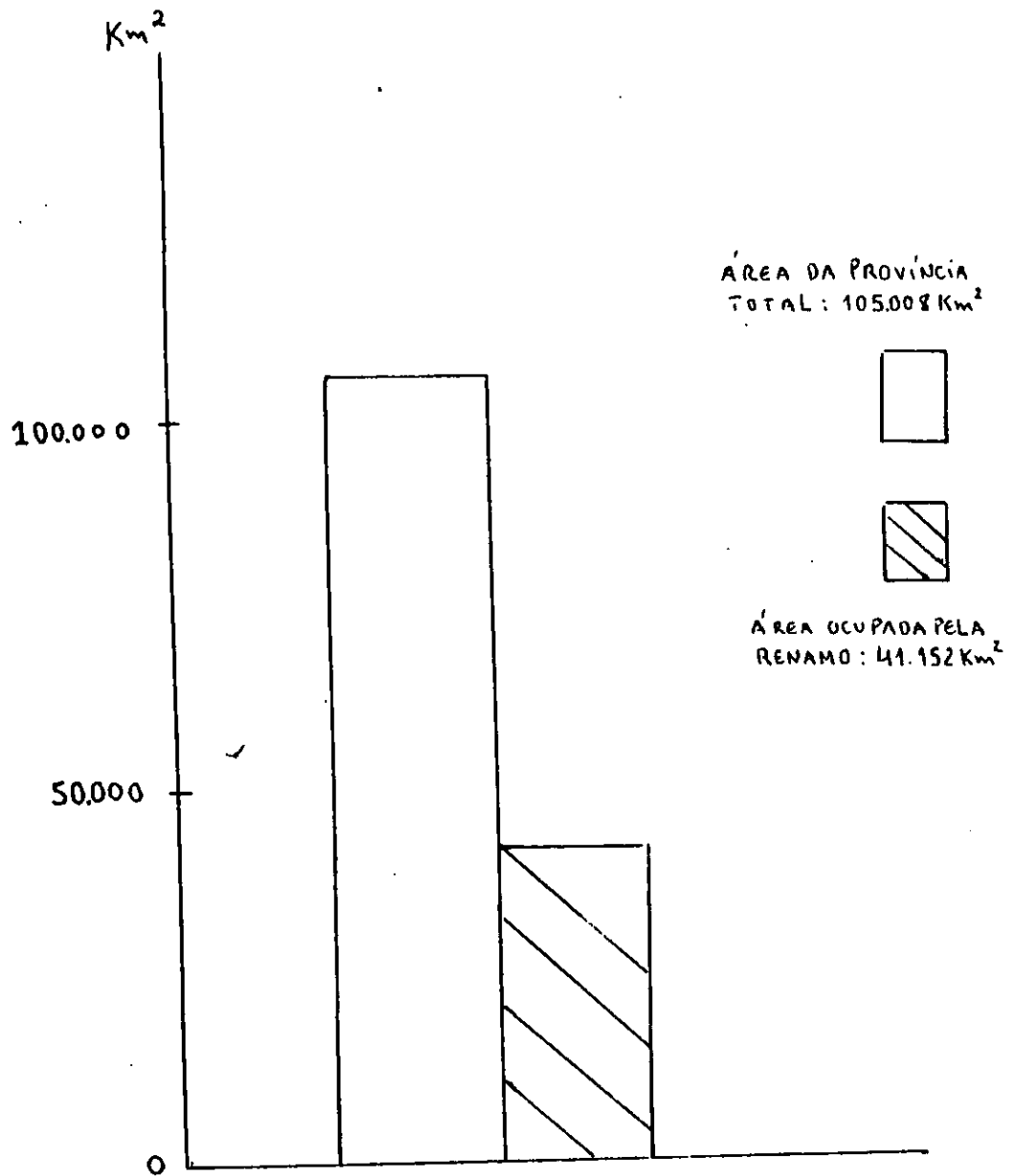
Em 1989, ingressou na Escola Secundária Francisco Manyanga, onde concluiu a 11ª Classe, Antigo Sistema.

Em 1992, ingressou na Universidade Eduardo Mondlane no Curso de História.

### LÍNGUAS

LÍNGUA	LÊ	FALA	ESCREVE
Português	Bem	Bem	Bem
Inglês	Bem	Razoável	Razoável
Francês	Bem	Razoável	Fraco
Espanhol	Bem	Razoável	-
Sena	-	Razoável	-

ANEXO 4: GRÁFICO REPRESENTATIVO DA ÁREA TOTAL DA PROVÍNCIA E ÁREA OCUPADA PELA RENAMO NO PERÍODO DE 1982 A 1990.



Fonte: VINES, 1996: 3.